

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O DISCURSO JORNALÍSTICO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:

uma interpretação sob o ponto de vista geográfico

MÍRIAM SANTINI DE ABREU

Orientador: Prof. Dr. Nazareno José de Campos

Florianópolis [SC], março de 2004.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O DISCURSO JORNALÍSTICO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:**

uma interpretação sob o ponto de vista geográfico

MÍRIAM SANTINI DE ABREU

Dissertação submetida à
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,
como requisito final à obtenção do
título de Mestre em Geografia

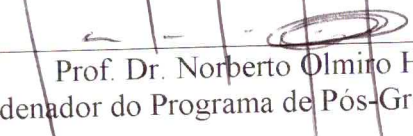
Orientador: Prof. Dr. Nazareno José de Campos

Florianópolis [SC], março de 2004.


**“O DISCURSO JORNALÍSTICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
uma interpretação sob o ponto de vista geográfico.”**

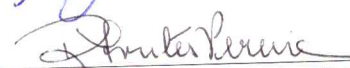
Miriam Santini de Abreu


Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Utilização e Conservação de Recursos Naturais, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.


Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 31/03/2004


Dr. Nazareno José de Campos (Presidente e Orientador-CFH/UFSC)


Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (Membro-UFSC/UNIVALI)


Dra. Raquel Jorge Moysés (Membro-AGECOM/UFSC)

Florianópolis - 2004

AGRADECIMENTOS

- . Aos que, Brasil afora, lutaram e lutam pela Universidade Pública
- . Aos professores e professoras do programa de Pós-Graduação de Geografia da UFSC, que acolheram a mim e ao meu tema, e à secretária do curso, Marli Costa
- . Ao professor Nazareno José de Campos, pela orientação segura e paciente
- . À Coordenação do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (SINTUFSC), que me permitiu remanejar horários de trabalho para frequentar o curso
- . Às jornalistas e amigas Elaine Tavares e Raquel Moysés, que generosamente dividiram comigo formas amorosas de pensar e fazer o jornalismo
- . Aos amigos Carlos Alberto Vieira, Glaci Gurgacz, Isaac de Souza, Lúcia Alamino e Neusa Vill, com quem pude contar em vários momentos ao longo dessa caminhada

Este trabalho dedico:

*Aos meus pais, **João Flávio** e **Eluci**, e aos meus irmãos, **César** e **Marcos**;*

*Ao meu amor, **Rogério**, que pacientemente me ouviu
e apoiou ao longo desses meses;*

Às mulheres e homens que buscam no jornalismo uma forma de compreender...

Manifesto de Libertação da Palavra

A busca de uma realidade exige uma linguagem capaz de captá-la. Esta linguagem não é uma fuga... É o único caminho para nos levar à débil captação de uma sociedade e de suas contradições. E da única coisa que interessa: o ser humano sufocado em sua vontade de ser.

Marcos Faerman, jornalista

SUMÁRIO

RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	01
Capítulo 1	
SOCIEDADE E NATUREZA: UM OLHAR GEOGRÁFICO	
1.1 O discurso do desenvolvimento sustentável	08
1.2 Sociedade e natureza no Brasil	16
1.3 Sociedade e natureza em Santa Catarina	36
1.4 O discurso ambiental na globalização	47
Capítulo 2	
SOCIEDADE E NATUREZA: A PRODUÇÃO DO DISCURSO	
2.1 O jornalismo como forma social de conhecimento	54
2.2 O discurso ambiental sob a ótica da Análise de Discurso	68
Capítulo 3	
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE MEIO AMBIENTE	
3.1 Critérios para a seleção dos materiais de análise	83
3.2 O discurso do desenvolvimento sustentável no JB Ecológico ...	90
3.3 O discurso do desenvolvimento sustentável no AN Verde	112
3.4 Reflexões sobre o discurso jornalístico de meio ambiente	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS	147

RESUMO

Esta dissertação estrutura-se em três diferentes áreas de conhecimento, Geografia, Jornalismo e Análise de Discurso, para investigar o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável e sua relação com o espaço geográfico. Inicialmente, busca-se resgatar a origem desse conceito, ligando-o aos debates sobre a relação entre sociedade e natureza no Brasil e, especificamente, no Estado de Santa Catarina. Para isso, a pesquisa orienta-se pela categoria de formação socioespacial, aliada ao entendimento do meio geográfico atual como um meio técnico-científico-informacional.

No jornalismo, procura-se situar historicamente a apropriação da problemática ambiental pelos meios de comunicação. A teoria utilizada é a que considera o jornalismo uma forma de conhecimento da realidade cristalizada no singular. Para fazer a análise dos dois veículos de comunicação selecionados, o *JB Ecológico* (Jornal do Brasil) e o *AN Verde* (A Notícia), a pesquisa usa métodos disponibilizados pela linha francesa da Análise de Discurso.

Pode-se afirmar, com esta pesquisa, que o discurso em geral sobre a natureza é, fundamentalmente, um discurso político, de poder, construído também a partir do espaço. Com base nessas relações de poder, o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável produz efeitos de sentido predominantemente empresariais, mesmo quando o sujeito-jornalista se propõe a formular um discurso sobre a preservação (intocabilidade) da natureza.

Observa-se que, de uma forma ou de outra, diferentes formações socioespaciais deixam vestígios no discurso jornalístico. Esses vestígios evocam manifestações concretas (desmatamento, poluição) da relação entre sociedade e natureza. O espaço geográfico, porém, é interpretado principalmente a partir da ótica dos atores hegemônicos ou do discurso da ciência. Sobra pouca ou nenhuma possibilidade para que outros atores sociais produzam suas próprias interpretações sobre os conflitos que se estabelecem nos diferentes lugares onde os discursos jornalísticos são formulados.

ABSTRACT

This thesis aims at investigating the journalistic discourse of sustainable development and its relation to geographical space, structured in three different areas of knowledge, Geography, Journalism and Discourse Analysis. It initially rescues the origin of that concept, relating it to the discussion on the relation between society and nature in Brazil, in the state of Santa Catarina to be more precise. Therefore the research is guided by the category of socio-spatial formation, in connection to the understanding of the current geographical environment as a technical-scientific-informational environment.

In journalism, the appropriation of the environmental issue is historically situated by the media. The theory here used considers journalism a form of knowledge of a reality crystallized in the singular. In order to carry out the research of the two selected vehicles of communication, *JB Ecológico* (*Jornal do Brasil*) and *AN Verde* (*A Notícia*), methods from the French branch of Discourse Analysis are used.

It is possible to affirm from this research that general discourse on nature is, in its core, a political discourse of power, also constructed from space. Based on these relations of power, the journalistic discourse of sustainable development predominantly produces corporate effects, even when the subject-journalist proposes formulating a discourse on nature preservation (untouchability).

It is noticed that, one way or the other, different socio-spatial formations leave traces on the journalistic discourse. These traces evoke concrete manifestations (deforestation, pollution) on the relation between society and nature. However, geographical space is mainly interpreted from the point of view of hegemonic actors or scientific discourse. Not much is left for other social actors to produce their own interpretations on the conflicts established on the different places where journalistic discourses are formulated.

INTRODUÇÃO

*Porque o mundo nos ensina a escrever, com suas histórias e seus personagens
e todas as suas geografias e estranhezas.*

Marcos Faerman

O jornalista conta histórias, cuja matéria-prima é o fruir da vida, simultâneo, em todos os lugares. A epígrafe escolhida para a introdução de nossas reflexões revela, assim, que o jornalismo intui uma forma de conhecer, interpretar, compreender o mundo inscrevendo-o no espaço. E foi a busca dessa forma que nos motivou a escolher o tema desta dissertação. Como o jornalismo interpreta/compreende o espaço geográfico? Para encontrar respostas, articulamos três diferentes áreas de conhecimento: geografia, jornalismo e análise de discurso (AD).

A introdução do discurso como categoria de análise na geografia foi tratada por SÁ & SÁ (2001), que o classificam como um importante suporte para auxiliar a compreensão do espaço geográfico sem, no entanto, substituí-lo. *“Ele apenas precede a sua existência, na medida em que materializados, ou não, os sistemas de objetos e sistemas de rel(ações) geográficos só se formam quando antes de agirmos, pensamos sobre eles”* (p.47). A afirmação remete a um princípio fundamental da AD, que será visto mais adiante: o de que todo discurso nasce de outros discursos. Quando nos propomos a falar sobre o conceito de espaço geográfico, por exemplo, remetemos-nos a todos os dizeres possíveis sobre esse conceito. Assim, trazemos para o nosso próprio discurso as marcas desses outros dizeres, produzindo sentidos.

É comum, entre esses dizeres nas várias vertentes da pesquisa geográfica, a uso da expressão *questão ambiental* para tratar das conseqüências da relação entre sociedade e natureza. Também é freqüente o uso das palavras ambiente, meio ambiente, ecologia, quando se discute a natureza. Esse uso foi alvo de críticas como a da geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza, em entrevista ao jornal *Brasil de Fato* (NOROEFÉ, 2003:13). Ela discute, sob a ótica de Marx, a primeira e a segunda natureza, essa a criada pelo trabalho humano e a que realmente deveria, segundo a autora citada, ser alvo da preocupação das ciências

humanas e sociais. Ela também critica o uso de expressões como desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, que seriam decorrência da “... *politização feita em torno do discurso sobre a natureza*”. São justamente as implicações desse discurso que vão conduzir a nossa investigação. Partimos de dois pressupostos. O primeiro é que a politização do discurso sobre a natureza pressupõe conflito entre diferentes atores sociais. O segundo é que esse conflito é expresso na (pela) mídia. Temos aí a indagação: categorias de análise nascidas no âmbito da geografia podem ajudar a compreender a construção desse discurso e sua apropriação pelos meios de comunicação?

Se a geografia acolhe essa perspectiva, também na análise de discurso, que usualmente tem na mídia um dos seus materiais de análise, encontramos referências ao espaço sob a ótica geográfica. Um desses trabalhos é o de SILVA (2001), que discute a produção de noticiários e de novelas na televisão brasileira e, apesar de não aprofundar a conclusão num viés geográfico, aponta caminhos interessantes. Ela observa que as emissoras de televisão se apresentam com uma preocupação de diferenciar seu público, produzindo noticiários nacionais e regionais:

A “regionalidade”, no noticiário televisivo, remete a um espaço representado ou por uma cidade (as capitais) ou por um conjunto de cidades (normalmente, cidades que se agrupam em torno de uma mais expressiva), que formariam então uma determinada “região”. Isto é, o espaço urbano determina a diferenciação. Enquanto para o urbano funciona a determinação regional, o espaço rural fica indeterminado, em termos jornalísticos, na televisão brasileira (p. 157).

Lembramos que não é à toa que o principal telejornal da Rede Globo de Televisão, a maior e mais poderosa emissora brasileira, tenha como nome *Jornal Nacional*, revelando, na forma como se apresenta, a intenção de expressar o país através de um noticiário diário-padrão.

Na contundente análise que faz sobre o discurso da Carta da Terra, um dos documentos surgidos a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), ORLANDI (2001:174) também expressa uma visão propiciada pela AD que inclui considerações afinadas com a geografia crítica:

Da perspectiva em que nos colocamos, de uma ética política, o que está em jogo não é a "proteção" da natureza mas sim o trabalho social sobre a natureza pelo homem. O homem intervém necessariamente na natureza trabalhando-a, transformando-a, significando-a; é preciso refletir sobre o modo como ele o faz e sobre as conseqüências disso na história e na sociedade.

A teoria e prática jornalísticas também buscam acolher a discussão sobre as conseqüências do desenvolvimento. Há tentativas, por parte de jornalistas/pesquisadores organizados, de disseminar o chamado jornalismo ambiental e colocá-lo numa posição diferenciada no que se refere ao modo de apreensão do real, à linguagem, à especialização profissional e financiamento para veículos de comunicação segmentada nessa área. Tanto os veículos da mídia impressa quanto os da audiovisual igualmente dedicam programas e cadernos temáticos ao assunto, considerando a "crise ambiental" um tema de forte apelo emocional e comercial junto ao público. Acreditamos que analisar essa realidade articulando geografia e análise de discurso pode revelar aspectos novos e relevantes. BERGER (1998) observa que o estudo do jornalismo a partir da AD implica inscrever o modo de produção da linguagem na produção social geral, dessa forma situando a notícia no interior de uma complexa rede produtiva. Assim, se introduz, na reflexão, o *sujeito*, a *história* e, acrescentamos, o *espaço*. (p.19-20).

Essa informação delinea ainda mais a preocupação da nossa pesquisa, visto que é pela mídia que a maior parte da população toma conhecimento de uma porção da realidade à qual não tem acesso direto pela experiência. Surgem, assim, inúmeros caminhos para se refletir sobre o modo como o jornalista "lê" um determinado recorte da realidade e o interpreta com base em pressupostos do discurso jornalístico, a notícia, que chega ao leitor/ouvinte/telespectador. Entre esses caminhos, vamos privilegiar o que se apresenta como um discurso ambiental, que se relaciona fortemente com o modo de produção capitalista e, acreditamos, pode ser melhor compreendido com base em pressupostos geográficos. Voltando à crítica de Maria Adélia Aparecida de Souza, não discutimos aqui se cabe ou não à geografia, como ciência humana, discutir a natureza "natural" ou a natureza modificada pela ação humana, ou ter como horizonte de pesquisa temas/áreas/objetos já tomados por um discurso sobre a

natureza que está em forte disputa no campo político. Parece-nos claro, porém, que a geografia tem muito a oferecer quando o objetivo é analisar justamente esse discurso, e mais ainda quando ele se textualiza na mídia.

Nesse sentido, são muito ricas as colocações de ORLANDI (2001), para quem os discursos ecológicos hoje são parte da tecnologia de administração dos territórios, tendo como suporte ideológico a globalização, vista como fato político e econômico legitimado pela ciência:

Organismos não governamentais, organismos internacionais, campanhas transnacionais, empresas multinacionais, se juntam na consecução de objetivos que tomam nomes sintomáticos como ambiental, planetário, integrado, global, sustentável. Em um jogo perverso entre igualdade e unidade (uniformidade), a universalização e a historicização se confrontam num afrontamento em que os riscos estão presentes no movimento sinuoso que os envolve: o histórico (dominante) passa a universal e essa universalidade se historiciza em sua generalidade apagando o que seria local. É desse modo que, como tenho dito, o global se substitui ao universal (p. 164).

A afirmação nos remete a duas preocupações da dissertação. Uma delas é buscar na mídia, através de pressupostos da análise de discurso, os sentidos desses nomes sintomáticos citados pela autora. Outra é investigar a relação entre universal/global e local quando se trata do discurso ambiental, utilizando-se conceitos dominados pela geografia. A expressão que escolhemos para conduzir a pesquisa é *desenvolvimento sustentável*, considerada inicialmente um paradigma pelo movimento ambientalista e que, atualmente, é um conceito cujos sentidos revelam os interesses de diferentes atores/grupos sociais. Para isso, é preciso investigar as origens do discurso ambiental e das condições em que, dele, se desdobra o chamado *desenvolvimento sustentável*.

Para dar conta do problema, buscamos marcos teóricos nas três áreas de conhecimento com as quais vamos trabalhar. Entre os conceitos dominados pela geografia elegemos o de formação socioespacial (FSE), bastante afinado com a AD, como será visto, e que vai conduzir a reflexão ao longo dos três capítulos da dissertação (Sociedade e natureza: um olhar geográfico; Sociedade e natureza: a produção do discurso; O desenvolvimento sustentável no discurso jornalístico de meio ambiente). Também extraída do conhecimento geográfico é a compreensão do meio atual como um meio técnico-científico-informacional, conforme a proposta

do geógrafo Milton Santos. A escolha relaciona-se com a teoria que será usada para se refletir sobre o jornalismo e que foi elaborada por Adelmo Genro Filho. Ele utiliza as categorias filosóficas de *singular*, *particular* e *universal* para afirmar que o jornalismo é uma forma social de conhecimento, assim como a ciência e a arte, só que, ao contrário dessas, cristalizada no *singular*. A análise de discurso vai possibilitar a articulação desses pressupostos teóricos para que analisemos, no terceiro capítulo da dissertação, o discurso jornalístico de meio ambiente. Optamos por discorrer mais detalhadamente sobre a análise de discurso no segundo capítulo, pelo fato de essa disciplina ter seus métodos, objeto e procedimentos melhor compreendidos depois das reflexões sobre a geografia e o jornalismo, as quais, todavia, a AD vai pontuar.

Buscamos evitar simplesmente transpor conceitos de uma disciplina para outra, e sim articulá-los de forma a manter os sentidos que têm na área de conhecimento onde foram concebidos. A AD permite isso, oferecendo diferentes instrumentos de análise que podem ser usados de acordo com a área à qual o pesquisador está ligado e aos seus objetivos. Dessa forma, trabalhamos, por assim dizer, com uma linha geral de pensamento a fim de conduzir a pesquisa com fluência:

Investigar quais os sentidos produzidos pelo discurso ambiental na mídia, especialmente quanto às implicações do conceito de desenvolvimento sustentável. Partindo do pressuposto de que esse discurso produz sentidos a partir de diferentes formações socioespaciais, desejamos verificar se a textualização jornalística desse discurso (a notícia) leva em conta essa diversidade de FSEs. A captação dessa diversidade é que, de ponto de vista jornalístico, daria conta da singularidade da notícia, narrando (textualizando) uma fatia do real de uma forma humanizada e potencialmente inovadora. A pergunta básica é a seguinte: a mídia expressa, na textualização jornalística do discurso ambiental, as contradições, ambigüidades e sutilezas (os sentidos) desse discurso em diferentes formações socioespaciais? Temos, então, compromisso com parte do conhecimento acumulado pela geografia como também com uma visão pessoal de como deve ser a prática do jornalismo.

Para desenvolver a pesquisa, no capítulo 1, dividido em quatro seções, procuramos, a partir do conceito de formação socioespacial, situar o discurso

ambiental numa perspectiva nacional e, depois, no Estado de Santa Catarina, concluindo com considerações acerca da relação desse discurso com a globalização. No capítulo 2, dividido em duas seções, resgatamos as principais correntes de pensamento na área de comunicação, detalhando a teoria de Adelmo Genro Filho e, depois, falamos sobre os métodos e procedimentos da análise de discurso, selecionando os que são mais indicados para a pesquisa. No capítulo 3, articulamos o que foi desenvolvido nos dois anteriores para analisar os materiais que escolhemos dentre os tantos disponíveis. Optamos pela mídia impressa, selecionando um veículo de circulação nacional (*JB Ecológico*, encartado no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro), e um veículo de circulação em Santa Catarina (*AN Verde*, encartado no jornal *A Notícia*, de Joinville), além de textos esparsos de outros veículos de comunicação com o objetivo de oferecer um contraponto à análise. Os motivos pelos quais elegemos os dois veículos são esclarecidos na abertura do capítulo 3.

Acreditamos que a pesquisa é relevante por alguns motivos. O primeiro é mostrar, tanto no âmbito da geografia quanto do jornalismo, que as palavras, como diz ORLANDI (1987; 2001), não falam por si, e sim pelos homens que as empregam:

... as palavras não são apenas o que parecem, não são só presença. São presença e ausência. São o que parecem e o que não parecem, são o que dizem e o que não dizem. Não são evidentes. Não ficam paradas no mesmo lugar. Movimentam-se, deslocam-se, rompem espaços de sentidos fixados. Tentamos o solo firme único e, no território das palavras, nos defrontamos sempre com múltiplas versões. Essa é uma das formas da contradição na produção dos sentidos, no confronto do simbólico com o político: temos necessidade de um mundo normatizado quanto a seus sentidos, estabilizado, onde 'x' signifique 'x', com o qual podemos nos identificar. E não temos senão versões. Isso é assim porque a língua se estrutura pela falha e todo discurso se produz no equívoco já que a relação fato/linguagem é atravessada por outra: sujeito/história (2001:143).

Assim, se pela AD sabemos que a relação sujeito/história atravessa a linguagem, também compreendemos, com Milton Santos, que a história não se escreve fora do espaço, e, dessa forma, acreditamos que também as determinações espaciais atravessem a linguagem. O que diz e o que silencia a expressão desenvolvimento sustentável em diferentes formações socioespaciais?

Com relação à análise de discurso, instiga-nos o fato de que pesquisadores da área da lingüística, como será visto no capítulo 2, estejam interessados em analisar tanto o discurso ambiental quanto sua textualização na (pela) mídia. Esses trabalhos, porém, não têm como pressuposto um compromisso com a práxis jornalística, o que efetivamente levaria ao avanço do conhecimento também na área de comunicação. Isso, por fim, nos remete ao outro motivo, o de buscar, na tradição do pensamento geográfico, uma forma de enriquecer o jornalismo. Pensamos que a textualização jornalística do discurso ambiental, a notícia, precisa buscar, na singularidade dos lugares, a singularidade da narrativa, a estranheza do mundo de que fala o jornalista Marcos Faerman.

Capítulo 1

SOCIEDADE E NATUREZA: UM OLHAR GEOGRÁFICO

O capítulo tem por objetivo analisar as relações entre sociedade e natureza em seus aspectos gerais e inseri-las na perspectiva geográfica. Para isso, será enfatizada a categoria de formação socioespacial, que permitirá a análise das determinações que, ao longo do tempo e do espaço, levaram ao questionamento do desenvolvimento e à construção de um discurso que, a partir da década de 1970, buscou incorporar preocupações sociais e ambientais às demandas econômicas. O capítulo está dividido em quatro seções que tratam, respectivamente, do discurso do desenvolvimento sustentável, da relação entre sociedade e natureza no Brasil, em Santa Catarina, e da inserção do discurso ambiental sob a *globalização*.

1.1 O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A discussão da problemática ambiental a partir do conceito de desenvolvimento sustentável inevitavelmente se depara com o desafio de interpretar seus sentidos. Desafio porque, mesmo devidamente explicitado dentro de uma matriz disciplinar, seja ela qual for, é difícil que esse conceito deslize tranqüilamente pelos meandros empíricos e teóricos da pesquisa. É que ressoam, atrás da expressão “desenvolvimento sustentável”, as três determinações que tornariam legítimas as suas práticas: *ambientalmente correto*, *socialmente justo* e *economicamente viável*. Isso significa acomodá-lo, na instância teórica, em referenciais das ciências naturais e sociais, com todas as inquietações que esses cruzamentos costumam provocar.

Foram os estudos interdisciplinares nas pesquisas ambientais que começaram a incorporar a crítica aos sistemas produtivos, às opções de desenvolvimento econômico e às práticas sociais/culturais com as teorias sobre os ambientes naturais adotadas em áreas de conhecimento como a Biologia e a Ecologia. Já em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, apontava a necessidade de se

traçarem outras metas além de unicamente proteger a natureza e conservar recursos naturais, e de se considerarem também as contribuições das ciências sociais (McCORMICK, 1992).

Nas décadas seguintes, o esforço para buscar esse entrelaçamento teve reflexos em distintas áreas, notadamente no caso brasileiro. A educação, e especialmente a chamada educação ambiental, buscou superar a fase puramente preservacionista, simbolizada nos eventos datados, como o Dia da Árvore ou o Dia da Água, por exemplo. A legislação, que inicialmente produzia textos legais dispersos para a proteção das florestas, da água e dos recursos minerais, passou a incorporar preocupações com o espaço urbano e a exigir estudos que levassem em conta o impacto ambiental e social de novos empreendimentos.

No caso da pesquisa ambiental, SILVA (1995:352) nota que inicialmente a experiência brasileira revelou-se um reflexo do que acontecia no exterior, sem que houvesse questionamento acerca da perspectiva, dos métodos e técnicas trazidos de fora. O autor destaca, porém, o importante papel da geografia na educação e na inserção das chamadas pesquisas ambientais no quadro geopolítico nacional (idem:369). E se, num primeiro momento, avalia GONÇALVES (1995:310), a geografia ficou numa posição ambígua ao não se definir nem como ciência natural, nem como social, a crescente discussão sobre as conseqüências do desenvolvimento apontou a necessidade de as abordagens geográficas não mais aceitarem acriticamente a compreensão até então sustentada da dicotomia sociedade/natureza.

Em ensaio sobre geografia política e desenvolvimento sob o modo de produção capitalista, GONÇALVES (1992/93) nota que o processo de apropriação da natureza não é unicamente material, econômico, mas também simbólico. Foi assim com a construção do paradigma de desenvolvimento, intimamente relacionado com o advento da modernidade e da dualidade homem-natureza, ou natureza-cultura. THOMAS (1998:21) observa que já na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era a de que o mundo havia sido criado para o bem do homem. Às outras espécies cabia um papel de subordinação aos desejos e necessidades humanas. Esse recorte se acentua a partir do Iluminismo e da Revolução Industrial.

A partir do processo de dessacralização da natureza, o homem se liberta dos limites naturais, subjugando o que passa a ser visto como “recurso”, e também dos limites sobrenaturais, deslocando para fora da natureza a concepção do sagrado. O trabalho, amparado na ciência, produz riqueza, e a produção liberta-se das sazonalidades, das estações do ano, do ritmo da natureza, criando assim o seu próprio tempo, o tempo do relógio, dirigido para atender o mercado sob a égide do capitalismo. No caldo desse novo tempo é que se forma o Estado Territorial Moderno, quando um pacto das elites permite o reconhecimento do Estado e do Soberano para proteger seus interesses e comandar seu destino (GONÇALVES, 1992/93:22). No século 19, à medida que a Revolução Industrial se consolida, o quadro começa a se modificar. O Estado Territorial Moderno passa gradativamente a se configurar como um Estado Nacional, incorporando as demandas de uma emergente sociedade civil, tendo à frente as camadas proletárias.

No século 20, enquanto boa parte dos países do Hemisfério Norte desfrutavam, no embate capital-trabalho, de suas condições históricas favoráveis, acontecem a 1ª Guerra Mundial, a Revolução Russa, a crise de 1929, a 2ª Guerra Mundial, a Guerra Fria e, na década de 70, a crise do petróleo. A economia, nessa fase de depressão do capitalismo, sofre sérios entraves, levando ao questionamento do paradigma do desenvolvimento, numa conjuntura ainda mais complexa depois dos revezes expostos por experiências socialistas. O movimento ambientalista começa a ganhar fôlego, colocando os problemas ambientais no centro das atenções. E é no bojo da crise da sociedade contemporânea, na crise de seus conceitos fundadores, que se busca recuperar o desenvolvimento através do qualificativo sustentável. Abalado em seus fundamentos, o desenvolvimento ganha um apêndice e passa a carregar outras crenças, valores, significados, expressos no ambientalismo, que se reconhece como única ideologia/utopia portadora de futuro e em confronto com a ideologia hegemônica neoliberal (GONÇALVES, 1992-93:43). Nesse contexto, BRÜGGER (1999:19) também critica a redução da chamada crise ambiental a argumentos puramente técnicos e concorda que se trata da *“crise de uma determinada visão de mundo, uma crise de paradigma (teórico e prático)”*. Do ponto de vista discursivo, SILVA (1996:50) observa que a fala sobre a ecologia se coloca criticamente em relação à

sociedade atual: “O discurso ecológico – ou seja, a fala da ecologia enquanto dizer político - é historicamente determinado: é um discurso que se constitui pela contraposição em relação a essa sociedade de consumo urbano industrial”.

Assim, é com base nesses pressupostos que procuramos resgatar a origem da expressão “desenvolvimento sustentável”. Na Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, em 1972, surgiu o termo *ecodesenvolvimento*, expressando “a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas, para promover um desenvolvimento sócio-econômico eqüitativo...” (SACHS, 1993:30). A partir dos anos 80, esse termo é rebatizado por pesquisadores anglo-saxões como *desenvolvimento sustentável*¹, sendo já usado pela União Internacional pela Conservação da Natureza em 1986, em conferência mundial sobre a conservação e o desenvolvimento realizada em Ottawa, Canadá (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Nesse evento, o conceito foi alçado a novo paradigma², tendo como princípios: a)integrar conservação da natureza e desenvolvimento; b)satisfazer as necessidades humanas fundamentais; c)perseguir eqüidade e justiça social; d)buscar a autodeterminação social e e)respeitar a diversidade cultural e manter a integridade ecológica (idem, p:47-8). Em 1987, o Relatório Brundtland, publicado com o nome “Nosso Futuro Comum” e apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, retomou o conceito, definindo-o como o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991:9).

Os primeiros sinais da polêmica em torno dessa definição foram percebidos assim que o conceito começou a aparecer em todos os tipos de publicações, até porque, desde o início da década de 90, ele tem sido apropriado de forma

¹ Em inglês, *sustainable development*.

² THOMAS KUNH desenvolve o conceito de paradigma visando as Ciências Exatas, no sentido de matriz disciplinar que determina os padrões de trabalho legítimo dentro de uma determinada ciência (CHALMERS, 1993:125). LOPES entende que o conceito pode também identificar as diversas correntes teórico-metodológicas nas Ciências Sociais. Segundo ela, do ponto de vista das Ciências Sociais, “os paradigmas, como tipos de consciência possível, se traduzem em sistemas teóricos distintos sobre a realidade social” (1990:33).

diferenciada pelos diversos segmentos sociais. “*Trata-se de sustentar o quê? ‘Futuro comum’ de quem e para quem?*”, provoca ALMEIDA (2001:21). O adjetivo “sustentável” afixado ao desenvolvimento, observa MONTIBELLER-FILHO (2001:53), é polissêmico, passível de muitas significações. SACHS (1993:35), ao tratar das críticas ao Relatório Brundtland, concorda que a expressão é um oxímoro³. Já BECKER assume que, independentemente da infinidade de conceitos possíveis, o desenvolvimento sustentável “*tem a sustentabilidade como cerne e ela é uma expressão da nova racionalidade*” (1995:295). Essa racionalidade, segundo a autora, é a logística, que, associada às mudanças provocadas pela revolução científico-tecnológica, está na base da nova geopolítica.

A discussão do desenvolvimento sustentável com base em pressupostos da geografia nessa pesquisa traz em si o entendimento de que não é papel dessa disciplina ater-se unicamente à elucidação do conceito em si, como se isso bastasse para dar conta da compreensão dos problemas ambientais e da busca de soluções. O esforço teórico para a construção do conceito-tema e a análise de suas implicações dependem de um determinado contexto histórico e da forma de apropriação por diferentes interesses e grupos sociais, mas é certo que as práticas em nome do desenvolvimento sustentável só podem ser analisadas se levarem em conta a formação social e espacial nas quais imprimem suas marcas.

Assim é que o discurso da sustentabilidade nos países mais ricos do Hemisfério Norte é insustentável quando analisado sob o ponto de vista dos países africanos, por exemplo. Da mesma forma, as conseqüências do desenvolvimento econômico europeu diferem daquelas observadas no Brasil. Mesmo em nosso país, as diferenciações regionais impedem que um modelo para o Sudeste, por exemplo, seja também uma opção para o Norte. Por essa razão, a categoria de formação socioespacial, gestada nos debates sobre as peculiaridades do espaço geográfico, vai ser utilizada nessa pesquisa para se resgatarem as diversas facetas da chamada questão ambiental e as práticas que o conceito de desenvolvimento sustentável histórica e geograficamente inspira no

³ Oxímoro é uma combinação engenhosa de palavras contraditórias e incongruentes para dar uma delicada expressão ao pensamento (Moderno Dicionário Enciclopédico Brasileiro, Editora Educacional Brasileira S/A, Curitiba, 1986).

cenário nacional. Para lhe dar suporte, outra linha de condução da pesquisa será o entendimento do espaço geográfico atual como um meio técnico-científico-informacional.

A categoria de formação socioespacial foi formulada inicialmente por SANTOS em artigo publicado em 1977, sintetizando a interdependência das categorias de modo de produção, formação social e espaço. Às duas primeiras⁴, fundamentais no materialismo histórico, o autor acrescenta o espaço, pois “...a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1979:10). VIEIRA (1992), ao discutir a formação social brasileira e a geografia, observa que formações socioespaciais são formações histórica e geograficamente localizadas.

Aproximando geografia e marxismo, SANTOS inaugura uma nova linha de pesquisa que propõe um olhar crítico da geografia para o seu objeto de estudo, o espaço geográfico. Assim como VIEIRA (1992), PEREIRA (1997:2003) também analisa a formação nacional brasileira com base na categoria de formação socioespacial, aliada à teoria da dualidade, do economista Ignácio Rangel, e ao resgate da geografia como união entre o histórico e o geográfico. A partir dessa perspectiva, a autora mostra como a unidade nacional esteve sujeita tanto a influências internas quanto externas:

A formação social brasileira nascida, pois, da expansão européia apresentava em sua gênese dois lados econômico-sociais bem distintos: um interno que combinava relações de propriedade feudais (com o rei de Portugal) com relações compulsórias de trabalho (mão-de-obra escrava) determinadas pelas condições naturais e humanas aqui existentes e outro externo, sob a liderança do monarca português, dominado pelo capital comercial europeu, associado às manufaturas em expansão, sobretudo na Inglaterra (PEREIRA, 2003:8).

Dessa forma, um dado fundamental é que o latifúndio e o escravismo tornaram bastante difícil a possibilidade de formação de um trabalhador independente, como aconteceu nas áreas temperadas, onde o colonizador se incorporou à força de trabalho (PEREIRA, 2003:7). Para abordar essas questões,

⁴ Em sua análise da formação nacional brasileira sob um ponto de vista geográfico, com base na categoria de formação socioespacial, PEREIRA observa que “a categoria modo de produção elucida os traços gerais do processo histórico-natural da formação econômica de uma sociedade; a categoria de formação social assegura a apreensão das especificidades históricas e geográficas de uma realidade concreta” (1997:16).

PEREIRA adota a perspectiva teórica de SANTOS, afirmando que “...as formações sociais devem ser consideradas expressão de processos que se singularizam em função de determinadas combinações, de uma pluralidade de componentes” (1997:5). A apreensão dessas especificidades, geradas pela combinação de processos distintos, segundo a autora, se dá com a utilização da categoria de formação socioespacial na análise, permitindo que diferenças espacialmente localizadas tenham chance de aparecer.

Na análise que faz sobre as diferentes concepções de espaço nas diversas correntes de pensamento geográfico, CORRÊA também observa que o mérito do conceito de formação socioespacial é o de deixar explícito teoricamente “que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (1995:26). Nessa ótica, o autor admite que a formação socioespacial é um meta-conceito, que contém e está contido em conceitos-chave da geografia, como paisagem, região, organização espacial e lugar. Portanto, mais do que qualquer um deles, é o conceito inicialmente concebido por SANTOS que, nesta pesquisa, vai nortear o resgate histórico/espacial das diferentes feições da chamada *questão ambiental* país afora e o aflorar da discussão sobre o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a busca das diversas tendências dessa discussão não pode dispensar o debate sobre a globalização, que tem sido apropriada e compreendida sob diferentes enfoques, dependendo da matriz disciplinar da qual parte a investigação. Para SANTOS (2001:118), os fenômenos chamados de globalização e pós-modernidade constituem, juntos, mais um período do processo histórico. Na interpretação que faz do Brasil a partir de seu território (SANTOS & SILVEIRA, 2001), o autor identifica três grandes momentos na sucessão de meios geográficos no país: os meios “naturais” (com aspas no original), os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional, colocando que esse último é a “expressão geográfica da globalização” (SANTOS & SILVEIRA, 2002:21). Portanto, para dar conta da problemática que apresenta, a dissertação vai ter como horizonte de análise a categoria de formação socioespacial e a compreensão do Brasil a partir da sucessão de meios geográficos, bastante rica e apropriada por levar em conta os efeitos da globalização. Com base nisso é que, posteriormente, se fará a análise de como os meios de comunicação em geral, e

mais especificamente os dois veículos selecionados para esta pesquisa, “lêem” os discursos e práticas produzidas por diferentes atores sociais em nome do desenvolvimento sustentável, compreendido aqui dentro da geografia, e as “dizem” em outro discurso, que é o discurso jornalístico de meio ambiente.

Para isso, é necessário construir o cenário a partir do qual surge, no Brasil, a discussão do *desenvolvimento sustentável*, inspirada pelos dilemas presentes na *questão ambiental*, da qual faz parte. Essa busca vai privilegiar os olhares geográficos que procuram, principalmente ao longo do século 20, compreender, nesse contexto histórico, as conseqüências provocadas pelo desenvolvimento num determinado espaço geográfico. E se o caso brasileiro irá constituir o horizonte particular de análise, o singular será o de Santa Catarina, visando analisar, no terceiro capítulo, de que forma essa problemática é apresentada nos objetos da pesquisa, um encarte que circula num jornal nacional, o *JB Ecológico*, e outro num veículo estadual, o *AN Verde*, com contribuições pontuais de outros veículos impressos.

Nesse sentido, entendemos que, para desvendar os sentidos atuais do desenvolvimento sustentável nos meios de comunicação, é preciso relacionar esse conceito com a memória dos dizeres sobre a questão ambiental. Do ponto de vista discursivo, isso significa tratar, com observa SILVA (1996^a:382), da inscrição histórica da ecologia como um discurso político, da politização do discurso sobre a natureza. A busca dessa memória, que tem como período atual a globalização, vai se dar no âmbito da geografia, calcada no conceito de formação socioespacial, o que implica, lembrando SANTOS, considerar que a História sempre se escreve no Espaço.

É necessário dizer que a condução dessa pesquisa não desconhece as implicações de adotar conceitos de SANTOS para tratar do que é uma fração do que se costuma chamar “questão ambiental”. Por “implicações”, nos referimos à polêmica exposta por MONTEIRO (2003:11) ao insinuar que a filiação ao pensamento de SANTOS faria determinados estudiosos considerarem a chamada questão ambiental uma “falsa questão”. E isso porque SANTOS seria “cultor de uma Geografia puramente ‘Humana’ onde a natureza não tem quase lugar, sendo

algo descartável...”⁵. Dentre suas conclusões a respeito disso, MONTEIRO entende que, para a geografia do Brasil, “é *incompreensível este caráter totalmente Humano-Social, descartador dos processos físicos-naturais, que chega a ver na concepção atual de ‘Meio Ambiente’ como algo ‘abstrato’ legado a espaços-tempos virtuais, e perigosos*” (2003:43)⁶. Para contornar tal polêmica, assume-se e revela-se nessa dissertação que as implicações do conceito de desenvolvimento sustentável e as formas e práticas que ele assume se espraiam ao longo dos dois pólos da clássica e fartamente questionada dicotomia da geografia, geografia física e geografia humana. A riqueza dessa disciplina é justamente “*pensar, a um só tempo, os **objetos** (a materialidade) e as **ações** (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história*” (grifo no original)⁷. Por isso a geografia, mais do que as áreas de conhecimento com viés unicamente social ou biológico, é a matriz disciplinar ideal para acolher uma discussão crítica sobre o paradigma do que se considera hoje uma “outra/nova racionalidade” na lógica do desenvolvimento, como será visto no decorrer do capítulo.

1.2 SOCIEDADE E NATUREZA NO BRASIL

As teorias e práticas amparadas no conceito de desenvolvimento sustentável, que se apresentam sob a forma de determinados discursos, só podem ser compreendidas quando interpretadas no tempo e no espaço. Elas se inserem na história, revelando hoje uma das faces da nova geopolítica, isto é, “... *das relações entre países e dentro de cada nação*” (SANTOS, 2001:65). Para

⁵ A crítica de MONTEIRO, em nosso entender, não dá conta da complexidade do pensamento de SANTOS, intelectual que, com sua *formulação conceitual no âmbito da geografia, superou a dicotomia sociedade-natureza*. SANTOS, ao longo de sua obra, revela que a natureza intocada, “virgem”, na verdade já está carregada de intencionalidades, é uma natureza humanizada. Em *Espaço e Método* (1985:8), ele escreve: “... o que se costuma chamar de ‘natureza primeira’ para contrapor à ‘natureza segunda’ já é *natureza segunda*. A natureza primeira, como sinônimo de ‘natureza natural’, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social” (grifo no original).

⁶ Essas colocações de MONTEIRO se referem ao livro do mesmo autor publicado em 1981, *A questão ambiental no Brasil: 1960-1980*.

⁷ In.: *O Papel Ativo da Geografia: Um manifesto*. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, julho de 2000. p. 3.

fazer essa interpretação, é necessário, inicialmente, resgatar aspectos da formação nacional brasileira e, num segundo momento, inseri-la no que SANTOS (2001:23) considera como sendo “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, a *globalização*.

Para a dissertação interessa, particularmente, uma mostra da produção acadêmica geográfica que interpreta o Brasil no século 20, ao longo do qual chega à maturidade o período histórico batizado de *globalização*, sem que sejam dispensadas, porém, referências, ainda que bastante genéricas e de outras áreas do conhecimento, sobre o período colonial e imperial, de 1500 até o último quartel do século 19, com contribuições específicas para os objetivos da pesquisa.

As interpretações amplas sobre o país foram mais comuns até a década de 50 do século 20, feitas por economistas, sociólogos e historiadores. SANTOS e SILVEIRA (2002) inovam, ao interpretar o Brasil a partir do território, considerando-o, em sua pesquisa, a “*fala privilegiada da nação*” (p.27). A periodização que os dois autores apresentam baseia-se na sucessão de meios geográficos no Brasil: os meios “naturais”, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional⁸.

No primeiro, o relativismo do termo “natural” implica a aceitação de que, mesmo nesse período em que a presença humana se adaptava aos sistemas naturais, não se pode ignorar a noção de técnica. Por milhares de anos, o meio foi ocupado por grupos de caçadores-coletores, e com o início da agricultura começou também o desmatamento. Esse processo, porém, “*não significou a implantação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais*” (SANTOS & SILVEIRA, 2002:29). Era a natureza, porém, que de um modo ou outro comandava as ações humanas, num território que era, então, de “tempos lentos”, em contraposição aos tempos rápidos que marcam o atual período histórico⁹.

⁸ SANTOS (1997:171) assinala que o “objeto é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna, é científico-técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência. E é, também, informacional porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso - que é uma informação - e, de outro lado, funciona a partir de informações”.

⁹ AB’SÁBER (2003:11) observa que, de modo geral, o homem pré-histórico brasileiro “...pouca coisa parece ter feito como elemento perturbador da estrutura primária das paisagens e ecologias intertropicais e subtropicais brasileiras”.

Ao longo dos sucessivos meios técnicos, a invenção e difusão das máquinas e de novas formas de organização modificam os usos do território, inaugurando o espaço mecanizado, “*com as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza...*” (p.31). É um processo em evolução permanente, em que o território brasileiro constitui, na interpretação dos autores citados, um arquipélago, um conjunto de manchas ou pontos onde primeiro a produção e, depois, a circulação se mecanizam. Num terceiro momento, “*esses pontos e manchas são ligados pelas extensões das ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, criando-se as bases para uma integração do mercado e do território*” (p.31). Assim, com base numa interpretação socioespacial desse segundo período, SANTOS & SILVEIRA concluem que, durante quatro séculos, o território brasileiro foi “*a base de uma produção fundada na criação de um meio técnico muito mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza*”, a qual, “*de certo modo, teve ao longo do tempo um papel relevante na seleção das produções e dos homens*” (p.35). E é a partir da segunda metade do século 19, com as usinas açucareiras, a navegação a vapor e as estradas de ferro, constatam os autores, que a produção e o território se mecanizam, assinalando os primórdios da industrialização.

No que se refere à abordagem da história do território do ponto de vista econômico, PRADO Jr., em sua obra de 1945, *História Econômica do Brasil*, propõe considerar oito momentos, desde o que chama *preliminares*, entre 1500-1530, até a *crise do sistema a partir de 1930*, iniciando o livro com um rápido esboço do meio geográfico. Por se tratar de uma leitura pelo viés mais econômico, interessam à dissertação sobretudo as referências do autor às conseqüências ambientais da colonização ao longo da formação da sociedade e economia brasileiras.

No tópico sobre o início da agricultura, aquele autor (p.34) observa que a grande propriedade e a monocultura, no Brasil, são correlatas e resultado da mesma causa, a busca da lucratividade das plantações, já marcante na atividade açucareira, um dos primeiros e principais produtos de exportação da colônia para a metrópole. Já a partir do início do século 18, com a expansão da colonização, foram os metais preciosos que passaram a receber as atenções de Portugal, deixando em segundo plano as demais atividades da colônia. É só na segunda

metade do século 18 que a agricultura brasileira, com o declínio da mineração, terá novo vigor, produzindo, além de açúcar e tabaco, outro gênero tropical, o algodão. A agricultura concentrava-se então no litoral, até porque a penetração para o interior só aconteceu com a mineração e a pecuária.

Ao longo dos séculos 17 e 18, analisa PRADO Jr. (p.87), a instalação de novas culturas se fazia usualmente com “queimadas”, e os solos empobrecidos eram simplesmente abandonados, processos “*bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, a fazerem sentir seus efeitos devastadores*”. O consumo de lenha era descontrolado, e pouco se fazia no sentido de melhorar o solo, aprimorar instrumentos agrícolas, selecionar variedades vegetais. A devastação da mata, segundo o autor, “... *em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte*” (p.88). MAMIGONIAN (1997:4) igualmente assinala que desde o século 16, no Brasil, a agricultura significou derrubada da floresta, e “... *queimar era o meio de preparar o habitat para o homem civilizado, que excluía o índio*”.

DEAN (1996:380), ao contar a história da devastação da Floresta Atlântica brasileira, também faz um retrato contundente das conseqüências dessas práticas:

Durante quinhentos anos, a Mata Atlântica propiciou lucros fáceis: papagaios, corantes, escravos, ouro, ipecacuanha, orquídeas e madeira para o proveito de seus senhores coloniais e, queimada e devastada, uma camada imensamente fértil de cinzas que possibilitavam uma agricultura passiva, imprudente e insustentável. A população crescia cada vez mais, o capital ‘se acumulava’, enquanto as florestas desapareciam; mais capital então ‘se acumulava’- em barreiras à erosão de terras de lavoura, em aquedutos, controle de fluxos e enchentes de rios, equipamentos de dragagem, terras de mata plantada e a industrialização de sucedâneos para centenas de produtos outrora apanhados de graça na floresta. Nenhuma restrição se observou durante esse meio milênio de gula, muito embora, quase desde o início, fossem entoadas intermitentes interdições solenes que, nos dias atuais, são contínuas e frenéticas.

Ainda na segunda metade do século 18, a extremidade meridional do território brasileiro começou a despontar na vida econômica da colônia, tendo como base a pecuária e, em menor escala, a agricultura, especialmente em pontos do litoral, onde, por exemplo, estão hoje Porto Alegre, Florianópolis e a

porção continental próxima. O Extremo-Sul do país, por não oferecer condições ideais para a produção em larga escala de gêneros tropicais e ser alvo de disputa entre Portugal e Espanha, foi palco de um sistema de colonização diferente do conjunto do país. As terras no Extremo-Sul foram demarcadas em pequenas parcelas e entregues aos colonos, vindos principalmente das ilhas dos Açores. Essa iniciativa estava plenamente integrada ao projeto político-econômico luso de fomento à produção colonial, como resposta institucional à conjuntura depressiva que a metrópole então enfrentava (CAMPOS, 1991; SILVA, 1992).

PRADO Jr. (1945:157) nota que, ao longo do século 19, depois da abertura dos portos em 1808 e da emancipação política da colônia, houve uma revolução na distribuição das atividades produtivas no Brasil. Dois fatos contribuíram para isso. O primeiro foi o deslocamento da primazia econômica das regiões agrícolas do Norte para as do Centro-Sul. O segundo se concretizou na decadência das lavouras tradicionais, cana-de-açúcar, algodão e tabaco, em favor do desenvolvimento do café, que dominou o Vale do Rio Paraíba e adjacências até o terceiro quartel do século 19, em função de características como altitudes médias, clima subtropical, relevo acidentado e revestimento natural de florestas subtropicais. Ao auge do crescimento da atividade no Vale do Rio Paraíba, porém, seguiu-se o declínio, e a pujança econômica dali transferiu-se, então, para o oeste paulista, especialmente Campinas e Ribeirão Preto, já no início do século 20.

Os resultados econômicos da lavoura cafeeira, observa PRADO Jr. (p. 210) foram possíveis graças aos capitais e créditos concedidos pela finança internacional. Já como República, o Brasil acrescenta à sua pauta de produtos agrícolas exportáveis a borracha, o cacau, o mate e o fumo, tornando-se um dos grandes produtores mundiais de matérias-primas e gêneros tropicais. De uma forma ou de outra, porém, essas diferentes produções experimentaram períodos de expansão e, depois, crise, deixando para trás os impactos sociais e ambientais, marcantes desde o início da colonização.

A interpretação de PRADO Jr., autor de inspiração marxista, para quem o papel da lavoura cafeeira foi fundamental para o processo de industrialização do país, contrasta com a de outros intelectuais que ao longo do século 20 debateram a industrialização brasileira. MAMIGONIAN (2000:8), que reflete sobre o assunto

com um olhar de geógrafo, observa que três teorias sobre a industrialização tiveram papel hegemônico entre pesquisadores de esquerda no país¹⁰. Para ele, a dos ciclos de acumulação, de RANGEL, é a que “reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro” (p.8). O esquema explicativo de RANGEL, adotado também por PEREIRA para analisar a formação nacional brasileira com base no conceito de formação socioespacial, implica a aceitação de que o sistema mundial capitalista mostra fases de expansão e de depressão, em ciclos longos (mais ou menos cinqüenta anos), conforme a teoria do russo N. Kondratieff, e médios (dez anos), de acordo com a teoria do francês Juglar. Na análise que faz sobre o Brasil, RANGEL expõe sua teoria da dualidade, ao relacionar, observa MAMIGONIAN (2000:28), “a estrutura e evolução da formação social brasileira aos modos de produção dominantes no centro do sistema”, mostrando assim que o processo industrial no país avançou tanto nas fases de expansão quanto nas de contração do comércio internacional, por sua indústria ter um dinamismo próprio.

¹⁰ As teorias listadas pelo autor são as seguintes: a da CEPAL (intelectuais ligados à Comissão Econômica para a América Latina – ONU), para quem a industrialização foi resultado do processo de substituição de importações e que sofre críticas de MAMIGONIAN por sua visão estagnacionista; a da dependência, que defende a tese de que a industrialização brasileira se subordinou aos interesses do centro do sistema capitalista, considerada igualmente estagnacionista pelo autor; e a dos ciclos de acumulação, do economista IGNÁCIO RANGEL, que apresentou “uma teoria do capitalismo contemporâneo e suas especificidades no Brasil, inclusive as articulações de modos de produção a nível nacional e internacional, ausente nas formulações cepalinas e empobrecidas nos dependentistas” (MAMIGONIAN, 2000:17). PEREIRA (1999:57) observa que na corrente teórica de PRADO Jr., denominada circulacionista, verifica-se uma visão parcial, dominada por fatores externos, e uma “supervalorização do papel da circulação, das relações mercantis, em detrimento da produção”. A pesquisa feita pela autora aponta como causa disso a ausência do conceito de modo de produção na obra de PRADO Jr., “... o que acaba por fazê-lo confundir o predomínio das relações mercantis com a existência de um sistema capitalista, ainda que incompleto” (PEREIRA, 1999:57). É importante lembrar que PEREIRA filia-se à corrente de RANGEL, a qual combina modos de produção dominantes (escravismo, feudalismo e capitalismo) que compõem o que ele chama de dualidade básica da formação brasileira, para mostrar que a economia do país reage de forma positiva no período depressivo dos ciclos longos do capitalismo, sendo, portanto, dinâmica, e não atrasada e completamente dependente do centro do sistema capitalista, como defendem a teoria cepalina, da dependência e a circulacionista, de PRADO Jr. Os caminhos de interpretação, portanto, são muitos. PUNTONI observa que a historiografia brasileira está se transformando em função do estudo das fontes locais e o melhor conhecimento dos documentos gerados pela administração colonial. Com relação à colonização, aponta ele, teses recentes como a de B. J. BARICKMAN avançam no sentido de confrontar as diferentes dimensões da agricultura escravista de exportação com o desenvolvimento de setores internos de abastecimento (Jornal de Resenhas, Folha de São Paulo, 13/09/2003, p.3).

Com relação à importância da cafeicultura no fenômeno industrial, MAMIGONIAN (1969:56) admite que se deve ao café o impulso ao mercado interno e a implantação de estradas de ferro e de redes de energia elétrica. Para o autor, porém, é exagero afirmar que o processo de industrialização iniciou-se, especialmente depois da crise de 1929, com a transferência de capitais e empresários do café para a indústria. Na ótica de MAMIGONIAN (p.57), essa idéia interessa mais à ideologia da aristocracia rural paulista e aos latifundiários brasileiros. Ele nota também que 20% dos então grandes estabelecimentos fabris paulistas surgiram no século 19 ou nas duas primeiras décadas do século 20, rebatendo assim afirmações de que a indústria teria nascido com Volta Redonda, na década de 40 (p.55).

MAMIGONIAN observa ainda que a compreensão da industrialização brasileira reside principalmente no processo migratório. Ele lembra que, do século 16 ao 19, estruturou-se no Brasil uma economia colonial, latifundiária e escravocrata, que exportava gêneros para a Europa e de lá importava produtos de consumo. Nos extremos da escala social estavam os latifundiários e os escravos, entremeados por camadas constituídas por funcionários, militares e artesãos, que atendiam mais os cidadãos ricos do que as necessidades de produção. Não havia propriamente uma classe média do tipo europeu, que o autor (p.59) cita em contraposição a essa sociedade colonial-latifundiária, classificada como de tipo *latino*, extremamente desigual, com decisões centralizadas em todos os níveis e na qual há nítida separação entre trabalho e pensamento. Já na segunda metade do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, a chegada de 4,5 milhões de imigrantes ao país, muitos com significativa experiência econômica, é que vai constituir a classe média "européia" (aspas no original) dentro da qual se inicia o processo de industrialização (p.59-60).

Independentemente das linhas teóricas que seguem, e que não são alvo específico de análise nessa dissertação, as interpretações sobre a industrialização pontuam como marco a década de 30, caracterizada como foi pela crise mundial de 1929. O valor de produtos fundamentais da economia brasileira, como o café, cai, com redução das exportações e mudança no perfil do país, até então uma economia agro-exportadora. A industrialização avança lastreada no processo de substituição de importações e com estímulos

governamentais (MAMIGONIAN, 2000:48-9). GONÇALVES observa que, depois da Revolução de 1930, a organização socioespacial brasileira foi marcada pela descontinuidade espacial dos diversos complexos econômico-sociais que se formavam desde o período colonial (1995:316). Com a crise de 29/30, inicia-se no país uma política específica de industrialização, mas é a partir da década de 50 que começa a se desenhar, segundo o autor, o atual modelo de desenvolvimento brasileiro. O poder se centraliza no nível federal, com investimentos em transportes, comunicações e constituição de uma indústria de base. A Floresta Atlântica, os Campos e o Cerrado são desmatados para se expandir a área cultivada e de pecuária (GONÇALVES, 1995:317). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, analisa SANTOS (1988:89), o país também consegue organizar os cuidados sanitários e tornar mais acessíveis os medicamentos, reduzindo a mortalidade. O período marca a difusão do consumo e a integração do território através da malha rodoviária, levando a urbanização do litoral para o interior.

Essas transformações cristalizam, segundo SANTOS & SILVEIRA (2002:37), um período de transição que se deu, para o conjunto do país, entre o começo do século 20 e a década de 40. Esse período assinala o início da integração nacional e da hegemonia de São Paulo, com o país se industrializando e vendo nascer um expressivo mercado no Centro-Sul:

Rompia-se, desse modo, a regência do tempo 'natural' para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, nos telégrafos e na produção mecanizada.

Os autores observam que a indústria brasileira tem um novo impulso a partir de 1945, com São Paulo se afirmando como a grande metrópole fabril do país. O crescimento populacional, a elevação dos níveis de vida e de consumo e a demanda maior e mais freqüente de serviços levam ao nascimento de novas cidades no interior do país. A política cambial favorecia as indústrias, o aparelho do Estado se modernizava, num processo já iniciado com Getúlio Vargas, facilitava-se a entrada do capital estrangeiro e a economia nacional se inseria ainda mais na economia internacional (p.43-4). Foi todo um esforço para equipar e integrar o território, preparando-o para uma nova era do capitalismo no pós-guerra, possibilitada pela revolução técnico-científica: "Era o momento de lançar a

semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, na escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois” (p.47). Nesse sentido, os autores notam que mais um passo na internacionalização da economia brasileira foi o Golpe de Estado de 1964, “com a influência explícita da Guerra Fria e os acordos assinados para tornar mais segura a entrada de capitais” (p.46). As mudanças também atingem o campo, especialmente a partir dos anos 70, com a modernização da agricultura e a expansão das fronteiras agrícolas possibilitada pela chamada Revolução Verde, num quadro que marca um novo período:

A união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica, e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional ... que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos no resto do país (SANTOS & SILVEIRA, 2002:53).

Em âmbito internacional, é também na década de 70 que começam a crescer as discussões sobre as conseqüências do desenvolvimento na relação entre a sociedade e a natureza. Em sua análise da questão ambiental no Brasil entre 1960 e 1989, inspirada pela perspectiva de reabertura política, MONTEIRO nota que, no período pós-64, os Planos Nacionais de Desenvolvimento, os PNDs, passam a expressar uma nova dinâmica na reprodução de capitais, que migram do Sudeste para o Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia graças às novas oportunidades de investimento. A partir de 1969, a indústria recebe incentivos fiscais e medidas protetoras, beneficiando-se da política econômica voltada para a exportação. Com a aprovação do Estatuto da Terra, em 1964, que visava a formação da empresa rural, mas, como um de seus efeitos, acaba por fortalecer o latifúndio, muitos trabalhadores rurais são expulsos do campo e buscam a periferia das cidades, sobrevivendo sem condições adequadas de moradia, alimentação e saneamento. A dívida externa provocada por esse modelo econômico cresce, constata MONTEIRO (1981:25), com elevado custo social.

Segundo o autor, qualquer *“avaliação rápida que se faça evidenciará a desproporção entre a crescente ampliação do uso de recursos naturais, as limitações do rendimento econômico e sobretudo o débito social desse esforço”* (p.39).

MONTEIRO exemplifica a afirmação através da análise de três casos estudados por diferentes pesquisadores. O primeiro deles se refere à produção, em São Paulo, de papel e celulose, um dos insumos básicos a impulsionar o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir de 1974. A implantação das indústrias do setor se deu em associação ou com subsídios a grupos oligopolistas externos, provocando a reorganização do espaço geográfico brasileiro e interferindo na estrutura agrária, nas relações de trabalho e no uso do solo. Outro caso avaliado é a implantação de projetos agropecuários no Mato Grosso, que também se valem de incentivos de toda ordem e acabam por alterar, sem manejo adequado, a cobertura vegetal por pastagens. Um terceiro exemplo das conseqüências provocadas pela prática dos PNDs é a expansão do plantio de café nas chapadas nordestinas, que provoca desmatamento e altera o regime hídrico. Esses e outros casos revelam que, ao longo da década de 70, impulsionada que foi pelas metas do desenvolvimento e da modernização, as preocupações com a natureza dificilmente foram consideradas no planejamento da exploração dos recursos naturais (MONTEIRO, 1981:47).

O cenário não se mostrou diferente nas áreas urbanas, onde os impactos ambientais negativos se multiplicaram a partir da década de 60, relacionados à implantação da indústria automobilística e ao esforço da industrialização em geral. É a década da instituição de regiões metropolitanas e da geração dos planos diretores urbanos que visavam disciplinar o crescimento das cidades. MONTEIRO observa que, analisadas num nível mais amplo, as cidades brasileiras sugerem uma razoável distribuição pelo território nacional. Suas vinculações de organização funcional, porém, refletem as desigualdades regionais. Parte dos problemas, conclui o autor, decorrem da oposição entre o campo oficial, do qual se espera a realização das grandes obras, e o privado, que dita as regras do crescimento urbano através da especulação imobiliária (1981:51).

Nesse estado de coisas, com a reestruturação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a criação, em 1975, da Secretaria Especial de

Meio Ambiente (SEMA), ligada ao então Ministério do Interior, o Brasil tenta dar respostas aos dilemas ambientais do desenvolvimento, expostos na Conferência de Estocolmo. Essa iniciativa deixa à mostra uma realidade que é notável na condução da política ambiental ao longo dos anos 70 e 80 no país: a visão da problemática sob um enfoque predominantemente natural, voltado para a criação de áreas naturais protegidas. MONTEIRO observa que a SEMA agia em torno de dois pólos de interesse. De um lado, o aspecto da conservação, norteado pela “racionalidade” no uso dos recursos, e de outro o da preservação, ou seja, da “intocabilidade” (1981:30).

É interessante notar que essa discussão continua atual, permeando debates filosóficos, aspectos da legislação ambiental, ações de interesse do Poder Público e de organizações não-governamentais (ONGs), e uma série de significativas atividades econômicas. Vários conflitos são notáveis, entre os quais a forma de ocupação e uso das unidades de conservação, como parques e estações ecológicas, que têm objetivos diferentes, o direito das chamadas populações tradicionais e dos indígenas ao uso e aproveitamento dos recursos e a compensação financeira aos municípios que mantêm áreas protegidas, expressa em iniciativas como o ICMS Ecológico, que são mais ou menos bem-sucedidas. O turismo atualmente também expressa essa oposição entre uso e preservação, especialmente os chamados turismo ecológico e ecoturismo, expressos na valorização de determinadas áreas, que viram alvo de forte especulação imobiliária, e de certos hábitos e costumes de populações pouco integradas ao padrão de consumo capitalista. KURZ (2002:12) faz uma crítica à propriedade privada moderna que, de certa forma, também expressa as contradições dessas novas formas de turismo e de valorização das chamadas áreas naturais protegidas. Segundo o sociólogo,

(...) nenhum uso gratuito para a satisfação das necessidades humanas, além das oficiais, é mais tolerado: os recursos têm de servir à valorização ou ficar em pousio. Mesmo a parte da terra que o próprio capital não pode de jeito algum usar deve ser excluída, dada a forma da propriedade privada, de qualquer outro uso.

As ONGs também deixam à mostra essas contradições. Da crítica à supervalorização da tecnociência, as ONGs ambientais também passaram a usar argumentos técnico-científicos para validar seus discursos. Não é à toa que

ambientalistas se aproximam de empresários, e a busca de soluções para os problemas ambientais por vezes se resume à necessidade de encontrar tecnologias alternativas, uma das vertentes da modernidade, baseada na crença no poder redentor da ciência. A natureza, mesmo nos mais longínquos territórios, é assim transformada em objeto a partir de um conjunto de intenções sociais e, no dizer de SANTOS (1997), “... *ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor*”.

ALEXANDRE (2000) também observa que houve uma perda de radicalidade do movimento ambientalista, que deixa de lado a espontaneidade e o ativismo político crítico, ganhando força na forma de *bandeira de luta* de empresários, publicitários e agências setoriais de governo¹¹. Nesse quadro, RODRIGUES (1992-93:78) ressalta que a alardeada “solidariedade com as gerações futuras”, um dos pilares do conceito de desenvolvimento sustentável, mostra a sua faceta mais perversa em iniciativas do tipo banco de germoplasma¹², que, ao final das contas, buscam mesmo reservar a biodiversidade para apropriação futura. A autora resume bem o negócio: o conhecimento da natureza é a nova mercadoria. MAMIGONIAN (1997:8) afina a crítica, desvelando o significado mundial das ONGs:

Os movimentos ambientalistas do centro do sistema se preocupam com a preservação das florestas tropicais e da biodiversidade correspondente, enquanto os laboratórios do mesmo centro procuram retirar dessa biodiversidade as

¹¹ Uma crítica a esse novo perfil das chamadas organizações não-governamentais, entre as quais se incluem poderosas ONGs ambientais como Greenpeace e, no Brasil, a SOS Mata Atlântica, foi expressa pelo sociólogo Francisco de Oliveira em entrevista à *Folha de S. Paulo*. Segundo ele, as ONGs representam um dos resultados da nova forma assumida pelo Estado Nacional, que não é mais capaz de fazer a macropolítica. Essa incapacidade é fruto do fim da relação que existia entre grupos sociais, seus interesses e a política, fundamentada, como era, no trabalho formal, agora enfraquecido. A crise da política e dos partidos foi, então, uma das causas para o surgimento das ONGs, que, no início passaram a vocalizar questões como o feminismo e o meio ambiente, não alcançadas pelas formas políticas. “*No passado, elas foram sintoma de algo que a política não sabia processar. Agora são um sintoma de algo que não pode ser processado pela política. A colocação do verbo faz a diferença*”, conclui o sociólogo (CARIELLO, 07/12/2003, p.A15).

¹² Germoplasma é o “*acervo genético que reúne o conjunto de materiais hereditários de uma espécie*”; banco de germoplasma é a “*base física onde o germoplasma é conservado. Geralmente, são centros ou instituições públicas e privadas que conservam coleções de germoplasma sob a forma de sementes, explantes de plantas, culturas de células, plantas mantidas no campo, por exemplo*” (cfe. POLÍTICA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000:36-7).

possibilidades farmacológicas e logo patenteá-las, ao mesmo tempo em que querem manter monopólios comerciais dessas patentes, em detrimento da periferia, onde se encontram tais florestas.

Ao nível do Poder Público, esse debate em torno da conservação versus preservação denota o percurso histórico das iniciativas mundiais de preservação da natureza, consolidadas na criação de *unidades de conservação*¹³. O estabelecimento das chamadas áreas protegidas começou a tomar forma no século 19, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde teve o objetivo de proteger a vida selvagem ameaçada, segundo seus idealizadores, pela civilização urbano-industrial. Os preservacionistas norte-americanos, preocupados com a rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, “propunham ‘ilhas’ de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedades ou espaços públicos” (DIEGUES, 1996, p.11).

No Brasil, em 1876, quatro anos depois da criação do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos, o engenheiro e político André Rebouças, preocupado com o impacto das atividades econômicas sobre a natureza, sugeriu a implantação de um parque nacional na Ilha do Bananal e de outro em Sete Quedas. Em 1891, o decreto 8.843 instituiu uma reserva florestal no então território do Acre, mas que, na prática, limitou-se a mais um documento legal. Em 1886, foi criado o Parque Estadual da Cidade, em São Paulo (PÁDUA, 1997:214), e finalmente, em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, primeiro parque federal brasileiro.

Mas é só partir da década de 60 que a legislação ambiental sobre áreas protegidas começa realmente a se consolidar, tanto em função das pressões internacionais quanto da acelerada degradação da natureza. Só que até a década de 1970, a instituição das primeiras unidades de conservação brasileiras não obedecia critérios técnicos e científicos, ditados hoje pela legislação. O

¹³ Conforme o inciso I do artigo 2º da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a definição de Unidade de Conservação é a seguinte: “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

estabelecimento das áreas era feito muito mais pelas belezas cênicas ou por fenômenos geológicos espetaculares (PÁDUA, 1997:217).

A primeira fase do ordenamento jurídico do país nessa área também caracterizava-se pela fragmentação da natureza, como mostram os Códigos de Caça, de Pesca e de Mineração, todos da década de 60. Do mesmo período também é o Código Florestal (Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965), com base no qual o Poder Público pôde começar a criar parques nacionais, estaduais e municipais e reservas biológicas. Foi somente com a Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, que a legislação começou a ser utilizada de uma forma integrada no país. É essa lei que, em seu artigo 9º, determina a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal. Posteriormente, a Resolução 11/87 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) declara como unidades de conservação vários espaços territoriais especialmente protegidos. Finalmente, a Constituição Federal de 1988, no inciso III de seu artigo 225, funda as bases constitucionais para que o Poder Público institua as unidades de conservação¹⁴.

A legislação tenta dar respostas a parte dos problemas inseridos na chamada “questão ambiental”, e especificamente ao acelerado desflorestamento. À luz do início dos anos 80, MONTEIRO esboça um quadro dos principais problemas existentes no país de acordo com uma determinada diferenciação espacial. Esse esboço de certa forma faz uma ponte, do ponto de vista geográfico, entre os principais aspectos da formação territorial do país, vistos no início do capítulo, com as características atuais mais relevantes no que se refere às conseqüências do desenvolvimento. A partir desse quadro, complementado por outros autores, é possível compreender o discurso ambiental histórica e geograficamente construído no Brasil e, de forma mais específica, o “canto da sereia” do desenvolvimento sustentável.

Resumidamente, tem-se, primeiro, o Sudeste brasileiro, onde está a área mais urbanizada. Foi a região onde a exploração do pau-brasil, da cana-de-

¹⁴ Há muita discussão sobre até que ponto o avanço da legislação ambiental contribuiu para minimizar ou impedir o avanço da destruição de florestas, da poluição do ar e da água. É um tema a ser explorado, e é ilustrativa a crítica do jornalista Randau Marques, um dos precursores da cobertura jornalística desses assuntos: “*Se dependesse de lei, esta seria a terra mais civilizada do mundo*” (Resumo do Seminário “A Imprensa e o Planeta”, 1989, p.57).

açúcar, da mineração e do café deixaram para trás áreas degradadas, nas quais depois se implantaram pastagens e a criação de gado. O plantio do café se prolongou para o norte do Paraná, sendo mais tarde substituído pela monocultura da soja e do trigo. Essas atividades foram fortemente beneficiadas por incentivos governamentais e impulsionadas pela pressão de multinacionais interessadas no comércio de fertilizantes, espécies selecionadas e agrotóxicos, incluídos no pacote da chamada Revolução Verde. Os resultados, entre outros, foram o desmatamento, a poluição do solo, das águas e, nas cidades, como consequência da industrialização, a poluição atmosférica.

Já o Nordeste é alvo de medidas contra as secas desde o Segundo Império, sempre paliativas, sendo a natureza um “*álibi*” para a *inoperância do sub-sistema social e a estrutura econômica, carente e subdesenvolvida*” (MONTEIRO, 1981:64). Ao longo do litoral da Bahia e Espírito Santo, a implantação de pólos madeireiros, com estímulo do Poder Público, destruiu rapidamente importantes reservas florestais que haviam sobrevivido ao secular processo de devastação. No Centro-Oeste, o mesmo autor identifica os impactos provocados pela construção de Brasília, entre os quais a expansão do povoamento e o início da ocupação agrícola do Cerrado. Já no Pantanal despontam fazendas ainda esparsas, mas multiplicam-se as estradas de acesso, insinuando, ainda na década de 80, os problemas atuais da maior planície alagada do planeta. No Norte do Mato Grosso e em Rondônia observam-se os mais intensos processos de degradação então em curso no país. São os grupos nacionais e multinacionais que, graças aos habituais incentivos fiscais e facilidades governamentais, arrasam a floresta para substituí-la por grandes projetos agropecuários. Ao mesmo tempo, migrantes deslocam-se para essa nova fronteira, tentando reproduzir ali os modelos de ocupação de suas regiões de origem e sendo vítimas de conflitos pela posse da terra.

O final dos anos 70 marca também o início do debate sobre a Amazônia, quando intelectuais, cientistas, militares denunciam à opinião pública, com ampla cobertura dos meios de comunicação, os projetos de exploração madeireira da floresta¹⁵. Até então, apenas a exploração da borracha, no início do século, havia

¹⁵ Como anota AB’SÁBER (2003:14), nesse domínio morfoclimático brasileiro, atividades “*madeiras difusas e generalizadas completaram a insana guerra contra a biodiversidade*”.

chamado a atenção para a Amazônia, que fica novamente sob os holofotes depois da Conferência de Estocolmo. Parte das críticas era direcionada aos projetos nacionais para povoamento ao longo dos eixos rodoviários e às facilidades e concessões oferecidas aos grupos internacionais para os grandes projetos de mineração, conforme indica MONTEIRO (1981:79). O autor observa que, nesse contexto pós-Estocolmo, foi notável a dubiedade da posição do governo brasileiro, então sob regime militar, pois

... é indisfarçável que as forças do Poder, em que pesem as proclamadas "intenções" de desenvolvimento sem esbanjamento de recursos e preservação da qualidade ambiental, têm sido amplamente desmentidas pela realidade das ações desenvolvimentistas e dos interesses econômicos de grupos (p. 113).

Numa leitura feita na década de 90, COY (1998) faz uma interpretação dessa realidade com base nas mudanças provocadas pela globalização. Ele vislumbra dois movimentos que apontam o papel das periferias, como a Amazônia, nessa nova ordem. De um lado, elas funcionam como *reservas de recursos* (grifo no original) para a economia global, através da *"expansão – dirigida e espontânea – de formações econômicas voltadas à exportação de matérias primas ou de produtos primários..."* (p.9). Esse processo, completa o autor, se dá de acordo com interesses de atores de fora, envolvendo governos, investidores nacionais e internacionais, ONGs, migrantes. De outro lado, as atividades informais também se expandem, aliadas à persistência de formas de sobrevivência de grupos indígenas, camponeses, mostrando que as periferias também se constituem em *refúgios sócio-econômicos* (grifo no original) *"para aqueles grupos que se encontram na margem da sociedade globalizada"* (p.11). COY arremata a conclusão acrescentando que as regiões periféricas¹⁶ também são alvo de novas formas de globalização política, expressas no discurso ecológico internacional, que influencia a política de cooperação internacional e a atividade das ONGs (p.11).

¹⁵ São "periféricas" no sentido geográfico, e mesmo econômico, considerando a situação econômica do passado. Deixam, porém, de ser periféricas se for levado em conta o fato de que fazem parte do centro das atenções econômicas e geopolíticas atuais, dentro da dinâmica do modo de produção capitalista.

Com base nesses pressupostos, o autor esboça os tipos de frente pioneira que atualmente se desenvolvem na Amazônia, geralmente interagindo ou concorrendo entre si e expressando o interesse de atores de dentro ou de fora da região. São as seguintes: frente pioneira de sobrevivência; da agricultura modernizada; especulativa; de extração; urbana; do narcotráfico; todas constituindo uma realidade complexa, contraditória e com diferenciação regional, o que, segundo COY (1998:30):

...parece constituir o ponto de partida para os cenários de um desenvolvimento alternativo para as frentes pioneiras na Amazônia visando a sustentabilidade do uso dos recursos, assim como das estruturas e processos sócio-econômicos.

Essa complexidade faz com que, desde a década de 70, a Amazônia seja um tema candente na mídia nacional e internacional. Antes da Rio-92, havia um forte interesse nas discussões sobre a internacionalização da Amazônia, ancoradas em argumentos como o da região ser o “pulmão do mundo” por causa de sua vasta cobertura vegetal. A partir da década de 90, a cobertura jornalística passou a refletir os debates sobre o desenvolvimento sustentável, buscando ouvir representantes do governo, de ONGs e cientistas para tentar traçar o futuro da região. Os temas mais freqüentes atualmente são o desflorestamento, a demarcação das terras indígenas e o potencial biotecnológico amazônico. Há, ainda, determinados segmentos da mídia televisiva que buscam mostrar a Amazônia como uma região de cenários maravilhosos e fauna e flora pitorescas, ignorando a presença humana e os conflitos existentes, como acontece nos programas dedicados à região pelo *Globo Repórter*, da Rede Globo de Televisão.

BECKER, por sua vez, avalia que a Amazônia é um dos cenários prováveis na definição do novo padrão de inserção do Brasil na economia-mundo e na dinâmica do poder internacional ao longo do século 21 (1993:131). A autora observa que atualmente, na Amazônia, se configuram três concepções divergentes de desenvolvimento sustentável defendidas por diferentes atores sociais. A primeira delas implica estratégias para conservar o ambiente, com participação das comunidades locais no uso da terra. Tal proposta, entende BECKER, tem um viés rural e, na ótica da autora, não pode ser generalizada num

Brasil urbano, inclusive porque a Amazônia é, também, uma “selva urbanizada”¹⁷, onde a maior parte da população não é formada por pequenos produtores, e sim por habitantes urbanos. Para ela, levando em conta a heterogeneidade da Amazônia, “soluções para o seu desenvolvimento não podem ser generalizadas, e a pequena agricultura pode ser desenvolvida em condições particulares” (p.131).

Outra vertente investigada pela geógrafa nega essa opção agrícola e aposta no uso de “bens e serviços” gerados pela floresta (clima, serviços para a agricultura, medicina, indústria), mas há argumentos baseados em pesquisas que conferem ao extrativismo baixa sustentabilidade econômica e social, o que dificultaria sua adoção generalizada. A terceira concepção se funda no chamado ecodesenvolvimento, que faz uso da biomassa da floresta. BECKER critica essa proposta por ela excluir ou reduzir o papel do Estado e da tecnologia de ponta, acrescentando que experiências de silvicultura, como o Projeto Jari, no final da década de 60, mostraram que simplificação deixa o ecossistema vulnerável (p.132). Ao refletir sobre os problemas e o potencial da Amazônia, a autora conclui que se faz necessário um desenvolvimento baseado na biodiversidade (fonte da biotecnologia), na sócio-diversidade (variedade de culturas, atividades econômicas, organizações sociais, técnicas e saberes, de gêneros de vida que correspondem a diferentes modos de se relacionar com a natureza) e no equipamento territorial, ou seja, nas redes de circulação e comunicação que dão a base para a produção e convergem nos núcleos urbanos: “Na interface da bio-sócio-diversidade e das redes configuram-se níveis de complexidade territorial com tempos-velocidades igualmente diferenciados, que constituem a base para o desenvolvimento regional responsável” (p.140).

Depreende-se da análise que as três concepções de desenvolvimento expostas criticamente por BECKER estão, de certa forma, contempladas nas próprias conclusões da autora. Elas atualmente direcionam, em maior ou menor grau, na prática ou apenas no discurso dos diversos atores sociais, as políticas de

¹⁷ Essa expressão pode ser compreendida em COY (1998). Ele observa que a frente pioneira urbana é formada pelos centros urbanos antigos da região amazônica e por várias cidades pioneiras novas, surgidas a partir da expansão das diferentes frentes pioneiras, fazendo com que a maior parte da população amazônica hoje viva nessas cidades, implicando elevada taxa regional de urbanização (p.18).

desenvolvimento na Amazônia¹⁸. Um passo importante que une participação das comunidades locais e extrativismo foi a criação das Reservas Extrativistas (RESEX) da Amazônia e Reservas Extrativistas Marinhas, uma categoria de manejo de unidade de conservação que expressa a luta popular pelo acesso aos recursos da floresta e do litoral. Atualmente, existem 16 RESEXs no Brasil, uma delas a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, localizada na Baía Sul, em Florianópolis (SC)¹⁹, mostrando que experiências de extrativismo, comumente associadas ao meio rural, em certos casos são possíveis no entorno do meio urbano. Nesse sentido, entende-se que a definição de novas formas de relação com a natureza apropriadas para a Amazônia deve levar em conta que diferentes práticas e conhecimentos estão ligadas a determinadas formas de organização social, ou seja, devem ser pensadas de acordo com a formação socioespacial onde estão inseridas.

¹⁸ Em artigo para o jornal *Folha de São Paulo*, o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, VIRGÍLIO M. VIANA, observa que é “... inadmissível que indígenas, ribeirinhos e colonos, moradores de ecossistemas riquíssimos, sejam miseráveis e dependam de políticas assistencialistas”. Ele cita as medidas ao nível do Poder Público tomadas para enfrentar o desafio, tais como regularização fundiária; assistência técnica para manejo florestal; criação de florestas públicas de produção; linhas de crédito; apoio à agricultura familiar etc. No nível privado, um caso ilustrativo é o da Maflops, do Pará, que compra madeira de associações de colonos assentados pelo Incra e, em troca, auxilia na construção de benfeitorias nos assentamentos (*Folha de São Paulo*, 28/06/2003). Também pode ser citada a experiência relatada no livro “Enciclopédia da Floresta”, em que um grupo de 145 cientistas, seringueiros e índios apresenta práticas tradicionais dos habitantes do alto rio Juruá, no oeste do Acre, como uma alternativa ao modelo predatório de desenvolvimento da Amazônia. O estudo foi feito na Reserva Extrativista do Alto Juruá, com 5.062 quilômetros quadrados, e mostrou que as práticas econômicas das populações tradicionais não afetaram a biodiversidade da área e, em certos casos, “perturbações induzidas por elas ampliaram o número de espécies” (cfe. entrevista feita por CLAUDIO ANGELO com os organizadores da enciclopédia para o caderno MAIS! do jornal *Folha de S. Paulo* – 14/07/2003). Na contramão dessas iniciativas, em maio de 2003 a representação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em encontro sobre manejo de florestas realizado em Genebra, na Suíça, anunciou que um programa do governo poderia resultar na concessão, a empresas privadas e comunidades, de 25 milhões de hectares de áreas públicas da Amazônia até 2010. O anúncio provocou fortes reações negativas e, em seguida, o MMA divulgou nota à imprensa dizendo que a proposta era do governo FHC. Segundo o Ministério, o atual governo solicitou a retirada do projeto de lei do Congresso para fazer um “amplo debate na sociedade” antes de tomar uma decisão (cfe. *O Estado de S. Paulo*, 27/05/2003). Um dos intelectuais que protestou contra o projeto foi AZIZ AB’SABER, professor emérito de Geografia da USP e ex-presidente da SBPC nacional.

¹⁹ A RESEX Marinha do Pirajubaé, criada em 20 de maio de 1992, tem 1.444 hectares, dos quais 740 são formados por manguezais do Rio Tavares, e os 704 restantes pertencem ao Baixio da Tipitinga (disponível em www.ibama.gov.br). No entanto, diferentes motivos revelam que a reserva atualmente não cumpre os objetivos inicialmente propostos. AUGUSTO (2003) mostra que a população local não foi devidamente ouvida sobre a criação da reserva, e hoje há duas diferentes associações em disputa na RESEX. Também há sérios problemas de degradação do manguezal e

No dizer de ALMEIDA (2001:25), é preciso que o desenvolvimento expresse “... não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade”. Mesmo a concepção de desenvolvimento baseada na diversidade biológica também não pode ser considerada resposta para todos os conflitos. A valorização da biodiversidade²⁰ expressa, inclusive, uma visão da natureza sob a ótica do mercado e, no Brasil, ainda está sendo discutida a regulamentação da base legal que, dentre outras questões, garanta também às comunidades locais acesso aos benefícios propiciados pela biotecnologia²¹.

O caso da Amazônia mostra que não basta engendrar um novo discurso, ancorado em velhas práticas, para construir formas diferentes de relação entre sociedade e natureza. Mais do que isso, a reconstrução socioespacial da marcha histórica que começa em 1500 e chega ao século 21 revela que a adoção de soluções homogêneas, ditadas pelos interesses capitalistas e alheias ao interesse das populações, serviu para aguçar as intensas disparidades regionais do país. A exemplo do que vimos em nível nacional, a próxima seção vai analisar como se deu, em Santa Catarina, o processo de apropriação da natureza.

²⁰ Biodiversidade ou diversidade biológica: a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (inciso III, art. 2º, da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000). A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo durante a Rio-92, ratificada pelo Congresso Nacional em 94 e promulgada em 98. Seus objetivos gerais são: “(a) **conservação da diversidade biológica**; (b) **utilização sustentável de seus componentes**; e (c) **repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos**” (MMA, 2000:9, com grifo no original). O tema é polêmico, como se vê, por tratar do acesso à base genética dos recursos e direitos de propriedade intelectual, e tem polarizado os interesses dos países do Norte e do Sul.

²¹ Os avanços nessa área tem sido notáveis, como a pesquisa para o seqüenciamento do genoma do guaraná, escolhido por causa da sua importância econômica para a Amazônia. O projeto integra uma rede formada por 12 grupos de pesquisa na região Norte (cfe. nota da SEÇÃO PANORÂMICA do jornal *Folha de S. Paulo*, 23/10/2002). Por outro lado, existem as dificuldades legais para dar conta de regular a apropriação da biodiversidade amazônica. Um exemplo é o caso do cupuaçu, fruta tropical da Amazônia que é usada na produção de suco, creme de sorvete, geléia, torta, cupulate (um tipo de chocolate obtido a partir da semente da fruta) e óleo. A propriedade da marca “cupuaçu” e os direitos da patente para os métodos de produção industrial do cupulate e do óleo da fruta estavam sendo alvo de disputa entre uma empresa japonesa e ONGs ambientais apoiadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (cfe. jornal *Folha de São Paulo*, 03/08/2003 e 10/08/2003).

1.3 SOCIEDADE E NATUREZA EM SANTA CATARINA

A ocupação da porção meridional do território brasileiro foi mais lenta e, considerando os padrões da economia colonial mercantilista, mais modesta em relação à que ocorreu no restante da Colônia. Segundo PEREIRA (2003:9), “... na gênese dessa formação situa-se a preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial em permanente disputa com os domínios hispano-americanos”. O povoamento se deu a partir do avanço de vicentistas, estimulados pela concessão de sesmarias. Em 1738, D. João V cria a Capitania de Santa Catarina, que foi desmembrada de São Paulo e recebeu todo um corpo administrativo civil e militar. Entre 1748 e 1756, chegam os colonos açorianos, que vão proporcionar um povoamento mais permanente do litoral catarinense e dar as feições básicas da sociedade regional.

CAMPOS (1991:19-23) e SILVA (1992:27-40) observam que a vinda dos açorianos, conjugada a todo um aparato civil, militar e econômico anterior e posterior, foi a resposta encontrada pela metrópole lusa para escapar à conjuntura depressiva pela qual então passava. O que viria lhe garantir, principalmente após a ascensão do Marquês de Pombal ao poder, tanto eliminar o processo de disputa com a concorrente metrópole ibérica, quanto “*viabilizar um projeto econômico de grande vulto*”, caso da instalação de grandes monopólios (como o da baleia, por exemplo), como forma de resistir ao capital mercantil inglês, que, por força de acordos como o de Methuen (1703), transformava Portugal quase numa colônia inglesa. Por sua vez, os imigrantes açorianos, mesmo considerando as adversidades iniciais na nova terra, vão desenvolver uma importante produção, baseada em uma estrutura agrária de pequena propriedade, diferentemente do que do que acontecia no restante da Colônia.

Apesar de auto-suficientes, porém, os colonos que povoaram o litoral catarinense não conseguiram se transformar em empresários capitalistas, como aconteceu nas áreas ao Norte e ao Sul da Capitania, povoadas predominantemente por imigrantes italianos e alemães. Entre os principais fatores que explicam a dificuldade de se avançar no processo de acumulação estão as constantes requisições de gêneros alimentícios e de soldados feitas pela Coroa. A isso somaram-se o sistema de comércio oligopolista realizado pelos capitais do

Rio de Janeiro e de outras praças importantes na época, como Recife e Salvador, e o sistema de sucessão da terra, que levou ao parcelamento excessivo do solo cultivável e à queda nos rendimentos (CAMPOS, 1991:26-27).

Em 1829, imigrantes alemães fundam a colônia de Rio Negro, no Planalto Norte, e a colônia de São Pedro de Alcântara, entre Lages e Desterro. As colônias que mais se desenvolveram, porém, foram aquelas fundadas na segunda metade do século 19 e início do século 20, que, aponta PEREIRA, superaram o estágio meramente agrícola de exploração econômica e chegaram à industrialização:

Estas colônias fundadas especialmente por alemães, italianos, e eslavos ocuparam as áreas até então pouco povoadas dos vales florestados das vertentes atlânticas e do interior e ao se introduzirem no espaço correspondente aos estados do Sul do Brasil foram modificando a paisagem natural a partir da pequena produção mercantil, imprimindo um novo dinamismo econômico e consolidando uma formação sócioespacial singular (p.14).

A autora citada conclui, portanto, que dois tipos distintos de formação socioespacial caracterizaram-se no Sul do Brasil: o latifúndio pastoril dos campos do planalto meridional e da campanha gaúcha e a pequena produção mercantil do litoral açoriano e dos vales florestados das vertentes atlântica e do interior. A partir dessa colonização singular, no decorrer do processo histórico delinearam-se em Santa Catarina três regiões industriais importantes, identificadas por MAMIGONIAN (2003) como a região alemã, o Oeste agro-industrial e a região carbonífera-cerâmica do Sul. O autor observa que, na região de povoamento predominantemente germânico, destacam-se dois setores igualmente importantes: a indústria de equipamento, em Joinville e Jaraguá do Sul, e a de bens de consumo como o têxtil, em Blumenau e arredores. Inicialmente, essa região exportou banha, laticínios e madeira para o mercado interno e charutos, fumos e madeira para a Europa. Estas exportações, afirma MAMIGONIAN (2003:43), “foram dominantes até a Primeira Guerra Mundial, quando as têxteis, surgidas por volta de 1880, invadiram o mercado nacional, substituindo importações e permaneceram como ramo dominante até 1950, aproximadamente”. Em Joinville, oficinas mecânicas e fundições se expandiram para atender as novas demandas. Entre as décadas de 1930-40, surgiram nesse município e em Jaraguá do Sul grandes empresas voltadas para a produção de

eletrodomésticos, ferro, tubos e conexões de PVC e motores elétricos, que se expandem entre 1970-80. A partir da década de 90, muitas delas mudam o perfil acionário para driblar a crise econômica.

Em Blumenau, as novas indústrias têxteis também cresceram ao longo das décadas, acelerando a produtividade e alcançando destaque nacional. O quadro também muda na década passada, com a entrada de produtos asiáticos no mercado interno e a supervalorização do real frente ao dólar, que prejudicam a produção dos têxteis (MAMIGONIAN, 2003:44). No que tange às conseqüências do desenvolvimento, o ramo industrial provocou problemas significativos no litoral Norte, demarcado por DUARTE (1988) entre o limite com o Paraná e o balneário de Piçarras. A poluição industrial afetou rios, especialmente o Cachoeira, em Joinville, manguezais, e a Baía da Babitonga, ao largo de São Francisco do Sul (p.40-41).

MAMIGONIAN aponta como outra região industrial de Santa Catarina o Oeste, povoado por pequenos proprietários policultores dedicados à produção comercial de suínos e milho e onde hoje se produz porcos/salamaria, aves, soja/óleo, maçã. A partir dos anos 60, *“as agro-indústrias do Oeste foram criando áreas rurais cativas quanto à produção dos milhares de colonos integrados, inclusive da força de trabalho de toda a família”* (2003:53). A região tornou-se a mais importante do país no seu ramo de atividade, partindo também para a exportação de seus produtos para os mercados mundiais. Nos anos 90, aponta MAMIGONIAN (p.53), o setor não sofreu tanto quanto o têxtil e o de carvão, mas enfrentou descapitalização e reestruturação das empresas, mudanças no controle acionário e desnacionalização. Atualmente, a competitividade das agroindústrias catarinenses ancora-se em novas estratégias de gestão, capacitação tecnológica e produtiva, criação de infra-estrutura e, também, investimento em pesquisa e desenvolvimento, especialmente na biotecnologia (ESPÍNDOLA, 1999:246).

Já a região carbonífera-cerâmica do Sul identificada por MAMIGONIAN expressa outra etapa do impulso econômico catarinense. Na pesquisa que faz sobre o crescimento e crise da atividade, SANTOS (1997) observa que a extração e o beneficiamento do carvão constituem, desde o início do século 20, atividades econômicas primordiais no Sul de Santa Catarina. A expansão se deu a partir da Primeira Guerra Mundial, que impediu a compra do carvão europeu pelas

empresas nacionais de iluminação, gás e ferrovias e deu início a um processo de substituição de importação. Com o fim do conflito, a produção nacional de carvão perde mercado, e só volta a ter um papel central na economia da região a partir de 1930, com a instalação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e incentivos governamentais, como a obrigatoriedade de consumo de uma cota específica de carvão nacional (p:29).

Depois de mais um período em que perde destaque, a matéria-prima nacional tem a produção ampliada a partir da Segunda Guerra Mundial, dinamizando também outros setores, como o cerâmico. A década de 70 marca a efetiva diversificação da economia da Bacia Carbonífera, quando também se acentua a exploração de carvão. A partir de 1975, a implantação de minas de grande porte e a mecanização da atividade tiveram como conseqüências prejuízos à saúde dos trabalhadores e aumento da poluição, provocada pelos rejeitos da extração e beneficiamento do carvão. Já na segunda metade da década de 80, a indústria carbonífera catarinense enfrenta a sua pior crise, provocada, entre outros motivos, pelo corte de subsídios governamentais. Cidades como Criciúma e Siderópolis, antes fortemente dependentes do carvão, apostam na diversificação econômica, como é o caso do setor de cerâmica e vestuário (SANTOS, 1997:73). Paralelo a isso, nota o autor, a municipalidade aos poucos deixa de lado a prática de ignorar a degradação provocada pela mineração, passando a fiscalizar e paralisar as atividades de empresas poluidoras²². DUARTE (1988) observa que, no litoral Sul (do Cabo de Santa Marta até o rio Mampituba), a poluição dos rios e das águas subterrâneas pela mineração de carvão e fluorita são fatos da degradação da natureza.

Enquanto no Sul do Estado os ganhos econômicos com a exploração do carvão também tinham como resultado a poluição, no Planalto Catarinense era a exploração da madeira que impulsionava a economia e arrasava a floresta de araucária (Floresta Ombrófila Mista). No resgate que faz da história da devastação dessa floresta e do desenvolvimento da indústria da madeira, THOMÉ

²² Tal postura não é gratuita, decorrendo da intensidade da pressão vinda da comunidade através de entidades ambientalistas. É importante notar que, desde a fundação da pioneira Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (Agapan), em 1971, o movimento ambientalista brasileiro vinha crescendo, tendo como epicentro o Sul do país. Eram mais de 900 entidades em todo o país no início dos anos 80 (citado por ALFREDO SIRKIS no apêndice ao livro de JOHN MCCORMICK, conforme bibliografia), e seu discurso já se fazia sentir também em Santa Catarina.

conta como a *Southern Brazil Lumber & Colonization Co.*, um empreendimento norte-americano, conseguiu, ao longo de 40 anos de funcionamento, cortar mais de 15 milhões de pinheiros na região e se transformar no maior empreendimento madeireiro do Brasil na primeira metade do século 20, constituindo também uma das centelhas para a eclosão da Guerra do Contestado, em 1912.

Até 1934, conta o autor, metade da madeira produzida em Caçador era vendida à Lumber, que transportava o produto por trem até Três Barras visando o mercado externo. Em 1940, depois de a Lumber já ter extraído o melhor da floresta, o governo desapropriou todos os bens da empresa, que foi vendida a vários empresários que mantiveram a devastação (THOMÉ, 1995:112). A produção do pinho começou a diminuir em 1978, e quase se extinguiu no final da década de 80. Abre-se, então, um novo ciclo, o do *pinus*, com a extração de espécies exóticas que vinham sendo usadas em projetos de reflorestamento. A base para essa iniciativa era uma política pública estruturada na década de 60, com a entrada em vigor de leis ambientais como o Código Florestal, de setembro de 1965, a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), hoje incorporado ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e a criação das primeiras escolas de técnicas florestais (THOMÉ, 1995:148).

No final da década de 80, informa este autor, as 50 maiores empresas de Caçador estavam exportando cerca de 80% da madeira serrada no município, restando 20% para uso pelo setor moveleiro local. Isso começa a mudar em 1992, quando o valor da produção da indústria do mobiliário, graças a uma nova direção nos investimentos, supera o da indústria da madeira (p.176). Já no início da década de 90, o tradicional pólo madeireiro catarinense também se depara com o desafio de atender ao agora exigente mercado europeu, que passa a querer certificação de origem e de manejo da madeira. O cenário da década de 90 é resumido em editorial do jornal *Diário Catarinense* (27/04/2003) que elogia a “vitalidade” do setor moveleiro catarinense e, já antecipando o que será visto no capítulo 3, interpreta a “preocupação ambiental” unicamente pelo viés econômico:

Reside na qualidade dos artigos comercializados o pulo-do-gato empreendido pelas empresas catarinenses: da utilização de madeiras oriundas de árvores plantadas com o fito específico de comercialização à adequação dos móveis ao gosto de cada cliente. O consumidor de alto poder aquisitivo das nações

desenvolvidas não apenas está interessado em artigos de alto acabamento como também vem sendo compelido a fazer suas escolhas mediante critérios que contemplam até mesmo o respeito ao meio ambiente... Esta associação da imagem da produção moveleira com a preocupação ambiental deverá gerar, com o tempo, negócios cada vez melhores para o Estado (grifo nosso).

O que sobrou de representativo da floresta de araucária atualmente está restrito a unidades de conservação públicas e privadas. Além da perda da maior parte da Floresta Ombrófila Mista, também a Floresta Atlântica (Floresta Ombrófila Densa) hoje só existe de forma significativa em diferentes categorias de manejo²³ de unidades de conservação (UCs). Existem 11 UCs gerenciadas pelo Ibama e 6 gerenciadas pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), além das UCs municipais e privadas. Tanto o órgão ambiental federal quando o estadual, porém, não conseguiram colocar plenamente em prática os objetivos de criação dessas áreas protegidas²⁴.

A Floresta Atlântica estende-se ao longo da chamada Vertente Atlântica catarinense, o divisor de águas a partir da qual os rios são drenados ou para o Oceano Atlântico ou para a Bacia do Prata. O Estado originalmente tinha 81,50% de sua área ocupada por florestas. Atualmente, como mostra o mapa 1 (página 45), resta apenas o equivalente a 19,75% (1.536.617 hectares) da cobertura florestal que havia na chegada dos europeus, de acordo com o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica no Período 1995-2000 (Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001). Só no período citado, foram desmatados 42.634 hectares de floresta.

Um aspecto relevante com relação à Mata Atlântica, que divide com a Floresta Amazônica o interesse da mídia nacional e a de outros países, é o grau de proteção que lhe foi conferido em diferentes diplomas legais. Citando apenas dois, em âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988, no §4º do artigo 225,

²³ MILANO (1997:151), conceitua categoria de manejo como *tipos distintos de áreas protegidas, cada um destinado a atingir um elenco ou conjunto próprio de objetivos*.

²⁴ O Parque Nacional de São Joaquim (Urubici, Bom Jardim da Serra, Orleans e Grão Pará), maior UC gerenciada pelo IBAMA/SC, com 49.300 hectares, criado em 1961 para conservar remanescentes de araucária, até hoje não foi regulamentado. Entre janeiro e julho de 2003, o Ibama em Santa Catarina detectou 290 focos de desmatamento em áreas de floresta de araucária no Noroeste catarinense, muitos dos quais com autorização do próprio órgão, descumprindo resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) de 2001 que proíbe corte e manejo de espécies ameaçadas de extinção na Mata Atlântica (*Diário Catarinense*, 14/07/2003).

no capítulo dedicado ao meio ambiente, considera patrimônio nacional a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira. O Decreto Federal 750 de 10 de fevereiro de 1993 também dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação da Mata Atlântica, e foi motivo de muita polêmica no Estado por considerar todas as formações vegetais catarinenses como pertencentes ao chamado “Domínio da Mata Atlântica”. Também a Constituição do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 184, confere-lhe proteção especial. Basta relacionar a extensa proteção legal aos números do desflorestamento para constatar a dificuldade de se delimitar um ponto de convergência entre o discurso da preservação/conservação e o do desenvolvimento. Nesse sentido, é relevante a observação de AB´SÁBER (2003:24):

A substituição de componentes das paisagens tropicais – nos setores de mais amplo aproveitamento agrícola – tem sido a fórmula predominante e até hoje insubstituível para a conquista dos espaços econômicos das áreas primariamente florestadas dos trópicos úmidos. A supressão da floresta por grandes espaços, senão pelo espaço total, para o encontro de espaços agrários, tem sido lamentavelmente a única fórmula até hoje experimentada pelos países tropicais em vias de desenvolvimento. Não se sabe como superar este velho dilema, ou seja, o de que para ocupar economicamente o espaço é necessário sacrificar o revestimento vegetal primário.

As causas do desflorestamento têm relação com o processo pelo qual se delineou cada formação socioespacial catarinense. Em municípios como Florianópolis, de colonização açoriana, com inúmeros atrativos naturais, os remanescentes florestais estão se tornando alvo da especulação imobiliária com diferentes finalidades. A “natureza ecológica”, no dizer de MACHADO (1997:72; mimeo) é a mercadoria que a partir dos anos 80 passa a ter um papel relevante, visando a produção do espaço turístico. CARUSO (1983:113) observa que, inicialmente, as florestas da Ilha de Santa Catarina foram desaparecendo de forma lenta. Após o estabelecimento dos colonos açorianos, na segunda metade do século 18, a exploração se deu de forma mais intensa. O desmatamento ocorreu por diversos motivos: obtenção de madeira para a construção civil, fabricação de móveis, construção de canoas e baleeiras, mastros e peças para os grandes navios e para exportação, além de lenha. “Porém, é o desmatamento

realizado para abrir espaços necessários à agricultura que trará conseqüências mais graves e generalizadas, já que a ocupação agrícola exige a remoção integral da vegetação” (CARUSO, 1983:100).

Atualmente, a vegetação de manguezal e de restinga do litoral catarinense também sofre pressão, principalmente pela expansão urbana, com a ocupação ilegal dessas áreas, além de loteamentos e balneários voltados para a exploração turística. No caso específico de Florianópolis, constata OURIQUES, “...desenha-se um quadro desalentador para o futuro das classes subordinadas (...), na medida em que poderão se encontrar privados do lazer, seja pela privatização do espaço, seja pela inadequação do uso do mesmo pela poluição (...)” (1993:33-4). LAGO (2000:181) acrescenta que os aterros em manguezais, “... sem se entrar no mérito de obras de grande interesse às exigências da urbanização, representam a drástica e definitiva supressão da função dos mangues como **bases de sustentação** de recursos biológicos marinhos” (grifo no original).

De um modo geral, uma conseqüência bem demarcada do processo de urbanização e industrialização catarinense foi o comprometimento da qualidade das águas. A poluição hoje é um problema presente e complexo nas dez regiões hidrográficas catarinenses gerenciadas pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado (SDM). A avaliação preliminar do Diagnóstico Geral das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina (SDM, 1997) revela que todas as bacias catarinenses apresentam algum nível de poluição, como mostra o mapa 2 (página 46). A qualidade da água, segundo o documento, está seriamente comprometida nas regiões de concentração urbano-industrial, de atividades agroindustriais, de mineração, de lavoura e criações intensivas e de produção de papel e celulose.

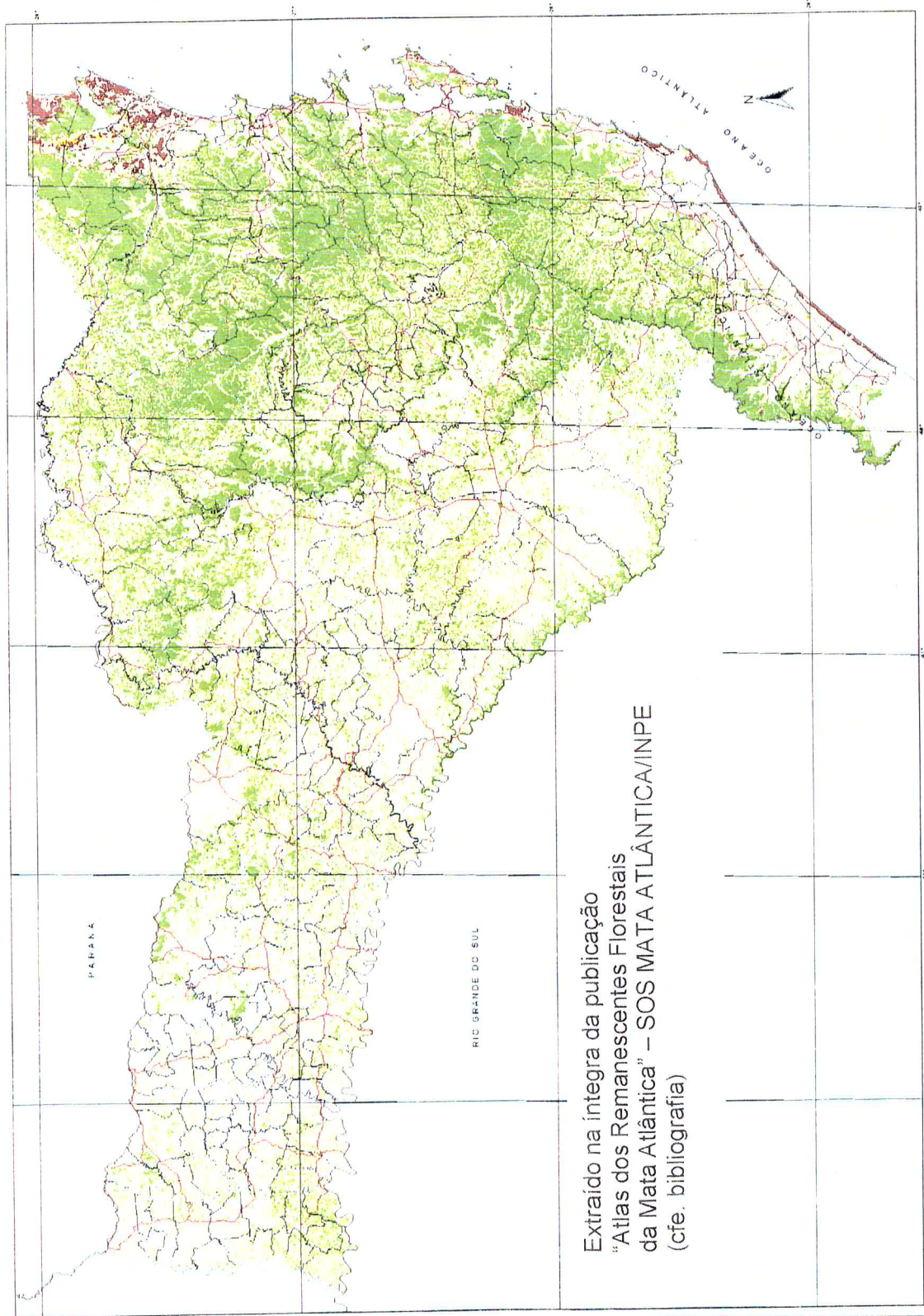
Na região hidrográfica do Extremo Oeste e na do Meio Oeste, por exemplo, onde se concentra a produção agroindustrial catarinense, estudos a partir de amostras de água revelaram que 84% das fontes e pequenos mananciais estão contaminados por coliformes fecais (SDM, 1997:81). Atualmente, existem 12 comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas no Estado (DIÁRIO CATARINENSE, 05/06/2003), que são compostos por usuários de água, representantes políticos e de entidades da sociedade para estabelecer

prioridades, obter recursos, controlar, acompanhar e avaliar as ações necessárias para a gestão das bacias hidrográficas.

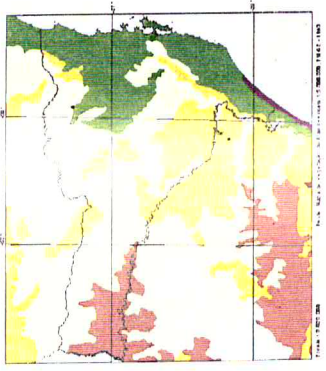
A reconstituição feita ao longo deste capítulo, ainda que breve, da complexa relação entre sociedade e natureza no Brasil, com um corte específico no caso catarinense, mostra a relevância da categoria de formação socioespacial para se compreender o cenário de onde emerge o discurso sobre a natureza característico do atual período histórico. É uma forma de singularizar a realidade e desfazer a homogeneidade dos conceitos. Quando analisado numa formação social e espacialmente localizada, o discurso ambiental global, que condena o desenvolvimento "irracional", que brada pelo desenvolvimento sustentável, adquire um sentido marcado no tempo e no espaço. Pode ser desdobrado, desvendado em suas contradições, o que será feito na análise dos veículos de comunicação que são os objetos da pesquisa. Para isso, é ainda mais enriquecedor inscrever esse discurso no período histórico atual, a globalização, interpretada em sua expressão geográfica, o meio técnico-científico-informacional, como será visto na próxima seção.

MAPA 1
REMANESCENTES FLORESTAIS
EM SANTA CATARINA

SANTA CATARINA
Ano Base - 2000



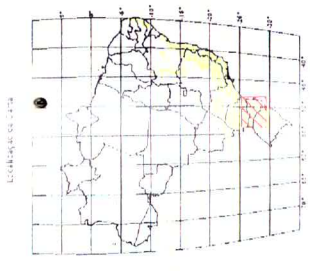
Companhia Saneamento Catarinense
Dezembro, 2003



- MATA
 - Mata Pluvial
 - Mata Atlântica
 - Mata de Araucária
 - Mata de Araucária e Araucária
 - Mata de Araucária e Mata Pluvial
 - Mata de Araucária e Mata Atlântica
 - Mata de Araucária e Mata de Araucária e Araucária
- Cidades
 - Favelas
 - Linhas Municipais
 - Linhas Municipais
 - Drenagem Principal
- MATA
 - Mata Pluvial
 - Mata Atlântica
 - Mata de Araucária
 - Drenagem Principal
 - Cidades
 - Favelas
 - Linhas Municipais
 - Linhas Municipais
 - Drenagem Principal

As informações contidas neste Mapa foram obtidas a partir de dados fornecidos pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e pelo Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (DEMA) da Prefeitura Municipal de Florianópolis. O Mapa foi elaborado com base nos dados fornecidos pelo IMA e pelo DEMAR, com a finalidade de servir como ferramenta de planejamento e gestão ambiental.

As informações contidas neste Mapa foram obtidas a partir de dados fornecidos pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e pelo Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (DEMA) da Prefeitura Municipal de Florianópolis. O Mapa foi elaborado com base nos dados fornecidos pelo IMA e pelo DEMAR, com a finalidade de servir como ferramenta de planejamento e gestão ambiental.



Escala 1:180.000

Projeção Sincoidal - Fuso Central - 54°

As informações contidas neste Mapa foram obtidas a partir de dados fornecidos pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e pelo Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (DEMA) da Prefeitura Municipal de Florianópolis. O Mapa foi elaborado com base nos dados fornecidos pelo IMA e pelo DEMAR, com a finalidade de servir como ferramenta de planejamento e gestão ambiental.

Extraído na íntegra da publicação
"Atlas dos Remanescentes Florestais
da Mata Atlântica" – SOS MATA ATLÂNTICA/INPE
(cfe. bibliografia)

1.4 O DISCURSO AMBIENTAL NA GLOBALIZAÇÃO

A partir da década de 1970, a discussão sobre as conseqüências do desenvolvimento passou a despertar o interesse de pesquisadores de diferentes matrizes disciplinares. Ao longo dos 30 anos seguintes, uma parte expressiva desse conhecimento gerado pelas ciências físicas e humanas, muitas vezes de forma interdisciplinar, foi motivada pelas reflexões e conclusões das conferências mundiais sobre meio ambiente patrocinadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente as de 1972, 1992 e 2002, essa última realizada em Johannesburgo, África do Sul, oficialmente chamada de Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e conhecida como Rio+10.

As conferências de 1992 e 2002 foram especialmente ilustrativas para se analisar o debate sobre o desenvolvimento sustentável. Separadas por uma década, revelam, no início, um olhar otimista proveniente de diferentes atores sociais e críticas ainda modestas ao que seria um novo paradigma do desenvolvimento. Ao final, constata-se uma inversão de perspectivas, com pesquisadores e intelectuais formulando análises mais céticas e realistas. Por outro lado, o conceito de desenvolvimento sustentável citado no Relatório Brundtland dissemina-se, banaliza-se, rotulando práticas de grupos com interesses díspares e conflitantes, entre os quais produz diferentes sentidos. Tome-se o caso do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que tem o seguinte entendimento sobre o que é o desenvolvimento sustentável²⁵:

²⁵ A página institucional do Cebds informa que o Conselho foi criado em 1997 e integra a rede de conselhos vinculada à *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*, da qual participam 160 grupos com faturamento anual de US\$ 4,5 trilhões. A página informa ainda que o Cebds reúne 56 dos mais expressivos grupos empresariais do país, que representam cerca de 450 unidades produtivas em diversos ramos de atividade. O Conselho integra a Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21, ligadas ao governo federal. A ótica do Cebds sobre o desenvolvimento sustentável é ilustrativa quando seu presidente executivo, Fernando Almeida, opina sobre as discussões na Rio+10 acerca de pobreza: *“Está-se usando até o termo ‘erradicação da miséria’. Esta questão é fundamental por vários motivos. É eticamente inaceitável, humanamente sem sentido e também ruim, comercialmente. Temos, no mundo, quatro bilhões de pessoas fora do mercado de consumo. Como não vamos vender eletrodomésticos para marcianos, pelo menos até sabermos se eles existem ou não, temos de vender é aqui mesmo, as pessoas precisam ter alguma qualidade de vida para serem inseridas no mercado e comprarem seja lá o que for. E, naturalmente, as empresas querem vender. Para os negócios, a exclusão é ruim”* (Disponível em <http://www.cebds.com>. Acesso em 2 de abril de 2003).

...é um conceito que busca conciliar as necessidades econômicas, sociais e ambientais sem comprometer o futuro de quaisquer dessas demandas. Como impulsor da inovação, de novas tecnologias e da abertura de novos mercados, o desenvolvimento sustentável fortalece o modelo empresarial atual baseado em ambiente de competitividade global.

Sobressaem na definição palavras como “inovação”, “tecnologia”, “mercado” e “competitividade global”, que expressam e sintetizam o discurso e a prática da globalização²⁶. Por sua vez, o Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS)²⁷ propõe um outro olhar sobre o conceito:

O caráter propositadamente vago e indefinido do conceito de desenvolvimento sustentável facilitou a constituição de um falso consenso: aparentemente amplo, mas, ao mesmo tempo, pouco efetivo em termos concretos...

... A captura da idéia do “desenvolvimento sustentável” pelo mercado e pelo pensamento economista dominante busca obscurecer a existência de uma dinâmica social que combina apropriação privada do mundo material e aprofundamento das desigualdades. É, portanto, cada vez mais necessário o esforço de concretizar, em sentido teórico e prático, o imperativo da sustentabilidade, da qualidade de vida e da justiça ambiental.

Estudiosos reagiram com distintas abordagens a essa condição de panacéia a que chegou o propalado desenvolvimento sustentável. No contexto latino-americano, destaca-se LEFF, que busca elaborar os conceitos de *saber ambiental* e *racionalidade ambiental* a partir da articulação das ciências naturais e sociais, expressos num processo de produção teórica, desenvolvimento tecnológico, mudanças institucionais e transformação social (2001:110). O pensamento de LEFF, ancorado em conceitos de Marx, Weber e Foucault, apesar de não considerar mais detidamente as implicações, em diferentes formações

²⁶ A acolhida a essa percepção sobre o desenvolvimento sustentável pode ser observada em um editorial do jornal *Diário Catarinense* que trata da vinda da empresa Vega do Sul, ligada ao grupo francês Arcelor, para a ilha de São Francisco do Sul, no Norte do Estado: “Convém ressaltar, ainda, que os investimentos em preservação ambiental deverão assegurar a operacionalidade da empresa segundo os critérios do desenvolvimento sustentável, fundamentais tanto para a proteção do ambiente como para garantir a inserção da empresa num mercado internacional que, cada vez mais, vem se preocupando com a natureza” (29/07/2003, p.12).

²⁷ Criado em 1990, o FBOMS tem cerca de 500 entidades filiadas. O trecho citado foi extraído da página 5 da publicação “Brasil 2002 – Plataforma Política – A Sustentabilidade que Queremos”, preparada para a Rio+10.

socioespaciais, dos modelos de desenvolvimento e das práticas inspiradas nos próprios conceitos de *saber ambiental e racionalidade ambiental*, inova ao discutir criticamente o discurso de meio ambiente e ao propor uma reconstrução epistemológica da questão ambiental. Essa linha de pesquisa tem feito florescer a idéia de uma ética para a sustentabilidade, ancorada em uma série de preceitos, princípios e propostas para orientar os comportamentos individuais e coletivos e as ações públicas e privadas²⁸.

Já MONTIBELLER-FILHO envereda pela economia e pergunta se é possível ou não alcançar o desenvolvimento sustentável no capitalismo. Para isso, analisa as três principais correntes da economia ambiental²⁹, concluindo (2001:289-290)

²⁸ Essa idéia está expressa no *Manifiesto por la vida – Por una ética para la sustentabilidad*, documento gerado a partir das discussões feitas no Simpósio sobre Ética Ambiental y Desarrollo Sustentable, realizado em Bogotá, na Colômbia, em maio de 2002. O manifesto critica o conceito de desenvolvimento sustentável, que estaria “*promoviendo la falacia de un crecimiento económico sostenible sobre la naturaleza limitada del planeta*” (p.315). Da mesma forma, questiona princípios do desenvolvimento sustentável baseados em chavões como *uma só terra com um futuro comum para a humanidade ou pensar globalmente e agir localmente*: “*Sin embargo, estos preceptos del ‘desarrollo sostenible’ no se han traducido en una ética como un cuerpo de normas de conducta que reorienta los procesos económicos y políticos hacia una nueva racionalidad social y hacia formas sustentables de producción de vida*” (p.316). A crítica ao princípio do *pensar globalmente e agir localmente* vai mais longe: “*Este precepto lleva a una colonización del conocimiento a través de una geopolítica del saber que legitima el pensamiento y las estrategias formuladas en los centros de poder de los países ‘desarrollados’ dentro de la racionalidad del proceso dominante de globalización económica, para ser reproducidos e implantados en los países ‘en desarrollo’ o ‘en transición’, en cada localidad y en todos los poros de la sensibilidad humana*” (p.321-2).

²⁹ As três correntes são a ambiental neoclássica, que trata da valoração monetária dos bens e serviços ambientais, partindo do “*...pressuposto de que toda externalidade, isto é, todo recurso ou serviço ambiental não incluído no mercado, pode receber uma valoração monetária convincente: estabelecer valor para o que o mercado não considera*” (MONTIBELLER-FILHO, 2001:85); a economia ecológica, que estuda os fluxos físicos de energia e materiais, e a ecomarxista, que reconceitua categorias analíticas do marxismo para levar em conta a questão ambiental. A corrente ambiental neoclássica, que atualmente é dominante, originou conceitos que impregnaram a legislação ambiental, como é o caso do conceito de externalidade, criado por Pigou nas décadas de 20 e 30 para se referir à falhas produzidas pelo funcionamento do mercado. Quando a problemática ambiental começa a ter visibilidade, a escola da economia neoclássica se apropria da discussão e, em sua vertente ambiental, passa a considerar externalidades problemas como a poluição. Pigou propõe, então, a fórmula “o poluidor paga”, buscando internalizar os custos relativos externos da degradação ambiental. Hoje, o princípio do poluidor-pagador, ou seja, quem polui se responsabiliza pela poluição, é um dos pilares do Direito Ambiental (idem: 87). O mesmo vale para o princípio da precaução, que prevê a não-intervenção no meio se houver dúvidas e incertezas quanto aos efeitos que a intervenção possa causar. Esse princípio deu a base para a exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), previsto no artigo 225 da Constituição Federal.

...pela impossibilidade de que no mundo capitalista venha a atingir-se o desenvolvimento sustentável, com suas dimensões básicas de equidades intrageracional (garantia de qualidade de vida a todos os contemporâneos), intergeracional (igual garantia às pessoas das próximas gerações, mediante a preservação do meio ambiente) e equidade internacional (de todos os países, ou a todo indivíduo independentemente de sua localização geográfica).

Apesar dessa conclusão, que considera a questão numa macrovisão do capitalismo e num prazo secular, o autor aponta que a sustentabilidade é possível em certos casos e/ou a curto prazo (p.290). Nesse sentido, destaca a importância de os estudos futuros levarem em conta, entre outros, o conceito que ele chama de espaço socioambiental, particularizando a análise. Depreende-se da observação, mais uma vez, que a geografia, com sua riqueza conceitual, é a disciplina que pode oferecer instrumentos para, a partir do universal, singularizar a crítica ao discurso e às práticas em nome da “preservação do meio ambiente” expressas no discurso jornalístico de meio ambiente, que será tratado nos próximos capítulos.

Esse discurso, na globalização, é produzido em meio às seduções e promessas do meio técnico-científico-informacional, que lhe fornece tanto a base material quanto simbólica, mas que se apresenta de forma diferenciada no território. Com relação à base material, SANTOS & SILVEIRA (2002:268-9) sugerem a existência de quatro “Brasis”: uma Região Concentrada abrangendo o Sudeste e o Sul, onde mais se disseminaram e se concentram os dados da ciência, da técnica e da informação, que na globalização são colocados à disposição do mercado, o Brasil do Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia:

Como em todos os períodos, o novo não é completamente difundido no território. Todavia os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que os objetos técnicos de pretéritas divisões territoriais do trabalho. A área de abrangência dos objetos atuais e das ações associadas é mais ampla. Isso não impede que tanto objetos como ações modernos tendam a concentrar-se em certos pontos e áreas do país. Eis uma das interpretações possíveis da existência, de um lado, de uma Região Concentrada e, de outro, de apenas manchas e pontos desse meio técnico-científico-informacional, mais ou menos superposto a outras divisões territoriais do trabalho nas metrópoles, capitais estaduais, capitais regionais, regiões agrícolas e industriais modernas (2002:140).

Um exemplo representativo da distribuição desigual da inovação pelo território é a consolidação do sistema técnico que propiciou a conexão com a rede

mundial de computadores³⁰. O levantamento feito pelos autores mostra que, em 1996, dos 446 provedores de acesso à Internet, 231 (51,8%) estavam na Região Sudeste, especialmente em São Paulo (124), Rio de Janeiro (57) e Minas Gerais (42). A Região Sul detinha 19,7%. Na Região Concentrada, portanto, estavam 71,50% dos provedores (p.85)³¹.

O mesmo se dá com a difusão de informações via rádio e televisão. São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentram hoje 42% das emissoras de rádio; 96 das 366 emissoras de televisão existentes em 1999 igualmente localizavam-se em São Paulo (idem:241). Outro dado ilustrativo é a distribuição regional de jornais editados no país. Em 2002, o número chegou a 2.684, dos quais 2.314 (86,21%) publicados nas sete unidades federativas da Região Concentrada, 930 deles em São Paulo³². Neste mesmo ano, as seis maiores tiragens foram de jornais paulistas e do Rio de Janeiro³³, que, ao concentrarem a produção de informação, acabam por constituir um pólo irradiador do discurso jornalístico. Nesse contexto, é ainda válida a crítica de SANTOS formulada em 1987, notando que a desigualdade no acesso à informação é tanto econômica e social quanto geográfica (1987:92).

Se, por um lado, a disseminação desse meio técnico-científico-informacional no território atende aos interesses de atores hegemônicos, por outro sua difusão desigual abre brechas para a resistência, que se dá no âmbito do lugar, do espaço das vivências. No dizer de SANTOS (2001), o mundo é um

³⁰ SORJ (2003:15), que fez um estudo sobre o assunto, observa que a “... exclusão digital veio somar mais uma nova dimensão às diversas desigualdades preexistentes: a do acesso desigual ao conjunto de novos bens e serviços associados às novas tecnologias da informação e da comunicação”.

³¹ A Região Concentrada abrange São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nela, segundo SANTOS & SILVEIRA (2002:269), “(...) o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, e uma vida comercial mais intensa. Em consequência, a distribuição da população e do trabalho em numerosos núcleos importante é outro traço regional”.

³² O número total inclui jornais com periodicidade diária, semanal, quinzenal, mensal, bimestral e trissemanal. O dado é da Associação Nacional de Jornais, ANJ (disponível em <http://www.anj.org.br>). Acesso em 20/08/2003.

³³ Os jornais com maiores tiragens são, respectivamente, Folha de São Paulo, Extra (RJ), O Globo (RJ), O Estado de São Paulo, O Dia (RJ) e o Jornal do Brasil (RJ), somando 1.482.229 exemplares diários no mês de maio de 2002 (conforme mensagem pessoal do Instituto Verificador de Circulação, IVC, de 10 jun 2002).

conjunto de essências e de possibilidades, mas só se realiza e se revela, tornando-se historicizado e geografizado, nos lugares, *espaço de exercício da existência plena*:

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores... essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e, por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim, junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade, um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos. Esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa (p.114).

A compressão das potencialidades do *ser no lugar* é que, do ponto de vista jornalístico, vai conduzir a investigação dos materiais impressos selecionados para a pesquisa. Entendemos, com base em SANTOS (2002), que a difusão do meio técnico-científico-informacional é seletiva, reforçando ou enfraquecendo certas regiões, e valorizando ou desvalorizando determinadas porções do território, através de diferentes usos que expressam uma variada gama de interesses. Nesse contexto, a mídia expressa o embate entre os interesses dos atores hegemônicos e os de atores locais, através de discursos que produzem diferentes sentidos. A questão a vislumbrar é como e até que ponto os diferentes veículos da mídia, circunscritos como são a um lugar, acolhem os discursos e práticas que apontam para a ruptura com os ditames da globalização, especialmente nas cidades, único lugar, segundo SANTOS³⁴, *“em que se pode contemplar o mundo com a esperança de produzir um futuro”*.

Os meios de comunicação, e especificamente os jornais, diariamente falam de “crise ambiental”, de “problemas ecológicos”. Os leitores tomam conhecimento do aquecimento global, do desmatamento, de perda de espécies animais e vegetais, da poluição, da contaminação da água, da poluição do ar, das fontes renováveis de energia, da excessiva produção de resíduos, da situação das populações indígenas, entre outros. Esses são alguns dos temas que integram

³⁴ In.: MACHADO, Cassiano Elek. Entrevista à *Folha de São Paulo*, 02 fevereiro, 2001.

parte do que, a partir da realização da Conferência de Estocolmo, começou a compor o rol de preocupações do chamado “jornalismo ambiental”, e que se acentuam depois da Rio-92. Portanto, a análise centrada na mídia impressa pode ser especialmente reveladora ao eleger como tema o discurso ambiental, que atualmente é recortado pelos diferentes sentidos atribuídos ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Mais uma vez salientamos que a compreensão desses sentidos, no caso específico do discurso ambiental, tem uma relação profunda com o espaço. Isso fica ainda mais claro quando refletimos sobre os históricos embates Norte-Sul, Países Desenvolvidos-Países em Desenvolvimento, Primeiro Mundo-Terceiro Mundo, embates dos quais também emerge o discurso ambiental e todo um complexo jogo político pela atribuição de sentidos aos diferentes documentos que sustentam esse discurso, como as declarações e convenções ambientais. Atravessada pela (e atravessando) a história, a língua expressa esse imaginário, essa memória de dizeres aos quais os sujeitos recorrem para produzir seus discursos. E as estruturas de uma língua, lembra COELHO (1991:279) “... *cristalizam imaginários produzidos ao longo de séculos e, com eles, certas preferências e potencialidades e não outras*”. Nesse sentido, a mídia, por orquestrar a interpretação do discurso, representa um lugar privilegiado de análise. Cabe à análise de discurso determinar as condições de produção dos textos e os efeitos de sentidos produzidos, numa investigação que vai ter como perspectiva geográfica o conceito de formação socioespacial e que será desenvolvida nos próximos capítulos.

Capítulo 2

SOCIEDADE E NATUREZA: A PRODUÇÃO DO DISCURSO

O capítulo tem por objetivo discutir a apropriação jornalística do discurso ambiental sob a ótica da análise de discurso. Para isso, serão resgatados os principais modelos teóricos de comunicação, com ênfase na teoria de GENRO FILHO, e os instrumentos teóricos construídos no âmbito da análise de discurso. O capítulo está dividido em duas seções que tratam, respectivamente, da compreensão do jornalismo como uma forma social de conhecimento e das possibilidades oferecidas pela análise de discurso para se compreender a relação entre sociedade e natureza.

2.1 O JORNALISMO COMO FORMA SOCIAL DE CONHECIMENTO

A análise crítica do discurso ambiental com base em categorias de análise da geografia prescinde de justificativas acaloradas. Afinal, a geografia já vem acolhendo essa perspectiva, especialmente nas interpretações feitas a partir do entendimento do meio geográfico atual como um meio técnico-científico-informacional. SANTOS (1997:190) nota que é preciso interpretar a questão ecológica sob uma nova ótica, que leve em conta a idéia de ciência, tecnologia e mercado global, aos quais ela se subordina. Nesse sentido, observa o autor, os objetos novos, criados todos os dias para transportar o sistema das novas técnicas, são exigentes de um discurso³⁵. A preocupação com a produção e o sentido do discurso perpassa várias das publicações que expressam o pensamento do autor, e pode ser sintetizada no seguinte:

Os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que, raramente, nos dizem respeito. Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso

³⁵ Questionado sobre que mudanças os avanços tecnológicos causaram do ponto de vista geográfico, SANTOS respondeu que a "... mais radical é a tecnização da natureza. A substituição cada vez maior de uma ordem natural para uma ordem técnica, com todos os seus constrangimentos, seu discurso, sua sedução" (MACHADO, Cassiano Elek. Entrevista à Folha de São Paulo, 02 fevereiro, 2001).

dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, freqüentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados com as ações que ensejam (1992: 99-100).

GONÇALVES (1984:30-31), por sua vez, ao discutir ideologia e ecologia e criticar o movimento ecológico por esse ignorar as relações entre os modos de ver o mundo e a realidade material, observa que “... os discursos, como enunciados de pensamento, não podem ser compreendidos fora do contexto onde foram produzidos”. Também LEFF (2001:68), ao elaborar os conceitos de *saber ambiental* e *racionalidade ambiental*, questiona a homogeneidade do discurso, ao afirmar que

... o discurso do desenvolvimento sustentável busca gerar um consenso e uma solidariedade internacional sobre os problemas ambientais globais, apagando interesses opostos das nações e grupos sociais em relação ao usufruto e manipulação dos recursos naturais para o benefício das populações majoritárias e grupos marginalizados da sociedade.

Essa avaliação crítica também se estende ao que o autor denomina projetos de comunicação e informação ambiental. Nesses projetos, em seu entender,

... se dissolve a especificidade dos saberes e conhecimento num fluxo indiferenciado de dados, numa consciência comum, em que não cabem os diversos interesses sociais pela apropriação da natureza, nem tampouco o sentido teórico e estratégico dos conceitos (p.187).

SANTOS igualmente vê na mídia uma mediação tanto interessada quanto interesseira do discurso ambiental, o que “conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento” (1992:101). Mais tarde, porém, não deixa de conferir um papel mais nobre à mídia se essa for capaz de, por pressão das situações locais, deixar de expressar apenas o senso comum, o pensamento único, e voltar-se para as necessidades das pessoas, e não do mercado:

Desde que os processos econômicos, sociais e políticos produzidos de baixo para cima possam desenvolver-se eficazmente, uma informação veraz poderá dar-se

dentro da maioria da população e ao serviço de uma comunicação imaginosa e emocionada, atribuindo-se, assim, um papel diametralmente oposto ao que lhe é hoje conferido no sistema da mídia (2001:167).

O rumo apontado por SANTOS nos leva a buscar, no campo de estudos da comunicação, uma teoria que dê conta de concretizar esse potencial da mídia de, a partir do lugar, produzir um discurso singular que leve o leitor/ouvinte/telespectador a questionar o discurso e o interesse hegemônicos. Faz-se necessário, porém, um resgate das tendências de pesquisa em comunicação. Historicamente, ela se desenvolveu a partir das modernas teorias sociais, nascidas da filosofia, história e sociologia, sem uma problemática que lhe fosse específica. Ao longo do século 20, porém, foi se construindo um campo mais próprio, a partir de uma compreensão mais ampla do que é a comunicação. Tornou-se claro, assinala RÜDIGER (1995:10) que *“... a comunicação não é um processo secundário, mas uma dimensão constitutiva da realidade; os processos pelos quais as pessoas interagem simbolicamente constituem um dos principais meios pelos quais se forma e transforma a sociedade”*. Nesse sentido, o autor diferencia a comunicação em si, a interação humana, que representa um processo social primário, dos chamados meios de comunicação social, que constituem a mediação tecnológica. Em suas extremidades, observa, *“... se encontram sempre as pessoas, o mundo da vida em sociedade”* (p.16).

Tal diferenciação entre o processo social e o meio técnico, porém, nem sempre foi levada em conta e permeou uma série de iniciativas de pesquisa. Num rápido esboço dos principais modelos teóricos utilizados, tem-se, inicialmente, a chamada Teoria da Informação, que durante vários anos foi hegemônica nos estudos de comunicação. Essa teoria inspirou-se na cibernética, expressando o contexto de descobertas na área de telecomunicações. Preocupava-se com o processo de transmissão de informação em menor tempo possível, com máxima quantidade e fidelidade, produzindo termos-chave como fonte, destinatário, transmissor, receptor e código. Foi revista e superada por ser um modelo que, entre outros problemas, *“... procede a um total esvaziamento da dimensão histórica e sócio-cultural da comunicação”* (RÜDIGER, 1995:250). Outro importante modelo teórico, o interacionismo simbólico, foi desenvolvido por pesquisadores ligados à chamada Escola de Chicago. A base do modelo é a tese

de que a sociedade é produto da comunicação, por sua vez considerada um processo simbolicamente estruturado. Assim, os homens, acrescenta RÜDIGER, *“... não agem em função das coisas, mas do significado que as coisas tomam no processo de comunicação”* (p.34).

O paradigma funcionalista também orientou uma série de pesquisas em comunicação. Baseado no pensamento sociológico, inicialmente vê a comunicação como fundamento do processo de interação social. As pessoas se comunicariam para certos propósitos que cumprem determinadas funções necessárias à manutenção do sistema social. O modelo originalmente propunha que o processo de comunicação é determinado pela produção da mensagem, transmitida de uma pessoa para outra. Posteriormente, pesquisadores observaram que a comunicação não pode ser definida simplesmente como troca de informações entre as pessoas, e sim como *“...processo que se estrutura necessariamente com base em determinados códigos e mídias que, previamente, criam as condições para as pessoas se comunicarem com sucesso* (RÜDIGER, 1995:57). O paradigma funcionalista também motivou uma série de pesquisas sobre as formas generalizadas de comunicação e a função das mídias.

A chamada Escola de Frankfurt³⁶, que na segunda metade do século 20 fez uma ampla releitura do marxismo e da psicanálise, também inspirou estudos em comunicação, que é compreendida no contexto da dialética da razão, considerada base da modernidade. Dois de seus estudiosos, Adorno e Horkheimer, usaram o conceito de indústria cultural para fazer uma crítica às manifestações estéticas surgidas a partir do capitalismo e à transformação da cultura em mercadoria. Nesta perspectiva, a comunicação representaria mais uma forma de dominação. Essa visão pessimista foi posteriormente questionada por Habermas, que desenvolveu os conceitos de razão comunicativa e comunidade ideal de comunicação. Para o pensador, a modernidade, tendo como uma de suas bases a comunicação, ainda pode oferecer caminhos para a emancipação humana. A

³⁶ Os expoentes da Escola de Frankfurt são pensadores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Jürgen Habermas. Adorno, um de seus mais influentes intelectuais, elegeu a estética como tema de análise a partir da tese central da obra *“Dialética do Esclarecimento”*, que escreveu com Horkheimer: *“o domínio do conhecimento (lógos) sobre a natureza e o mito, de onde resultaria a alienação do indivíduo”* (PERES, Folha de São Paulo, 31/08/2003).

matriz teórica com a qual trabalharam os estudiosos da Escola de Frankfurt fez com que ficasse conhecida como pesquisa/teoria crítica.

A obra de Marx e Engels, por sua vez, forneceu a base teórica para outra linha de pesquisa em comunicação. A partir do chamado paradigma materialista, a comunicação é vista como “... processo de generalização simbólica da práxis humana, enquanto mediação mais ou menos universal do modo de produção” (RÜDIGER, 1995:64). Dito de outro modo, a comunicação, fundamentada no trabalho e possibilitada pela linguagem, é o meio no qual se desenvolve a consciência social. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, criou-se todo um novo potencial comunicativo, mas tal potencial teria sido bloqueado quando as mídias, sob controle privado, foram postas a serviço do capitalismo, como expõe RÜDIGER (p.78):

... as forças comunicativas passaram a ser trabalhadas como meios de industrialização da consciência, na medida em que seu emprego comunicativo poderia permitir o questionamento das formas de domínio vigente e das relações de produção, que reduzem estas próprias forças a meios de distribuição ideologicamente mediada do conhecimento e de neutralização do potencial comunicativo da sociedade.

A partir da década de 80, os chamados estudos culturais, com viés interdisciplinar, também se refletiram nas pesquisas em comunicação, especialmente em estudos sobre a forma como determinados grupos sociais recebem as mensagens da mídia (RÜDIGER, 2002:61-3).

Com base nesse retrospecto dos estudos em comunicação, interessam à dissertação especialmente as diretrizes da pesquisa crítica e o pensamento de um dos estudiosos que, no Brasil, fez uma releitura de seus pressupostos teóricos. Trata-se de ADELMO GENRO FILHO (1987), que inova ao propor uma teoria específica para o jornalismo. O autor elabora sua pesquisa na perspectiva da dialética marxista, num período histórico (década de 80) em que o Brasil vivia o fim da ditadura militar, num contexto, lembra TAVARES (2001), de esperanças e utopias, na crença de que uma nova sociedade estava para ser construída. Independentemente de o rumo histórico ter sido outro, oposto à alternativa socialista, a teoria de GENRO FILHO continua atual por acreditar no potencial revolucionário do jornalismo, revolução, como define TAVARES,

... no sentido do permanente processo de revolver a realidade, desvelando as causas e conseqüências dos fatos, contribuindo para a possibilidade de reflexão do real e a mudança daquilo que não aceitamos como ético, justo, digno e nobre... (p.5).

Para melhor ilustrar a teoria de GENRO FILHO, é preciso, antes, compreender alguns aspectos que permeiam o jornalismo. Um deles, que serviu como fio condutor de diversas pesquisas, independentemente da matriz teórica, é a crença na objetividade, um dos pilares do jornalismo e que atualmente, apesar de muito alardeada, não mais se sustenta nem na teoria e nem na prática da profissão. A crença é que o jornalista pode ser “objetivo” através de determinadas técnicas, transformando o fato em notícia sem deixar transparecer qualquer juízo de valor, permanecendo “neutro”, “impessoal”, “imparcial”³⁷. A análise de discurso tem considerações reveladoras sobre o discurso da objetividade, vista sob a ótica da relação entre palavra e política, como observa ORLANDI (2001:143):

Somos regidos, em nossa forma histórica de sociedade, pela “vontade” da verdade e pelo “imaginário” da objetividade. Temos de ser objetivos, não podemos não ser ou verdadeiros ou falsos. Faz parte dessas injunções saber separar subjetivo e objetivo: “fato é fato”. Determinados pela história, pegos pela necessidade da língua, pela ideologia, estamos condenados, mesmo se não nos damos conta, à relação com a ética e com o político: na posição de responsabilidade em relação aos sentidos, o sujeito tem de “assinar” o que diz, assumir sua interpretação. Numa relação em que se articulam causa e conseqüência, dominados pela importância que, em nossa cultura, damos à não-contradição, atrás das palavras tem de haver verdade. E a questão é justamente esse “atrás”.

Com base nessa perspectiva da objetividade³⁸ e nas técnicas que a tornariam possível, surgiram produções teóricas no sentido de definir e classificar

³⁷ Fato e notícia são aqui compreendidos na concepção de GENRO FILHO (1987:186), de que o *fato jornalístico* constitui a menor unidade de significação no jornalismo, sendo a *notícia* a unidade básica de informação. Segundo o autor, os “... fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo” (p.188).

³⁸ Concordamos com GENRO FILHO (1987:45-6) quando ele afirma o seguinte: “Certamente que há um ‘grão de verdade’ na idéia de que a notícia não deve emitir juízos de valor explícitos, à medida que isso contraria a natureza da informação jornalística tal como se configurou modernamente. Mas é igualmente pacífico que esse juízo vai inevitavelmente embutido na própria forma de apreensão, hierarquização e seleção dos fatos, bem como na constituição da linguagem (seja ela escrita, oral ou visual) e no relacionamento espacial e temporal dos fenômenos através de sua difusão”. É importante assinalar que as técnicas e regras consideradas adequadas para a produção da notícia são consolidadas nos chamados manuais de redação, que os grandes jornais e emissoras de tevê organizam para distribuir aos seus jornalistas.

o jornalismo em categorias e gêneros. Uma classificação básica acerca das categorias é a que diferencia informação de opinião, que se expressariam em diferentes gêneros, entre os quais nos interessam a notícia e a reportagem, dois gêneros considerados informativos³⁹. SODRÉ & FERRARI (1986:18) explicam que um dos fatores que diferenciam uma da outra é a atualidade:

Embora a reportagem não prescindia da atualidade, esta não terá o mesmo caráter imediato que determina a notícia, na medida em que a função do texto é diversa: a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado (a notícia), mesmo que seu teor seja predominantemente informativo (p.18).

Ou seja, na notícia, o jornalista apenas informa; na reportagem, ele interpreta o fato, atribuindo-lhe causas, conseqüências, personagens, contexto, sabor de narrativa. No Brasil, uma publicação que levou ao extremo essas características foi a revista REALIDADE, que, em seu formato original, circulou de 1965 a 1969 e é considerada a grande escola de reportagem do país.

Afora essas experiências, nas últimas décadas o jornalismo brasileiro expressa cada vez mais velhas fórmulas trazidas dos Estados Unidos na década de 50. A mais disseminada delas se revela na leitura da maior parte dos jornais. Chamada de *lead*,⁴⁰ leva o jornalista a escrever o texto sobre um determinado fato buscando responder, no primeiro parágrafo, a seis perguntas, “quem”, “o quê”, “como”, “onde”, “quando”, “por quê”, de forma a oferecer as informações básicas

³⁹ Outro gênero considerado interpretativo é a entrevista, que tem como formato usual o “pingue-pongue”, em que o jornalista faz a pergunta num bloco de texto, que é respondida pelo entrevistado no bloco seguinte, com as devidas identificações. Já o editorial e o artigo, por exemplo, são considerados gêneros opinativos. O primeiro geralmente aparece nas primeiras páginas dos jornais e expressa a opinião do veículo sobre um determinado assunto. Os artigos, que são textos assinados, podem ser de autoria de um jornalista ou de colaboradores freqüentes ou eventuais do veículo, que são convidados a expressar o que pensam sobre temas da atualidade.

⁴⁰ Ou lide, na tradução para o português. Utiliza-se o termo para resumir a função do primeiro parágrafo da notícia, que é o de atrair a atenção do leitor e apresentar o fato. É como o cartão de visitas da notícia ou reportagem. Se for atrativo, vai despertar o interesse do leitor até o final do texto. Um exemplo considerado genial é o lide da Bíblia, cuja primeira frase é a seguinte: “No princípio, Deus criou os céus e a terra”.

sobre o fato já no início da notícia. A esse respeito, é oportuna a observação de ORLANDI (2001: 147), para quem a “... *informação verdadeira e o bom jornalismo repousam em uma magra receita de objetividade da notícia*”. Outra técnica é chamada de pirâmide invertida, pela qual a notícia deve ser escrita do mais importante (base invertida da pirâmide) para o menos importante (topo invertido da pirâmide), ao contrário do que acontecia antes da década de 50, quando o fato era narrado geralmente em ordem cronológica. O que GENRO FILHO faz é demolir essa concepção, que, no entendimento do autor, anula todo o potencial que o jornalismo tem que levar a uma reflexão crítica da sociedade.

Antes de expor sua teoria, ele analisa boa parte do que foi pensado e escrito sobre o jornalismo. Para GENRO FILHO, as teorias até então utilizadas para tratar do jornalismo não trataram de sua especificidade como forma de conhecimento. O funcionalismo deixa de lado as suas perspectivas históricas e contradições. A herança teórica da Escola de Frankfurt, por sua vez, aborda a problemática somente pelo ângulo da dominação e manipulação. Segundo o autor, embora o jornalismo seja resultado do “consórcio histórico” entre as relações sociais produzidas pelo capitalismo e os meios industriais de difusão de informações, ele “...*possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista*” (p.47). Assim, não se pode pensar que, na hipótese de o capitalismo ser extinto, extinga-se também o jornalismo, como chega a sugerir Ciro Marcondes Filho, teórico do jornalismo que tem suas posições criticadas por GENRO FILHO.

Para construir sua teoria, GENRO FILHO parte do entendimento de que o jornalismo é uma forma social de conhecimento e apropriação da realidade, tal como a arte e a ciência. Ao elaborar essa concepção, busca fundar alicerces nas categorias filosóficas do singular, particular e universal, que atingiram plenitude no pensamento de Hegel. Para GENRO FILHO (1987:162), existe uma relação dialética entre as três categorias, e cada uma delas expressa as diferentes dimensões que compõem a realidade e a sociedade, ao mesmo tempo em que se compõem reciprocamente.

Nessa perspectiva, GENRO FILHO também analisa a contribuição de Lukács, que formulou uma teoria de inspiração marxista sobre a estética. Para

Lukács, a arte é uma forma de conhecimento da realidade cristalizada no particular estético, no típico. Seguindo os passos de Lukács, GENRO FILHO transpõe as categorias hegelianas para o jornalismo, que também define como uma forma social de conhecimento, só que cristalizada no singular, categoria que constitui sua matéria-prima. A ciência, por sua vez, seria também uma forma social de conhecimento, só que com tendência à cristalização no universal ao buscar a explicação dos fatos. Nesse sentido, demonstra GENRO FILHO (p.160), somente “... o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular”.

Ao construir sua teoria dentro da realidade que critica, o autor observa que o *lead* do jornalismo pretensamente objetivo já trabalha com a apreensão do fato de um ponto de vista singular, específico, a partir da compreensão de que determinado fato não se repete. Só que essa singularidade não é compreendida de um ponto de vista filosófico, e sim vulgar, com base no senso comum, que “... percebe o fundamento da realidade como uma soma ou agregado de coisas ou eventos singulares, ao invés de percebê-lo também em suas dimensões concretas de particularidade e singularidade” (p.155). Com isso, a busca da especificidade a partir de uma mera técnica, o *lead*, faz com que o jornalista torne-se “... presa fácil da ideologia burguesa e da fragmentação que ela proporciona” (p.156).

Ao explicitar sua teoria, GENRO FILHO observa que o *lead* até pode ser mantido como princípio organizador da singularidade, da experiência individual, mas sem destituir o fato de sua significação particular e universal, como acontece hoje. A pirâmide invertida, por sua vez, deve voltar a ter sua base embaixo, porque a notícia não vai do mais para o menos importante, e sim do singular para o particular, do cume para a base, como diz o autor. Em síntese, a teoria pode ser assim resumida:

... o critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligada à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do

jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo” (1987:163).

O autor conclui, então, que essas três dimensões da realidade coexistem no fato jornalístico. Um exemplo concreto para se compreender a teoria em seu funcionamento na notícia pode ser relacionado às experiências individuais e coletivas de coleta seletiva de resíduos, que costumam aparecer nos meios de comunicação quando se fala da chamada crise ambiental. Geralmente, notícias sobre esse fato falam de quem faz a coleta, onde, quando, quanto ganha, para onde vão os resíduos e no que se transformam, concluindo que se trata de algo que “preserva o meio ambiente”. Essa seria uma notícia excessivamente singularizada. Sob a ótica de GENRO FILHO, seria preciso que o jornalista particularizasse o fato, remetendo-o a um determinado contexto político, econômico, social, espacial. Já a universalidade estaria contemplada no pressuposto, na concepção de sociedade em que o jornalista se baseou para a apreensão do fenômeno. Enfim, em que tipo de sociedade é necessário que determinadas pessoas cumpram a função de recolher o lixo coletivamente produzido para que ele volte, de uma forma ou de outra, a gerar lucro. A singularidade extrema, ensina GENRO FILHO (p.197), “... *pressupõe e reforça as categorias do próprio senso comum, quer dizer, a predominância da ideologia burguesa*”.

Essa relação dialética entre singular, particular e universal, segundo GENRO FILHO, é que faz o jornalismo expressar o seu potencial revolucionário, deixando de ser apenas um instrumento à disposição da classe hegemônica no capitalismo. É nesse sentido, avalia TAVARES (2001:95-6), que “... *jornalismo só é jornalismo quando consegue provocar reação, não apenas no nível da emoção, mas a reação necessária para gerar a dúvida, o desconforto...*”, ou seja, para contribuir com a construção de uma outra sociedade.

Do ponto de vista jornalístico, é importante notar que GENRO FILHO não se filiou a teóricos que propuseram categorias, gêneros e especializações para recortar e classificar o jornalismo. Para ele, como foi visto, o jornalismo é uma forma de conhecimento da sociedade centrada no singular, que contém e está contido no particular e no universal, uma formulação que vale para o jornalismo

em geral. Essa colocação é relevante para se contrapor a uma das características do jornalismo moderno, a especialização. Como pode ser observado em qualquer veículo impresso, as notícias são divididas em seções, as editorias, como são chamadas. Há a editoria de ciência, esporte, economia, cultura, política, entre outras, o que gerou uma série de publicações que tratam de supostas especificidades do jornalismo científico, esportivo, econômico, cultural ou político. Seguindo GENRO FILHO, entendemos, porém, que jornalismo é um só, ou seja, que o recorte de um fato inserido numa realidade concreta se dá a partir de sua apreensão pelo ângulo do singular, independentemente da área de conhecimento de onde provém. O que se modificam são determinadas expressões, termos, conceitos, características que não justificam a fragmentação do jornalismo. A partir do final da década de 80, porém, as notícias sobre as más conseqüências da relação entre sociedade e natureza também ganharam rótulo, o de jornalismo ambiental, assim definido por BACCHETTA:

El periodismo ambiental considera los efectos de la actividad humana, desde la ciencia y la tecnología en particular, sobre el planeta y la humanidad. Debe contribuir por lo tanto a la difusión de temas complejos y al análisis de sus implicancias políticas, sociales, culturales y éticas. Es un periodismo que procura desarrollar la capacidad de las personas para participar y decidir sobre su forma de vida en la Tierra, para asumir en definitiva su ciudadanía planetaria (2000:18).

Essa e outras definições têm despontado em trabalhos acadêmicos que se esforçam para encontrar as especificidades do chamado jornalismo ambiental⁴¹. As pesquisas apontam em várias direções, valorizando aspectos históricos e funcionais e a relação com o movimento ambientalista (NETHER, 1998), discutindo a abrangência da cobertura e a necessidade ou não de especialização acadêmica específica do profissional (MIURA, 2001) ou deixando sobressair somente a crítica, em que a mídia é acusada de tratar da complexidade da

⁴¹ A primeira associação de jornalistas especializados em meio ambiente surgiu na França, em 1969. Repercutindo a Rio-92, surge em 1993 a Federação Internacional de Jornalismo Ambiental, IFEJ na sigla em inglês (BACCHETTA, 2000:19). O jornalismo ambiental tem até mesmo um Código de Ética próprio, aprovado no terceiro Congresso Mundial de Jornalismo Ambiental, realizado no Sri Lanka em outubro de 1998. No Brasil, a Rio-92 e a Rio+10 motivaram a organização de dois encontros para discutir a relação entre imprensa, meio ambiente e desenvolvimento, chamados de *Green Press*, Imprensa Verde. A discussão feita foi expressa na "Carta de Belo Horizonte", com princípios e recomendações aos jornalistas que atuam na área. Em nível nacional, a discussão acontece principalmente na Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, que reúne, em grupo de discussão na Internet, profissionais de todo o país.

questão ambiental com “*ignorância, má-vontade e interesses reacionários*” (BOEIRA, 1999).

Ao longo da última década, também foram discutidas questões como a quantidade de espaço que a mídia dá ao assunto, a “objetividade” da notícia quando o profissional também é militante na área, a necessidade de verbas públicas para veículos de comunicação que se dedicam ao assunto e a pertinência ou não de a mídia ser instrumento de educação ambiental. As reflexões se acentuam a partir da Rio-92, quando a mídia, motivada pela celebração de acordos internacionais, como a festejada Convenção da Biodiversidade⁴², experimenta o auge da divulgação sobre as questões ambientais. Jornais criam editorias específicas sobre meio ambiente e indicam jornalistas para se especializarem na área. Essas editorias, porém, desaparecem com o passar do tempo, sendo desativadas ou substituídas por colunas ou artigos assinados, com uma significativa redução da cobertura jornalística.

RAMOS (1995), em uma das mais citadas pesquisas sobre o assunto, discute a cobertura jornalística impressa e televisiva da Rio-92 com base em uma avaliação quantitativa. Ele mostra que as notícias sobre o evento trataram a problemática como se fosse moda, e dissociada de um contexto político, social e ideológico, além de supervalorizar a dimensão global dos desequilíbrios ambientais, negligenciando a dimensão regional e a local. Outras conclusões revelam que determinados assuntos e fontes de informação foram privilegiados na cobertura do evento, e que foi expressiva a quantidade de notícias sobre as potencialidades do “ecomercado”. A linha de pesquisa do autor, no âmbito do jornalismo, ancora-se no pensamento herdado da Escola de Frankfurt. Dessa forma, contém uma crítica pessimista e até certo ponto acertada à mídia, mas o problema é que não avança no sentido de propor um outro caminho, limitando-se a afirmar que entidades da sociedade civil, da comunidade científica e da área de educação ambiental devem concentrar esforços “... *na busca permanente de*

⁴² Os países que tiveram representantes na Rio-92 negociaram cinco documentos: a Carta do Rio, a Agenda 21, a Declaração das Florestas, a Convenção sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Os seus objetivos gerais são: “(a) **conservação da diversidade biológica**; (b) **utilização sustentável de seus componentes**; e (c) **repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos**” (MMA, 2000:9, com grifo no original).

aperfeiçoamento da qualidade da mensagem ambiental veiculada pelos meios de comunicação de massa” (p.156). Já a questão, então, é de qualidade, e não mais de quantidade, ou seja, não de mais, mas de melhor informação.

Apesar da crítica que fazemos, a pesquisa de RAMOS de certa forma confronta algumas das principais características do debate sobre o jornalismo ambiental, que se classifica como revolucionário em relação ao fazer jornalístico em geral, como se pode depreender da declaração do editor⁴³ do JB Ecológico, um dos veículos que é alvo de análise desta dissertação, ao diferenciar *imprensa tradicional de imprensa verde*:

A proposta da imprensa verde e do jornalismo ambiental é outra. Ela é tão revolucionária como o pensar global e o agir localmente da ecologia e do desenvolvimento sustentável. É romântica por fora, quando defende as plantas e os animais. É profundamente subversiva por pregar uma relação de amor entre a humanidade consigo mesma e com a natureza. É profundamente construtiva e sustentável quando toma partido, quando engaja em tudo aquilo que é ambiente (sic⁴⁴) correto, economicamente viável e socialmente justo. A imprensa não verde e que já foi marrom está em dias de extinção (2002:7).

Como já se viu ao longo dessa pesquisa, o conceito de desenvolvimento sustentável e a expressão “pensar globalmente, agir localmente” são alvos de intensos debates, até pelo que representam no discurso ambiental em tempos de globalização, mas certamente não merecem, sem antes passarem por uma reflexão bastante profunda, o adjetivo de revolucionárias.

Essa reflexão nos leva a afirmar, portanto, que revolucionários não são os conceitos, e sim o pensar e as práticas que se afirmam com base neles, a *práxis*. E aí ressoa mais uma vez o pensamento de SANTOS, que vê no lugar, espaço de vivência, a origem da resistência contra os interesses dos atores hegemônicos globais. Acreditamos que a “comunicação imaginosa e emocionada” pensada pelo

⁴³ A citação foi extraída da publicação *Imprensa Verde 2 – O papel da imprensa pós-Rio+10* (cfe. bibliografia). É interessante notar, na mesma publicação, a percepção mais aguda do jornalista que edita o *Jornal do Meio Ambiente*, um dos mais antigos veículos do país na cobertura de assuntos ligados à área: “*Eu acho que o ideal seria não existir jornalismo ambiental, nem direito ambiental e nem educação ambiental, e sim o jornalismo, a educação, o direito*” (p.19).

⁴⁴ A palavra correta é *ambientalmente*. A expressão “*imprensa não verde e que já foi marrom...*” se refere ao nome pelo qual são conhecidos os veículos que tratam da questão ambiental, imprensa verde. Imprensa marrom usualmente designa a imprensa sensacionalista, e nesse caso também se refere aos veículos que não tratam ou mesmo desconsideram a questão ambiental.

geógrafo encontra na teoria do jornalismo de GENRO FILHO a sua expressão mais acabada. SANTOS (1997:215), ao falar das redes em tempos de globalização, também cita a existência de três níveis de solidariedade, a mundial, a dos territórios dos Estados e a local⁴⁵. GENRO FILHO, por sua vez, lega aos jornalistas uma teoria que dá conta da narrativa dessas solidariedades de forma a englobar as três dimensões da realidade, o singular, o particular e o universal.

Por essa razão, pensamos que é relevante refletir sobre o jornalismo e, no caso dessa dissertação, sobre como essa forma de conhecimento da realidade textualiza o discurso de meio ambiente. A ciência, com toda a sua produção intelectual, já vem buscando refletir e interpretar, de um ponto de vista crítico, a relação entre sociedade e natureza. Acontece é que essa reflexão se faz a partir de uma realidade universal, ou seja, não se faz a partir da realidade singular de homens e mulheres no fruir da vida. No exemplo já citado sobre as notícias acerca da reciclagem de resíduos, a produção acadêmica se concentraria em aspectos científicos e técnicos, de caráter universalizante; a produção jornalística, por outro lado, teria como centro organizador da notícia a singularidade do fato, ou seja, a sua concretização sobre os seres numa dada formação histórica, social e espacial. Além disso, a maioria da população não tem acesso ao conhecimento produzido nos centros acadêmicos, que jaz, como se diz, em “cemitérios” nas bibliotecas e na Internet. É através das emissoras de televisão e de rádio, dos jornais e revistas, das páginas na Internet, que a população conhece a fatia da realidade, o fato jornalístico, ao qual não teve acesso a partir da própria experiência. FAERMAN (1979), um dos jornalistas que demonstrou, em seus textos, a lição de GENRO FILHO, dizia que o repórter, ao contar o que ouve dos outros, “sugava” deles a única coisa que tinham além dos próprios corpos: uma história. E dessas histórias é que se extraem narrativas, textos com princípio, meio e fim estruturados pelo jornalista e que devem ser contextualizados.

Acreditamos, conforme já foi visto, que o jornalismo, apesar de ser um produto oferecido aos leitores/ouvintes/espectadores dentro de regras capitalistas,

⁴⁵ A noção de solidariedade não tem, no contexto aqui tratado por SANTOS, conotação moral, e sim aquela encontrada em Durkheim, no sentido de “...realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum”, conforme o autor aponta em outro capítulo do livro citado (p.32).

tem um potencial que o faz superar essa condição de mercadoria. E isso porque os sentidos produzidos pela notícia não estão dados *a priori*. Eles “escorregam”, “deslizam”, produzindo sentidos novos a partir da realidade de quem lê/ouve/vê a notícia e, eventualmente, produzindo emoções e reações inesperadas. GENRO FILHO, com sua teoria, deixa exposto o potencial de mudança propiciado pelo jornalismo calcado no singular, na experiência vivida, que, demonstra SANTOS, se dá no lugar, no espaço das vivências, de personagens. E essa produção de sentidos vai ser vista no próximo item, a partir de metodologias desenvolvidas no âmbito da análise de discurso.

2.2 O DISCURSO AMBIENTAL SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DE DISCURSO

Enquanto pesquisadores da área do jornalismo buscam refletir sobre particularidades do jornalismo ambiental, pesquisadores ligados à lingüística e análise de discurso usam a mídia em geral para refletir sobre a chamada questão ambiental e sobre a divulgação pública da ciência, também conhecida como jornalismo científico e que igualmente inclui o viés ambiental. São exemplares os trabalhos de GUIMARÃES (2001), NUNES (2001, 2003), ORLANDI (1996, 2001, 2001^a) e SILVA (1996, 1996^a, 1997, 2001). A mídia, segundo ORLANDI (1996^a:96), “... é um grande evento discursivo do modo de circulação da linguagem”.

Essa afirmação pode ser melhor compreendida no trabalho desenvolvido por COELHO (1991), que relacionou e avaliou criticamente o sentido de 350 palavras comuns na mídia, na academia e em conversas casuais:

Essas fontes todas juntas, ou qualquer delas em particular, não são o retrato da linguagem falada do país ou no país. Mas o que aparece nelas é sem dúvida a linguagem que fala ao país, a linguagem que molda uma certa imagem do país para ele mesmo, que desenha e delimita o sentido que o país recebe todo dia para entender a si mesmo e ao mundo (p.11).

O material colhido pelo autor reúne palavras que, segundo ele, “... estão dizendo menos do que pretendem dizer, ou mais, ou exatamente o contrário, ou outra coisa, ou nada” (p.9). Uma dessas palavras (p.162) é *mercado*, que carrega com ela os múltiplos sentidos da globalização. É comum ouvirmos que “o

mercado está nervoso”, que “o mercado reagiu bem ou mal” a algum fato novo. O mercado fala por si, e as notícias já nem desvelam quem, o que está por trás desses humores inconsistentes. Pode-se afirmar que esse não-dizer instaura um espaço de silêncio, que é um conceito importante da AD⁴⁶. Outra palavra citada por COELHO é *meio ambiente* (p.159). O autor observa que as duas palavras funcionam como sinônimos, mas hoje parece ser pouco usar apenas uma delas:

Os que primeiro lançaram a moda do “meio ambiente” ou não perceberam que uma coisa é o “meio” (em relação ao qual o homem está descentrado) e outra, “aquilo que cerca” (estando o homem, portanto, no meio); ou perceberam e, hesitando, forjaram uma expressão que procura conciliar as duas concepções filosóficas, se cabe o termo.

Na imprensa, utilizá-las usualmente pode funcionar de modo a levar o leitor a uma região do discurso que se refere à natureza em si, onde o sentido de meio ambiente é aquele do qual o homem está apartado. E a proliferação dos meios de comunicação e, conseqüentemente, das notícias, não significa necessariamente que os sentidos mudem; há, sim, imensa variação do já dito, do mesmo, funcionando de forma a administrar os sentidos possíveis. Esse exemplo deixa mais clara a afirmação de ORLANDI, de que a mídia é lugar de interpretação, “... ela rege a interpretação para imobilizá-la” (1996^a:16).

Usualmente, na análise de discurso, os estudos tratam da mídia impressa (jornais e revistas) e televisiva. Para além desses materiais, uma reflexão sobre o potencial dessa linha de pesquisa pode ser feita a partir da imagem da figura 1, aqui tomada como uma unidade simbólica⁴⁷. Nela, aparece o ícone de uma

⁴⁶ ORLANDI (2001:128) distingue duas formas de silêncio. No caso citado, acreditamos tratar-se do silêncio constitutivo, “... que nos indica que para dizer é preciso não dizer, em outras palavras, todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos”. Segundo a autora, o silêncio, como as palavras, também não é transparente. O que a palavra “mercado” silencia nesses discursos?

⁴⁷ A figura simboliza o prêmio Expressão de Ecologia/2003 em sua 11ª edição. O prêmio é concedida pela revista Expressão desde 1992, tendo sido inspirado pela Rio-92, e é dirigido a empresas, instituições e órgãos públicos dos três estados do Sul do país. Os trabalhos inscritos se dividem em categorias como Educação Ambiental, Controle da Poluição, Conservação de Recursos Naturais e Recuperação de Áreas Degradadas. Também é premiada a Personalidade Ambiental do Ano, que em 2003 foi o presidente do grupo O Boticário. É interessante notar que, atualmente, empresários e empresas que investem sob o rótulo de preservação da natureza se destacam das demais, são tidas como sérias, respeitáveis, empreendedoras. O texto sobre o presidente de O Boticário tem trechos como os seguintes: “... vê oportunidades onde a maioria das pessoas não enxerga nada”, “Investir na preservação da natureza, aliás, é mais uma visão – talvez

indústria em que, na chaminé, a fumaça cinza expelida, contra um fundo escuro, transforma-se num arco-íris que atravessa um fundo azul claro.



Figura 1

A figura tomada como discurso produz determinados sentidos e silencia outros, evocando as nuances e ambigüidades do discurso ambiental. O ícone da indústria (industrialização, desenvolvimento) toma toda a figura. Parte dele representa a poluição, simbolizada pela chaminé; a outra parte, a natureza, simbolizada pelo arco-íris. Na passagem de uma para outra, um silêncio carregado, atravessado por sentidos possíveis, especialmente quando pensamos no meio atual como um meio técnico-científico-informacional. A divisão entre as duas metades do círculo remete ao discurso ao qual se vincula essa imagem, o do desenvolvimento sustentável.

Antes de tratar da questão ambiental como um discurso passível de análise, vamos situar, de forma geral, o que é a análise de discurso (AD). A linha teórica usada na dissertação é a de origem francesa, que surgiu nos anos 60 do século passado a partir dos estudos do filósofo M. PÉCHEUX. Buscamos

a mais importante – que o empresário já teve”, “A história da empresa O Boticário, como se vê, deve muito ao gênio – e às visões – de seu empreendedor, filho de judeus europeus que fugiram da guerra...”, “... foi um dos primeiros empresários brasileiros a propagar o conceito de responsabilidade social. Mais uma vez, uma questão de visão” (Anuário de Ecologia Expressão, n. 129, dez. 2003, p. 20-22). Esse discurso nos faz lembrar outro período histórico, citado no capítulo 1 a partir das reflexões de MAMIGONIAN, quando os cafeicultores se viam como os impulsionadores da industrialização paulista. Hoje, um seletos grupos de empresários se coloca à frente e acima dos demais, impulsionando um desenvolvimento agora “sustentável”, a partir de um determinado discurso sobre a natureza, que vem sendo incorporado pelo rótulo de “responsabilidade social”. Esse discurso sobre os “empresários verdes” aponta para uma forma de ser e agir no mundo empresarial. E que vale prêmios, inclusive de instituições públicas responsáveis pela fiscalização, como a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), que entrega o troféu Fritz Müller.

especialmente a contribuição teórica de E. ORLANDI que, a partir de releituras de autores como FOUCAULT e M. PECHEUX, traz novos conceitos ou enriquece os que já existem, permitindo uma abordagem que atende aos objetivos da pesquisa, especialmente no que se refere à ponte com a geografia. E foi pelo fato de a pesquisa partir de estudos de pós-graduação em geografia que decidimos, assim como fizemos ao longo do item dedicado ao jornalismo neste capítulo, trabalhar um pouco mais detalhadamente a parte teórica da AD, buscando elementos que não seriam tratados da forma como escolhemos se a pesquisa se enquadrasse na lingüística.

A partir de seus pressupostos teóricos, a AD toma um objeto simbólico qualquer para compreender, explicitar como ele produz sentidos, como nele trabalham os processos de significação. Ao contrário da lingüística, que tem como objeto de reflexão a linguagem, desconsiderando o sujeito e a situação em que ela é produzida, a AD preocupa-se com o *discurso*, trazendo para dentro dele o sujeito e a situação, ou seja, a exterioridade. Essa característica é que motivou a escolha da AD nesta dissertação: é uma forma de conhecimento que vê a linguagem não como um fenômeno neutro, natural, e sim como lugar de conflito, o que também marca a atividade jornalística. BRANDÃO (1996:12) assim define a diferença de ponto de vista:

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção.

A afirmação contém duas expressões que, na AD, a caracterizam e são tratados como conceitos, *ideologia* e *condições de produção*⁴⁸. A ideologia, para a AD, não é tratada como visão de mundo, ocultação da realidade, instrumento de dominação de classe, sentidos que lhe atribuem as ciências sociais. Para a AD, a *ideologia* é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história, o que permite que o discurso signifique de uma forma e não de outra. Por isso, cada

⁴⁸ Optamos por abordar esses conceitos neste capítulo para que, no capítulo 3, (da análise em si), não seja necessário interromper a fluência do texto. De uma forma ou de outra, os conceitos que serão apresentados constituem elementos importantes para a compreensão do discurso jornalístico de meio ambiente da forma como o estamos tratando.

discurso é único, e o sujeito, para significar, precisa estar na linguagem, assujeitando-se desde sempre à ideologia (PFEIFFER, 2001:51). Da mesma forma, qualquer discurso precisa ser remetido às suas *condições de produção*, que levam em conta quem fala e para quem fala, expressando o contexto imediato em que se dá a enunciação e, finalmente, o contexto histórico-social, que pressupõe a ideologia. Essas condições é que constituem o discurso, definido como *efeito de sentidos entre locutores*, partindo-se do pressuposto de que um enunciado pode ter diferentes sentidos, dependendo da formação discursiva à qual remete⁴⁹.

Pode-se dizer que o discurso materializa a relação simbólica do sujeito com a realidade. E quando, por um trabalho simbólico, o sujeito expressa por palavras o que deseja comunicar, ele está transformando o discurso em *texto*. Nas palavras da AD, está passando da instância da constituição do sentido (filiação do dizer a uma determinada memória) para a instância da formulação (textualização, passagem do discurso a texto, atualização da memória), texto esse que adquire sentidos nos diferentes modos de circulação (como os meios impressos)⁵⁰. Para a AD, os conceitos de discurso e texto são diferentes, mas interdependentes. O primeiro é um conceito teórico e metodológico, um objeto de explicação. Já o segundo é um conceito analítico, uma unidade de análise. E, segundo ORLANDI (1987:229), “... *como há uma relação necessária entre eles, as propriedades detectáveis do texto são aquelas que o constituem enquanto visto na perspectiva do discurso*”. Assim, se, por um lado, o texto é um produto aparentemente acabado, com início, meio e fim, na sua singularidade, por outro ele traz a marca da incompletude, pois só pode ser compreendido se levarmos em conta as suas condições de produção (quem o produziu, para quem, em que

⁴⁹ ORLANDI (2001:63) assim define o discurso: “*Considerando a linguagem como prática – isto é, como mediação necessária entre o homem e a sua realidade natural e/ou social – a Análise de Discurso vai articular o lingüístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Há, entre os diferentes modos de produção social, um modo específico que é o simbólico. Há pois práticas simbólicas significando (produzindo) o social. A materialidade do simbólico assim concebido é o discurso*”.

⁵⁰ A AD considera que um determinado discurso é parte de um processo discursivo maior, que tem três momentos: o da constituição, o da formulação e o da circulação: “São três momentos inseparáveis do ponto de vista da significação, ou seja, todos os três concorrem igualmente na produção dos sentidos. Os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam” (ORLANDI, 2001:151).

contexto sócio-histórico). Numa analogia com o jornalismo, o discurso está para o texto assim como o fato está para a notícia/reportagem.

Para compreender melhor essas relações e avançar na construção do dispositivo de análise que vai conduzir o próximo capítulo, é necessário tratar de quatro outros conceitos fundamentais na AD, os de *formação ideológica*, *interdiscurso*, *arquivo* e *formação discursiva*. A análise de discurso considera o discurso um fenômeno social, materialização de práticas simbólicas. Quando um sujeito fala, escreve, se posiciona, ele é simbolicamente afetado pelas condições de produção do seu discurso. Isso quer dizer que o discurso expressa o lugar social de quem fala e para quem fala, a relação histórica que existe entre esse e outros discursos, a imagem que o sujeito tem de seu interlocutor e a que pensa que o seu interlocutor tem dele. É essa trama, essa ilusão subjetiva, não consciente, que dá ao sujeito a ilusão de ser a fonte de seu discurso. E é pelo mecanismo de *formação ideológica* que o sentido de um discurso pode ser interpretado em uma direção e não em outra (ORLANDI, 1996^a: 31). A ideologia, materializada nas condições de produção, expressa a relação do sujeito com a língua e com a história, como explicita ORLANDI (2001b:35-6):

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos.

Quando a AD afirma que todo discurso nasce de outros discursos, recorre ao conceito de *interdiscurso*. Ele é que expressa, dentro de um determinado texto, a exterioridade da linguagem, que é constitutiva do discurso. O interdiscurso é, assim, a memória do dizer, a fonte de todos os dizeres já ditos ou ainda por serem formulados, memória discursiva sobre o qual o sujeito não tem controle. Segundo ORLANDI (2001:180):

Trata-se do que foi e é dito a respeito de um assunto qualquer, mas que, ao longo do uso já esquecemos como foi dito, por quem e em que circunstâncias e que fica como um já-dito sobre o qual nossos sentidos se constroem... esses sentidos, que nem sabemos de onde vêm, falam em nós, em nosso dizer. Simplesmente porque para que nossas palavras tenham sentido é preciso que elas já tenham sentido.

Não inventamos nossas palavras, elas são socio-historicamente determinadas. Mas temos a ilusão de que os sentidos nascem em nós (grifo no original).

O conceito de *arquivo* pode ser entendido a partir do conceito de interdiscurso. Enquanto o interdiscurso é o saber discursivo, a memória estruturada pelo esquecimento (esquecemos quem disse, quando e em que circunstâncias disse, mas esse saber fala em nosso próprio discurso), o arquivo é a memória institucional que apaga o esquecimento, é o discurso documental, como a legislação e os regulamentos (ORLANDI 2001:39). Os arquivos disciplinam os sentidos, disciplinam a memória coletiva. Um exemplo é a forma como a legislação ambiental dá uma determinada direção a conceitos extraídos da Biologia/Ecologia, como é o caso da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC):

(...)

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

XI – uso sustentável – exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

(...)"

Temos, além do conceito de arquivo, o de *formação discursiva*, que pode ser considerada uma regionalização do interdiscurso, determinando o que pode e o que deve ser dito em uma determinada formação social e num contexto sócio-histórico. O interdiscurso, o saber discursivo, pode ser visto como o traço vertical, recortado por traços horizontais, que são as diferentes formações discursivas, num esquema assim explicado por ORLANDI (2001b:44-5):

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra "terra" não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas.

Podemos compreender melhor esses conceitos pensando sobre eles a partir do tema da pesquisa. O interdiscurso (memória discursiva) necessariamente inclui tudo o que já foi dito e ainda está por dizer sobre o discurso ambiental. Aí estão os sentidos produzidos pelo discurso dos empresários, das organizações não-governamentais, das instituições públicas, das comunidades tradicionais, que constituem diferentes formações discursivas. É um vasto saber discursivo. Quando um sujeito se propõe a falar sobre ele, produz o que a AD chama de *gesto de interpretação*, textualizando (colocando em texto) o seu próprio discurso, que vai ser atravessado por condições de produção específicas. Segundo Orlandi, o “... dizer deixa os vestígios do vivido, do experimentado e o gesto de interpretação mostra os modos pelos quais o sujeito se significa” (2001:193).

A AD também trabalha com o que chama de *relação de forças*, segundo a qual o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz (ORLANDI, 2001b, p.39). E a palavra lugar, aqui, se refere a lugar social, constituído por relações de força e que resultam de projeções. Assim, o discurso do empresário e o do empregado valem (significam) de forma diferente. ORLANDI (idem) adverte que, para a AD, não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos, como estão inscritos na sociedade, que funcionam no discurso, e sim suas imagens, que resultam de projeções, chamadas de formações imaginárias. “São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”, assinala a autora (p.49).

Tomando o caso do sujeito-jornalista que textualiza (notícia) um fato compreendido dentro do discurso ambiental (interdiscurso), ele pode recorrer a lugares que expressam diferentes relações de força desse discurso (empresarial, das ONGs, do governo), expressando, portanto, o sentido de diferentes formações discursivas, que no discurso representam as formações ideológicas. Por isso é que todo o discurso é considerado parte de um processo discursivo mais amplo. Não há, segundo ORLANDI (2001b:39), “... começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”. Como já foi dito, essa relação não significa que não haja singularidade no discurso, porque, ao dizer, ao interpretar, o sujeito pode (ou não) produzir deslocamentos na rede de sentidos, e cabe ao analista captá-los. Para isso, dois outros conceitos fundamentais na AD são a *paráfrase* e a

polissemia, que designam o mesmo e o diferente no discurso e articulam o processo de produção da linguagem.

A paráfrase representa, segundo ORLANDI (2001b:36), o retorno aos mesmos espaços do dizer, produzindo estabilização, sedimentação dos sentidos, num processo mais de produtividade do que criatividade. Já a polissemia trabalha com o deslocamento, ao romper os processos de significação e trabalhar com a criatividade, com sentidos diferentes. É no jogo entre uma e outra que sujeito e sentido se movimentam. Por vezes, uma mesma palavra, por estar inserida em diferentes formações discursivas, pode significar diferente, como no caso da palavra “terra” no discurso de um sem-terra ou de um latifundiário. Em outras vezes, palavras diferentes podem ter o mesmo sentido por se inscreverem em uma mesma formação discursiva. Isso é ilustrativo na pesquisa de MARIANI (2001) sobre os sentidos da solidariedade na mídia impressa. Ela verificou que a palavra forma uma rede parafrástica (de paráfrases) que inclui “caridade”, “ajuda”, “filantropia”, “novas faces do bem” e “mão estendida”. Apesar de serem palavras diferentes, a autora observa que “... na mídia o que pode resvalar para a produção de diferentes efeitos de sentidos muitas vezes se fecha em sentidos atomizados, produzindo ilusões de consenso social” (p.43).

Para um analista compreender essas sutilezas do discurso, é necessário trabalhar a partir de uma perspectiva discursiva. Esse enfoque é um dos que difere a AD da análise de conteúdo, método clássico utilizado nas ciências sociais. A análise de conteúdo trabalha com uma exterioridade pré-construída e procura, na palavra ou no texto, comprovar essa situação, dessa forma caminhando da exterioridade para o texto. Já a AD, assinala ORLANDI, busca “conhecer esta exterioridade pela maneira como os sentidos se trabalham no texto, em sua discursividade” (1996^a:29). A partir dessa diferença de enfoque, o texto não é visto, como na análise de conteúdo, como um documento que transmite uma informação, que por sua vez é interpretada com base em uma exterioridade pensada fora do documento. O texto, para a AD, não é um documento, é um discurso, que carrega em si a exterioridade, as suas condições de produção. Analisá-lo em uma perspectiva discursiva significa, portanto, devolver o texto ao seu processo social e histórico (o interdiscurso, a memória dos dizeres) através da mediação de instrumentos teóricos.

Dentro dessa perspectiva, é necessário deixar claro o tipo de discurso que nos interessa nesta dissertação, o qual depende dos objetivos da análise e sua relação com a natureza do texto (ORLANDI, 1987:220). Decidimos trabalhar com uma montagem de textos selecionados de um veículo de circulação nacional, o *JB Ecológico*, encartado no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e um veículo de circulação em Santa Catarina, o *AN Verde*, encartado no jornal *A Notícia*, de Joinville, além de textos esparsos de outros veículos de comunicação com o objetivo de oferecer um contraponto à análise⁵¹. Com isso, abre-se a possibilidade de um estudo comparativo, em que sejam detectados diferentes funcionamentos discursivos.

Segundo ORLANDI, cabe ao analista construir um dispositivo de interpretação que lhe permita descrever a relação do sujeito com a sua memória, o que se faz por etapas (2001b:60). O primeiro passo é deslizar na superfície do texto, em que o analista explicita como o texto diz, quem e em que circunstância diz, buscando as relações de sentido e de força (de que lugar o sujeito fala), verificando os processos e mecanismos de constituição dos sentidos e dos sujeitos. O passo seguinte é, a partir da montagem de textos, construir um objeto discursivo, em que o analista trabalha com as paráfrases, os sinônimos, a relação do dizer com o não-dizer. Nessa etapa, cabe ao analista desfazer a ilusão de que as palavras são transparentes, de que o sujeito só poderia ter dito daquela maneira, e por isso é importante trabalhar com as diferentes formações discursivas. A terceira etapa é passar do objeto para o processo discursivo, quando se relacionam as diferentes formações discursivas com a formação ideológica que as sustenta, que rege suas relações. Ao longo desse processo, passa-se do texto (unidade de análise) para o discurso (objeto de explicação):

Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é responsável pelo modo como o texto significa, o texto ou textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem conhecemos – são parte. Eles tampouco estão relacionados apenas aos processos discursivos que eram objeto daquela análise em particular e permanecem abertos a novas análises. O que temos, como produto da análise, é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições (ORLANDI, 2001b:72).

⁵¹ Os motivos pelos quais elegemos os dois veículos são esclarecidos na abertura do capítulo 3.

Com base nessa seqüência de etapas e em nossos próprios objetivos, vamos trabalhar com o que já temos caracterizado, ao longo da dissertação, como *discurso ambiental*, e com a textualização jornalística dele, o *discurso jornalístico de meio ambiente*. No primeiro, interessa-nos particularmente o recorte conceitual acerca do desenvolvimento sustentável. Compreendemos que o discurso ambiental ancora-se numa memória discursiva (todos os dizeres possíveis sobre ele, o interdiscurso) e no arquivo (toda a legislação e os documentos que formam a memória institucional). Uma de nossas hipóteses é que o discurso jornalístico de meio ambiente recorra a ambas para produzir sentidos. E por que tratar especificamente do desenvolvimento sustentável?

Porque esse conceito, como observa a geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza, decorre da politização feita em torno do discurso sobre a natureza. Trata-se de um confronto pela atribuição de sentidos, confronto no qual a geografia também está inserida, como comprova o vasto conjunto de monografias, dissertações e teses cujos pressupostos acolhem ou criticam o conceito. Do ponto de vista jornalístico, porque, conforme já vimos, há uma discussão sob o rótulo de jornalismo ambiental que trata o conceito de um ponto de vista revolucionário, capaz de confrontar até mesmo o modo de produção capitalista, e desejamos participar dessa discussão de uma forma crítica. Do ponto de vista da AD, mais uma vez buscamos ORLANDI, que vê a Ecologia hoje como um argumento onipresente e onipotente: "*Basta enunciá-lo que ele fala por si*" (2001:147). Pensamos que o mesmo se dá com o desenvolvimento sustentável, uma expressão que parece ideologicamente transparente, que fala por si mesma, como se os seus sentidos fossem "naturais". Relembrando a definição contida no documento *Nosso futuro comum* a partir do Relatório Brundtland (1988:9), temos o seguinte:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas.

Silva (1997:144) nota que o conceito/documento não determina como deve se dar a apropriação/desapropriação da natureza. Há, portanto, uma disputa pelo sentido do desenvolvimento sustentável. Consideramos, portanto, esse conceito como um enunciado de base. Isso quer dizer que há o discurso **do** Relatório Brundtland na base e, a partir dele, discursos **sobre** o Relatório Brundtland, em que diferentes sujeitos buscam compreendê-lo sob os mais diversos pontos de vista, e os sentidos, abertos, deslizam, expressando diferentes relações de força. E ORLANDI lembra que o discurso **sobre** algo vai disciplinando o discurso **de** algo (2001:168-9), levando a que certos sentidos prevaleçam sobre outros e sejam dominantes, revelando o jogo de poder que caracteriza a linguagem:

“Sustentada” é tradução de palavra da minuta escrita em inglês americano e tornada “aspiração” geral. De quê esta palavra se carrega na sua língua de origem? Que efeitos produz nas outras línguas? E, além disso, sustentada por quê, por quem e com que objetivos?

Por isso é que não é suficiente nos determos no conteúdo das palavras. É preciso compreender o funcionamento do discurso na produção dos sentidos, o que deixa explícito o mecanismo ideológico que o sustenta (ORLANDI, 1996^a:33). Consideramos a mídia, aqui vista como um modo de circulação dos sentidos, como um material privilegiado para se aprofundar essa análise. E já numa articulação fundamental entre a AD e o jornalismo, é necessário expor algumas características do sujeito-jornalista que visam explicitar uma parte das condições de produção do discurso jornalístico. A empresa jornalística é um empreendimento capitalista, e o jornalista, um trabalhador que, a partir do que vimos com GENRO FILHO (1987), produz uma forma de conhecer o mundo. A estrutura de um jornal ou revista abriga diferentes departamentos e setores, constituídos basicamente pela redação, a produção (impressão) e o comercial (venda de anúncios). Na redação, há os pauteiros, que definem o que vai para o jornal, os repórteres, que buscam as fontes e redigem a notícia, os editores, que escolhem títulos e outros efeitos visuais, os diagramadores, que desenham a página do jornal, além de toda uma estrutura à parte para as fotografias e ilustrações. A notícia, assim, faz parte de uma complexa rede produtiva, aponta BERGER (1998:20):

... as notícias passam a ser produtos produzidos por jornalistas assalariados, mais ou menos bem pagos, que trabalham num mercado mais ou menos saturado e competitivo, em redações com determinadas definições hierárquicas. Estas condições de produção do discurso jornalístico marcam as relações entre os jornalistas e suas fontes, e o jornal e seus leitores.

No caso do discurso jornalístico de meio ambiente, acrescentamos algumas características adicionais que também explicam a escolha de nosso material de análise. Através de grupos de discussão na internet, de cursos, seminários e publicações especializadas, os jornalistas que se dedicam à chamada questão ambiental formam um grupo à parte. Eles discutem a necessidade ou não de especialização acadêmica na área, de “militância ambiental”, de verbas para as mídias ambientais. Também debatem a respeito do jornal como instrumento de educação ambiental e da necessidade de as faculdades de jornalismo incluírem uma disciplina específica sobre o assunto nos cursos. É também cada vez mais comum surgirem premiações para jornalistas que produzem matérias que tratam da relação entre sociedade e natureza. Notamos que esse movimento constitui um esforço para tratar o chamado jornalismo ambiental como um modo de apreensão da realidade diferente do jornalismo em geral.

Chegamos, assim, ao momento de mais uma vez articular as áreas de conhecimento de que estamos tratando antes de iniciar a análise dos jornais. Acreditamos, com base no que foi desenvolvido até aqui, que o conceito de formação socioespacial é particularmente inovador para se compreender, com base na análise de discurso, os sentidos do discurso ambiental e do desenvolvimento sustentável. ORLANDI (1987:240) mostra que um discurso necessariamente tem relação com outros discursos, sendo constituído pelo seu contexto imediato de enunciação (quem fala, para quem, de onde fala), e pelo contexto histórico-social, e se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas. O conceito de formação socioespacial de SANTOS, por sua vez, trabalha com o pressuposto de que toda sociedade se constrói a partir de um determinado espaço. Parece-nos claro, portanto, que tratar do discurso ambiental de uma perspectiva discursiva implica se preocupar com o espaço. Dessa forma, o contexto de produção do discurso não é só histórico-social, **ele também é**

espacial, atravessado pelas determinações do meio geográfico atual, que SANTOS vê como um meio técnico-científico-informacional.

A afirmação torna-se mais concreta quando lembramos que, originariamente, o discurso do desenvolvimento sustentável nasceu sob a batuta dos países do Norte, sendo, posteriormente, alvo de diferentes gestos de interpretação de atores sociais do Sul. A análise que fizemos no capítulo 1 mostra, igualmente, a diversidade da formação socioespacial brasileira e catarinense, o que revela a necessidade de se considerar também o espaço como parte do processo de significação, especialmente quando se trata do desenvolvimento sustentável que, por princípio, deveria se constituir por práticas simbólicas e materiais determinadas por diferentes formações espaciais, e não por receitas-padrão.

Esse ponto de vista é que nos instiga a vislumbrar o que está por trás do chamado jornalismo ambiental, que se constitui a partir do que seria uma outra leitura/textualização da relação entre homem e natureza. E aí é que buscamos como horizonte de análise, no jornalismo, a teoria de GENRO FILHO, que o concebe como uma forma social de conhecimento cristalizada no singular. Conforme já foi dito, encontramos, na teoria da singularidade proposta por este autor, uma forma de expressar, no jornalismo, o potencial que os seres têm de, no lugar, no espaço banal, lutar contra a força opressora da globalização. Será que o jornalismo ambiental trabalha nessa perspectiva? Que sentidos atravessam o conceito de desenvolvimento sustentável quando ele é textualizado pelo sujeito-jornalista? As notícias (os discursos) sobre o assunto produzidas em diferentes formações socioespaciais carregam diferentes sentidos? O que designa e para qual domínio de memória o discurso jornalístico de meio ambiente nos remete? Nesse sentido, já mostramos, com a análise de discurso, o quão frágil é a ilusão de objetividade, e encontramos em ORLANDI (2001:176-7) uma afirmação que sintetiza nosso objetivo. Ela analisa a textualização da Carta da Terra e apresenta propostas para se tratar da relação simbólica e material entre os seres e a natureza:

(...) tenho repetido a mesma proposta: impedir que o imaginário das relações verticalizadas (de dominação social) prevaleça sobre as relações reais de contigüidade (de proximidade não hierarquizada, na diferença horizontal que

congrega sujeitos em um mesmo espaço, uma mesma região). Para novos sentidos não bastam novas palavras. Elas podem até serem as mesmas mas devem deslocar os sentidos para outros lugares de significação, fazendo emergir o irrealizado, o que ainda não significou.

Essa afirmação nos faz lembrar de Milton Santos, para quem uma comunicação imaginosa pode, ao contrário do que acontece hoje, estar a serviço não dos interesses dominantes, e sim dos homens e mulheres que, numa multiplicidade de lugares, constroem suas próprias histórias e a inscrevem na História.

Capítulo 3

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE MEIO AMBIENTE

O capítulo tem por objetivo compreender o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável a partir de pressupostos da análise de discurso e sob o ponto de vista geográfico. Na primeira parte, são expostos os motivos pelos quais se escolheu o *corpus* de análise. Em seguida, inicia-se a análise propriamente dita, buscando-se explicitar os sentidos do conceito de desenvolvimento sustentável em sua textualização jornalística e a relação desse discurso com o discurso ambiental, do qual ele faz parte.

3.1 CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS MATERIAIS DE ANÁLISE

O material selecionado para análise nesta dissertação levou em conta pressupostos e necessidades das três áreas de conhecimento pelas quais ela transita (geografia, jornalismo e análise de discurso). Optamos pela mídia impressa, que expressa mais fortemente os interesses pela afirmação de possíveis peculiaridades do chamado jornalismo ambiental. Dentre os tantos veículos possíveis, selecionamos um de circulação nacional, o *JB Ecológico*, encartado no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e um veículo de circulação em Santa Catarina, o *AN Verde*, encartado no jornal *A Notícia*, de Joinville. A escolha de um veículo nacional e outro estadual busca trazer para a análise formas de elucidar uma questão fundamental para a pesquisa: partindo do pressuposto de que as múltiplas formações socioespaciais levam o discurso do desenvolvimento sustentável a produzir diferentes efeitos de sentido, desejamos verificar se a textualização jornalística desse discurso (a notícia) também leva em conta essa diversidade de FSEs.

Em nível nacional, a escolha do *JB Ecológico* se pautou por critérios bem demarcados. Em maio de 2002⁵², o *Jornal do Brasil* era o sexto no ranking de

⁵² Os dados sobre a circulação nacional e estadual não são de domínio público e foram fornecidos pelo Instituto Verificador de Circulação, através de mensagem pessoal, com dados referentes a maio de 2002. As informações sobre o modo de produção jornalística do material escolhido para a

circulação de exemplares/dia no país, atrás da *Folha de São Paulo, Extra* (RJ), *O Globo* (RJ), *O Estado de São Paulo* e *O Dia* (RJ), que são os chamados “jornalões” da imprensa brasileira, formadores de opinião em nível nacional. Só que, em relação aos outros cinco, o JB é o único que mantém um caderno mensal específico para discutir as chamadas questões ambientais. O Estado de São Paulo também mantém uma cobertura jornalística expressiva na área, mas que se apresenta ao leitor principalmente no *site* do jornal na internet e é intitulada *Ciência e Meio Ambiente*⁵³. Outro dado importante é que o editor do JB Ecológico é considerado um dos expoentes do jornalismo ambiental brasileiro e que, em 1992, também foi o responsável pela criação de um caderno semelhante, o *Estado Ecológico*, extinto em 2002, que vinha encartado mensalmente no jornal *Estado de Minas*.

O JB Ecológico igualmente é encartado todos os meses no JB, sempre na quinta-feira da semana em que há lua cheia (estratégia de venda), em papel jornal, com cores e formato de revista, apresentando-se com belas fotos e uma diagramação (o desenho da página) diferenciada. O *Jornal do Brasil*, no qual o JB Ecológico é encartado, foi fundado em 9 de abril de 1891 e circula diariamente com cinco cadernos (o 1º Caderno, com textos agrupados nas editorias de País, Internacional e Opinião, o Caderno B, com textos ligados à Cultura, o JB Classificados, o Caderno de Cidades, que circula com Economia e Negócios, e o de Esportes). Também faz circular os suplementos, que são cadernos semanais ou mensais com temas específicos, tais como viagem e casa e decoração. É importante ressaltar que o JB é produzido no Rio de Janeiro, mas o JB Ecológico

análise também foram fornecidas pela equipe jornalística responsável (A Notícia e JB Ecológico) através de mensagem pessoal.

⁵³ É interessante destacar que o jornal mantém a Agência Estado, uma das mais importantes agências de notícias do país. Essas agências (como a Reuters e a France Press, que são internacionais) funcionam com equipes jornalísticas espalhadas por diversos países e vendem material jornalístico (textos e fotografias) para os demais jornais. As agências são fontes poderosas de construção e difusão de discursos. Os jornais utilizam essas fontes quando não mantêm ou não enviam equipes para os lugares onde fatos considerados de interesse jornalístico estão acontecendo. O poder das agências pode ser medido quando um fato, especialmente internacional, é estampado nos jornais brasileiros com textos e fotos quase que absolutamente iguais. No caso da seção de *Ciência e Meio Ambiente* da Agência Estado, as matérias sobre meio ambiente são utilizadas por jornais de todo o país. Os textos eram produzidos por Liana John e Maura Campanili que, como Hiram Firmino, do JB Ecológico, são consideradas, por seus pares, referências jornalísticas na área. No final de 2003, ambas se afastaram da agência.

tem sua sede (redação) em Belo Horizonte, sendo produzido pela HF Consultoria Ambiental & Comunicação, que cuida do projeto editorial (a linha do jornal), do projeto gráfico (com que aparência ele se apresenta ao leitor) e da diagramação, sendo que a impressão é feita no Rio de Janeiro. Isso por si só já diz muito sobre o lugar do discurso: enquanto o JB “fala” a partir do Rio de Janeiro, o JB Ecológico o faz de outra capital, com um grupo fixo de jornalistas que não têm relação direta com o Jornal do Brasil, podendo definir a pauta de cada edição e se responsabilizar por todo o processo de produção da notícia e do suplemento. São pressupostos importantes para a análise, para a qual foram selecionadas inicialmente as edições 01 (31/03/2002) a 14 (18/03/2003), fechando o período de um ano.

A escolha do suplemento AN Verde, encartado no jornal A Notícia, de Joinville, também se orientou por motivos bem caracterizados. Em maio de 2002, o jornal era o segundo em circulação de exemplares/dia em Santa Catarina, atrás do *Diário Catarinense*, de Florianópolis, e à frente do *Jornal de Santa Catarina*, de Blumenau. Como no caso do JB, porém, é o único dos três com uma proposta explícita de jornalismo sobre meio ambiente, expressa no AN Verde e em uma página semanal, às segundas-feiras, denominada MEIO AMBIENTE. O jornal foi fundado em fevereiro de 1923 e circula com o Caderno Principal (que contém matérias distribuídas nas editorias de Opinião, Política, Geral, Economia, Polícia, Mundo e Esporte), o Anexo (sobre Cultura), e o AN Classificados, além de suplementos específicos semanais, tais como o de Economia aos domingos, sendo que também circula diariamente em Joinville o suplemento AN Cidade e, em Florianópolis, o suplemento AN Capital. A sede fica em Joinville, e o jornal mantém 18 sucursais, que são escritórios em outras cidades do estado⁵⁴. A pauta de cada edição do AN Verde é definida em Joinville pela editora do caderno e enviada às sucursais para que elas também desenvolvam o tema escolhido nos municípios que o escritório abrange. Ao contrário do JB, porém, o AN Verde não é mensal. O suplemento é datado, circulando em dias como o do meio ambiente, da água ou da árvore, sendo que a programação de datas e temas é feita a cada

⁵⁴ O jornal tem repórteres nas cidades de Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Concórdia, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá, Joaçaba, Lages, Rio do Sul, São Bento, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Brasília.

início de ano pelo Conselho Editorial do suplemento. O formato do AN Verde é standard (que é nome do formato que têm jornais como A Notícia e a Folha de S. Paulo), em papel jornal e cor, geralmente com matérias distribuídas em dois cadernos. Para a análise, foram selecionadas inicialmente as edições de 17/07/1999, que foi a primeira, até a de 22/03/2003, totalizando 22 edições.

Tanto no caso do JB Ecológico quanto no do AN Verde, o procedimento inicial foi ler todas as edições, excluindo de imediato o que se enquadrasse como editorial, artigo, nota e entrevista pingue-pongue, e relacionando apenas notícias e reportagens⁵⁵. O passo seguinte, já levando em conta os pressupostos da pesquisa e a necessidade de fazer um recorte temático, foi excluir as notícias e reportagens que não se enquadrassem de forma mais direta na discussão acerca de desenvolvimento sustentável. Depois, buscar nos textos, além dessa discussão, também a relação com o espaço. *Dessa forma, vamos trabalhar mais detalhadamente com um conjunto de 13 textos do AN Verde e 14 textos do JB Ecológico, que circularam em diferentes edições, além de enunciados que servem para contrapor elementos da análise.*

Convém ressaltar quatro aspectos que, do ponto de vista jornalístico e da análise de discurso, são relevantes para se compreender os motivos pelos quais elegemos esse material de análise. Três deles se relacionam com a questão da produtividade do jornalista. Num jornal diário, o profissional tem que dar conta de duas, três pautas, sendo constantemente pressionado em função do horário de fechamento da edição. Quando prontas, as diferentes matérias são publicadas (ou não) de acordo com o critério dos editores. Uma das maiores reclamações dos jornalistas de meio ambiente é que as matérias nessa área geralmente perdem a disputa por espaço, a não ser quando há calamidades tais como derramamento de óleo, corte de árvores em unidades de conservação, deslizamentos e enchentes. Nesse ritmo de trabalho, se sobressaem alguns jornalistas que, na empresa, são escolhidos para fazer as reportagens, os

⁵⁵ Excluimos os quatro primeiros porque, conforme já foi tratado no capítulo 2, o editorial é a opinião do jornal; o artigo é um texto assinado, geralmente por pessoas que não são jornalistas, mas têm conhecimento acumulado sobre um assunto qualquer; e a nota (pequeno texto, geralmente de um parágrafo) e a entrevista pingue-pongue (bloco de pergunta seguido de bloco de resposta) não dão conta das potencialidades da narrativa jornalística, como é o caso da notícia e da reportagem, consideradas o próprio motivo de ser do jornalismo.

chamados repórteres especiais, que têm alguns dias ou algumas semanas para apresentar a matéria. Em relação ao que é produzido pelos jornalistas que cobrem o dia-a-dia, o resultado do texto, portanto, é outro, mesmo que o sujeito-jornalista considerado repórter-especial ainda funcione, como todos os demais, como um intermediário entre o jornal e o leitor, visto que a reportagem, antes de circular, passa pelos editores da seção e, em certos casos, pelo editor-geral, que coordena toda a redação.

Essa discussão se relaciona fortemente com a especialização, quando um jornalista cobre por muito tempo uma determinada área e tem seu nome associado a ela, caso comum no jornalismo de meio ambiente. Se há, aí, o fator positivo, associado a um melhor conhecimento do assunto, há também a possibilidade de o jornalista deixar de sê-lo e virar também um especialista. O resultado disso vai ser analisado neste capítulo, porque se relaciona com o que pensamos da atividade jornalística e de seu papel na sociedade, especialmente quando se trata de discutir a relação entre sociedade e natureza. Temos, assim, a questão da qualidade versus produtividade do texto, relacionada ao tempo disponível para a confecção da matéria, a disputa por espaço e a história individual do jornalista. No caso do JB Ecológico e do AN Verde, partimos do princípio de que, pelo fato de o primeiro ser mensal e o segundo circular em datas específicas, o jornalista tenha mais possibilidade de desenvolver o texto sem tanta pressão associada à finalização e circulação das edições. No caso do AN Verde, os repórteres de A Notícia não trabalham apenas para o suplemento, mas recebem a pauta cerca de um mês antes da data programada para circulação, sendo que há uma jornalista/editora em Joinville que trabalha exclusivamente para o caderno. Além disso, por serem suplementos temáticos, os dois veículos escolhidos não disputam espaço com outras matérias que circulam nos cadernos principais do jornal. Por fim, no geral, os textos analisados não são de autoria de um único jornalista, o que permite que analisemos discursivamente os suplementos, e não o percurso discursivo de apenas um profissional⁵⁶.

⁵⁶ A REVISTA IMPRENSA (n. 172, junho/2002, p. 32), que tem como público-alvo pessoas ligadas à atividade jornalística e publicitária, publicou matéria sobre a Rio+10 no qual também lista as principais publicações voltadas para a área de meio ambiente no Brasil: a Folha do Meio Ambiente (em Brasília, periodicidade mensal, fundada em 1989), o Jornal do Meio Ambiente (Rio de Janeiro, mensal, fundado em 1996), a Eco-21 (também no Rio, revista mensal fundada em 1990), a Meio Ambiente Industrial (revista fundada em 1996 para abordar a questão do impacto ambiental) e o

Um quarto aspecto que consideramos importante para explicar nossa escolha e situar as condições de produção do discurso dos dois suplementos é o que eles significam do ponto de vista comercial. O JB, apesar de ainda manter a credibilidade conquistada ao longo de mais de 100 anos de circulação, atravessa, como outros veículos de comunicação, uma forte crise financeira. É a partir dessa realidade que o JB Ecológico deve ser interpretado. Desde o seu primeiro número até a edição 14, a última que analisamos, foram publicadas 89 cartas de elogios à iniciativa, vindas de representantes de órgãos e instituições públicas, de ONGs, universidades e de leitores em geral. Em 2002, o projeto editorial iniciado no jornal Estado de Minas e transformado no JB Ecológico ganhou o *Prêmio Ford Motor Company de Conservação Ambiental*, em parceria com a *Conservation International*, uma poderosa ONG ambiental. Quando completou 12 meses (*JB Ecológico*, n. 14, 18/03/2003, p.45-6), o suplemento reapresentou-se assim aos leitores:

JB Ecológico comemora seu primeiro ano de circulação ininterrupta como a única revista especializada em Meio Ambiente, Ecologia Social e Desenvolvimento Sustentável hoje na grande mídia impressa brasileira...

(...) uma linguagem inovadora junto aos seus leitores e anunciantes: a tática de atrair pelo belo, informar pelo natural e educar pelo erro (...)

(...) Obrigado aos leitores exigentes e formadores de opinião do JORNAL DO BRASIL.

Obrigado aos mídias e anunciantes, que valorizam e apóiam a mídia ambiental brasileira, por entenderem a importância de se formar um novo cidadão e consumidor mais ecológico (...) em particular, às empresas limpas (...)

BERGER (1998:66) percebe que há uma tendência de alguns jornais de falarem (e bem) de si, publicizando suas conquistas junto aos leitores. O jornal A Notícia adota a mesma postura, só que de uma forma ainda mais incisiva que o JB Ecológico. O suplemento AN Verde não surgiu por acaso. Quando iniciou, em 1999, ele fez parte de um processo para a implantação da Política de Gestão Ambiental na empresa joinvilense. Era e continua sendo produzido em papel

JB Ecológico. As três primeiras são muito conhecidas, mas não as incluímos na análise justamente porque o público-alvo a que se destinam é formado por pessoas que já possuem conhecimento na área, especialmente aquelas ligadas ao movimento ambientalista, e o conteúdo é marcado por artigos assinados, feitos por especialistas, e não tanto por notícias e reportagens. O diferencial do material que escolhemos é justamente circular encartado em jornais, para um público com interesses difusos.

reciclado e, segundo informa a empresa no suplemento, com tinta atóxica. Em 9 de maio de 2002, A Notícia foi o primeiro veículo da mídia impressa nacional a receber a ISO 14001, norma internacional que certifica o compromisso com as questões ambientais, numa iniciativa que lhe rendeu uma série de prêmios e a condição de figurar, como informa o jornal (AN Verde, 05/06/2003, p.2), “na lista do seletor grupo de empresas” que possuem a certificação. Em 5 de junho de 2002, dedicou ao fato um encarte de 16 páginas, denominado AN VERDE ESPECIAL e intitulado “A Notícia já tem a ISO 14001 – Faça você também a sua parte”, listando todas as suas ações para obter a certificação (p.4):

*Entre as ações desenvolvidas pela empresa em defesa do meio ambiente estão a redução no consumo de papel-jornal – alcançada graças à utilização de papel reciclado para a impressão de suplementos como o **AN Verde**, **AN Segunda** e **AN Escola**. Com cada edição ecologicamente correta do **AN Segunda**, o jornal evita a derrubada de 10,6 hectares/mês de floresta. Além disso, **A Notícia** vem utilizando tinta ecológica, à base de óleo de soja; (...) Com grifos no original.*

Esse discurso aponta para uma forma de ser e agir da empresa jornalística A Notícia no mundo empresarial, visto que ela passa a ser reconhecida por sua “responsabilidade social”. A certificação é um diferencial em relação às outras empresas, conferindo credibilidade e avaliando as ações adotadas para obter a ISO 14001. Em todas as edições do suplemento AN Verde é publicado um quadro com a Política Ambiental da empresa, composta por seis itens, dentre os quais os seguintes:

A Notícia S.A. Empresa Jornalística considera a proteção ao meio ambiente um compromisso administrativo e uma questão de responsabilidade social, baseada nos seguintes princípios:

(...)

Estabelecer maior interação com a sociedade, visando à ampliação da consciência ecológica.

(...)

Contribuir para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Entendemos que o caso de A Notícia expressa uma realidade rica e complexa para a análise do discurso ambiental. De um lado temos o *jornal joinvilense* que, como produto, se liga à larga tradição histórica desse tipo de

veículo de comunicação, que fala aos seus leitores de um lugar social determinado, a partir de uma memória discursiva atravessada pela convicção da objetividade e credibilidade. De outro, temos a *empresa jornalística joinvilense*, que, com a certificação ambiental, se inscreve numa outra formação discursiva, de cunho fortemente empresarial, que vê o AN Verde como parte de uma política corporativa de “responsabilidade social”. É interessante notar que o jornal relaciona como “ganhos ambientais” mudanças relacionadas, entre outras, ao processo de impressão do jornal e ao tratamento de resíduos, como se verifica nos seguintes parágrafos de um texto intitulado “AN usa papel sem cloro e tinta ecológica” (*AN Verde Especial*, 05/06/2002:11):

O papel celulose do tipo EFC (Elemental Chlorine Free, ou livre de cloro elementar) indica que não se utilizou cloro elementar no branqueamento da celulose...

Os principais compostos utilizados no branqueamento são dióxido de cloro, peróxido de hidrogênio e ozônio, todos nocivos ao meio ambiente...

*A tinta ecológica – desenvolvida à base de óleos e resinas vegetais – é totalmente reciclável, segundo normas européias. A tinta integra a linha Reflecta Eco 8500, distribuída no País através de uma parceria entre a Supercor S.A., do Brasil e o Grupo Huber, da Alemanha. Ela é menos agressiva ao meio ambiente e, junto com a adoção de papel reciclado pós-consumo em alguns de seus suplementos, formam importantes avanços tecnológicos de **A Notícia** que ajudaram a diminuir os passivos ambientais da empresa. Com grifo no original.*

Lembramos da discussão já feita sobre o entendimento do meio atual como um meio técnico-científico-informacional para observar que a nova postura de preocupação com o meio ambiente/responsabilidade social surge nesse contexto de mudanças desencadeadas por avanços tecnológicos. Assim, nessa movimentação de sentidos entre jornal-empresa capitalista, fortemente marcada pelo discurso ambiental, vemos no AN Verde, assim como no JB Ecológico, um expressivo material de pesquisa para a compreensão dos efeitos de sentido produzidos, e que serão alvo de análise ao longo do capítulo.

3.2 O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO JB ECOLÓGICO

Uma característica evidente da montagem de textos extraídos do JB Ecológico, pelo qual iniciamos a análise, é a imensa rede parafrástica que vai se

formando para nomear conceitos e práticas associadas ao desenvolvimento sustentável. Elas estão relacionadas na Tabela 1 e, conforme veremos, o processo de nomear faz com que o texto se filie a uma, e não a outra, formação discursiva, ou até a mais de uma em um mesmo enunciado. Há casos em que uma mesma palavra produz diferentes sentidos, ou que palavras diferentes acabem por nomear a mesma coisa. Esses deslizes (paráfrases) é que permitem que se compreenda como o texto carrega, em si, os traços da história e da ideologia.

Tabela 1: Relação de paráfrases encontradas no JB Ecológico

JB ECOLÓGICO
conscientização ecológica
consumo ecologicamente sustentável
cultura ambientalmente sustentável
eco-cidadão
ecoeficiência
ecologia social
indústria verde
melhoria ambiental
mineração sustentável
negócio ecoempresarial
nova visão de desenvolvimento
paraíso ecológico
pólo industrial ecológico
projeto ambientalmente sustentável
projeto de ocupação eointeligente
responsabilidade ambiental
santuário ecológico
sem danificar o meio ambiente
símbolo ecológico
transformação sustentável
turistas mais ecológicos (ambientalmente corretos e economicamente sustentáveis)
uso sustentado

Vejamos como esse processo de nomear funciona em dois enunciados:

1- Segunda empresa de mineração do Brasil e a quinta do planeta, a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) está a apenas seis meses de concluir o maior, mais

caro e ecológico “descomissionamento” (...) no Brasil (JB Ecológico, 27/07/2002, p.17).

O “descomissionamento” é o nome técnico para o fechamento da mina de Águas Claras, na Serra do Curral Del Rey, em Belo Horizonte, que foi eleita

2- “(...) como o símbolo ecológico mais representativo e querido da capital dos mineiros” (JB Ecológico, 27/07/2002, p.17).

No enunciado 1, o adjetivo “ecológico” funciona ao lado de outros dois, “maior” e “caro”, para nomear o descomissionamento, o que demonstraria, ao fechar a mina, uma preocupação adicional da empresa. No enunciado 2, “ecológico” já não serve como adjetivo para uma prática, e sim para um símbolo, a Serra, e o que ela representa para a população. Passa, assim, de uma formação discursiva empresarial para outra, onde a ecologia, em vez de prática de mercado, é atributo da natureza. Esse deslizamento de uma formação discursiva para outra liga-se ao que a empresa representou no passado e hoje:

3- Implantada no final dos anos sessenta, bem antes da emblemática Conferência de Estocolmo, quando pela primeira vez a humanidade falou em meio ambiente e desenvolvimento sustentável, a Mina de Águas Claras já produziu 260 milhões de toneladas de minério de ferro, muita revolta e discussão com as comunidades ao seu redor.

Ex-freqüentadora assídua das “listas sujas” dos ambientalistas mineiros e hoje uma das primeiras empresas de mineração certificada pelo ISO 14001 no país, pela qualidade ambiental de suas atividades, a MBR deu a volta por cima. Virou um exemplo hoje de mineração sustentável e responsabilidade social. Para isso, teve que se modificar e desfazer, em parceria com as próprias ONGs ambientalistas que a combatiam no passado, uma série de previsões e mitos catastróficos (JB Ecológico, 27/07/2002, p.17-18).

O enunciado situa historicamente o início das atividades da empresa, em que o “bem antes” de Estocolmo a isenta de justificar as conseqüências de suas práticas, que foram criticadas pela população e pelos ambientalistas. Mas ela dá “a volta por cima” ao se permitir regular pelas normas internacionais, saindo da “lista suja” para a sustentabilidade, tendo as ONGs como parceiras. Mas e a comunidade? O motivo para o fechamento da mina não é desenvolvido ao longo das três páginas de texto, aparecendo apenas no seguinte enunciado:

4- *A empresa apresenta outros ganhos – e não perdas – no balanço ecológico de sua mina **exaurida** (JB Ecológico, 27/07/2002, p.19) – grifo nosso.*

Diante da impossibilidade de continuar a explorar o minério, o que a empresa faz é promover outros usos para a área onde está localizada a mina. Buscamos SANTOS (2001:84) para lembrar que, hoje, as empresas hegemônicas selecionam as partes do território que lhe interessem e as dotam de infraestrutura necessária, instaurando assim os espaços de pressa, de fluidez, de velocidade, levando os demais atores sociais a acompanhar o mesmo ritmo. Existem, porém, espaços propícios à lentidão, como é o caso, em nossa avaliação, das áreas “naturais”, as unidades de conservação, onde os cidadãos procuram retomar um contato perdido com a natureza. Mas observamos como esses espaços de lentidão também estão carregados de intencionalidades, em que as motivações simbólicas são concretizadas e apropriadas pelo poder econômico. Pode-se dizer que as áreas “naturais”, os “símbolos ecológicos”, estão em pousio, esperando a sua vez para também se transformarem em espaços de velocidade, mas só na medida certa, necessária para o lucro. Esse processo fica evidente nos enunciados seguintes, em que a empresa apresenta seus projetos para a área industrial em desuso da mina:

5- Mais que fazer “obturações” permanentes e ambientalmente corretas em todas as áreas que degradou ao longo de suas atividades, a MBR acaba de encaminhar uma proposta inédita à aprovação do governo mineiro, além de seus novos acionistas (50% Mitsui, 50% Vale do Rio Doce): transformar a antiga cratera e a área industrial em desuso hoje em um negócio ecoempresarial, mais potencialmente lucrativo ainda que ter extraído e vendido minério esse tempo todo.

“Queremos desmentir o ditado de que minério só dá uma safra”, adianta o engenheiro e diretor de operações da MBR (...) (JB Ecológico, 27/07/2002, p.18).

6- Um lago imenso e limpo em pleno alto da serra, a 1.100 metros de altitude, com vista para um mar de montanhas. Só o prazo mínimo dado pela Mãe Natureza para o lago – que terá 220 metros de profundidade – se encher completamente e virar fonte de lazer, atração e enriquecimento imobiliário é de 12 anos – isso mesmo (JB Ecológico, 27/07/2002, p.18).

Aqui, os interlocutores da empresa são o governo e os “novos” acionistas, e a vertente “ambientalmente correta” do desenvolvimento sustentável é atravessada pelo discurso empresarial, o econegócio, que, a partir de diferentes

usos do território, permite diversas “safras” de lucro. Já no enunciado 7, as grandes ambições da empresa são contrabalanceadas com o uso do “desde que”. A palavra ecologia funciona, então, de forma a mostrar que não se trata de um econegócio qualquer, mas de um que respeite a ecologia, que retoma o seu sentido original, o da ciência, ao se referir ao ensino e pesquisa:

7- (...) condomínios fechados, com alto padrão residencial, ou equipamentos urbanos, como conglomerados de empresas de serviços ou indústrias de alta tecnologia, não poluentes. Seja transformar a área em locais permanentes de feiras industriais ou de produtos, na mesma dimensão, guardadas as devidas proporções, de Hannover, na Alemanha, ou coligadas com centro de convenções, ensino ou pesquisa, desde que voltadas para a ecologia (JB Ecológico, 27/07/2002, p.18).

8 - São, enfim, projetos urbanísticos de Primeiro Mundo que a empresa irá discutir previamente com as autoridades e as comunidades ao seu redor, o que significa com a sociedade de Belo Horizonte, já que a Mina de Águas Claras é a maior área de mineração próxima a um centro urbano densamente povoado no país. “Ambiente de montanha, muito verde e um grande lago. A combinação é perfeita, próspera e ecológica para quem utilizou uma área por 30 anos e agora quer mudar a sua utilização”, defende... (JB Ecológico, 27/07/2002, p.18).

No enunciado 8, a proposta da empresa é levada para um interdiscurso específico, o do Primeiro Mundo, com tudo o que ele representa para as populações do outro mundo, o Terceiro: modernidade, consumo, desenvolvimento... Mas dado que a empresa já definiu os novos usos, ou ao menos as diretrizes deles, e não está colocada a possibilidade de que a mina seja simplesmente fechada e a vegetação, recomposta, é de se indagar o que resta para discutir com “as autoridades e as comunidades ao seu redor”. De qualquer forma, elas não são trazidas para o texto, com a exceção de uma ONG, agora parceira da empresa.

Esse exemplo é representativo de um processo discursivo bastante presente no JB Ecológico e que também caracteriza a sua relação com o espaço. Nos textos que analisamos, nesse processo de ir atualizando a memória da chamada questão ambiental, **o suplemento privilegia determinados sujeitos sociais, silenciando vozes que poderiam interpretar em outro sentido os conflitos que se estabelecem.** E é bastante presente, ao contrário do que se poderia esperar com base na proposta da revista, a **dicotomia sociedade versus natureza, em que o homem não deveria estar onde está e, estando, não sabe**

como se comportar. Quando essa dicotomia se estabelece, os sentidos do desenvolvimento sustentável se filiam à formação discursiva da educação ambiental, em que a questão é ter ou não “consciência/conscientização ecológica”. Os enunciados 9, 10, 11 e 12, que compõe uma série de quatro reportagens, em quatro diferentes edições, sobre a Baía da Guanabara, são ilustrativos:

9- Veio o início do século XIX. Veio a família real portuguesa com uma corte composta de 15 mil pessoas. O Rio de Janeiro passou a ter 60 mil pessoas fazendo cocô e xixi diuturnamente, quando não estavam destruindo, cortando, aterrando e sujando a natureza que Deus lhe deu. Em menos de duas décadas, já em 1822, ano da independência política do Brasil, a cidade maravilhosa já contava com 100 mil habitantes nada ecologicamente maravilhosos (JB Ecológico, 31/03/2002, p.31).

10- Essa situação se estendeu pelo século XX, com o aterro de Gramacho, localizado exatamente onde pulsava a vida, e a população ignorante achava que eram apenas brejos feios e perigosos os manguezais da orla de Duque de Caxias (JB Ecológico, 28/04/2002, p.24).

11- Com a maioria da população brasileira e internacional, escandalizada com o trágico acidente, os quase 15 milhões de cariocas e fluminenses dos 15 municípios que integram a baía também passaram a ter uma outra contra-informação. Eles também mandam, todos os dias, 465 toneladas de fezes misturadas com urina, detergentes e outros tipos de resíduos domésticos, dos quais apenas 68 toneladas recebem algum tipo de tratamento, para o fundo daquela maravilha de cenário que a natureza lhes deu (JB Ecológico, 26/05/2002, p.21).

12- (...) os técnicos chamam de “lixo flutuante e social” – flutuante porque vem, à tona d’água, de todos os rios que desembocam e formam a bacia hidrográfica da Guanabara; e social, porque é jogado, sem tratamento ou disposição correta, pelas populações preferencialmente pobres e não educadas ou assistidas ambientalmente dos 13 municípios fluminenses (...) (JB Ecológico, 29/06/2002, p.16).

A preocupação de situar historicamente o processo de poluição da Baía da Guanabara está expressa nos enunciados 9 e 10, mas ambos levam para o início dos séculos 19 e 20 a possibilidade de uma relação “ecológica” com a natureza, com os manguezais, que se construiu num outro período histórico, marcado por outra relação com o espaço geográfico. Os sujeitos sociais, nomeados como “pessoas”, “habitantes”, “população”, “cariocas”, “fluminenses”, são interpelados na condição de “nada ecologicamente maravilhosos”, “ignorante”, “pobres”, “não educadas ou assistidas ambientalmente”. Essa interpretação da realidade social

se faz à luz de um outro sentido que a atravessa, o do Rio como cidade turística, numa leitura possível do enunciado 9, em que a “cidade maravilhosa” remete à canção que simboliza o Rio de Janeiro, uma “maravilha de cenário”, disponível para o mercado (enunciado 11). Nesses enunciados, percebemos a materialização de uma crítica de ORLANDI (2001:174), para quem determinados mecanismos discursivos nos discursos ecológicos “... deslocam para o comportamento humano o que é fato de um processo e parte da história”. É o que acontece no enunciado 9, com a seqüência dos verbos destruir, cortar, aterrar e sujar, típicos do discurso da (falta de) educação ambiental.

A crítica à degradação, porém, adquire outro sentido quando se analisa o enunciado seguinte, em que a natureza, agora interpelada na condição de “recurso natural”, foi a base material para a construção de uma metrópole exaltada pela sua magnitude em vários aspectos, inclusive o econômico:

13- A sua Bacia formada por 55 rios e córregos, continua sendo agredida e seus recursos naturais, ainda maravilhosos, degradados tal acontecia durante a colonização. Mas, nem por isso, a Guanabara perdeu a sua magnitude histórica, ambiental, política e econômica. Os 15 municípios que formam essa região abrigam quase 11 milhões de brasileiros. É a segunda metrópole do Brasil e a quarta da América Latina (JB Ecológico, 28/04/2002, p.25).

Quando se buscam soluções para os problemas da Baía, os sujeitos sociais envolvidos são alçados do discurso generalizado da degradação e interpelados na condição de cidadãos, ambientalistas (enunciado 14): (...) *1500 cidadãos, ambientalistas, professores, alunos e monitores do projeto de educação ambiental da UERJ (...)* (JB Ecológico, 29/06/2002, p.16). Isso não passa despercebido num país em que a cidadania, desvinculada de seu processo de construção histórica, vem sendo usada, observa ORLANDI (2001:167), quando se quer mobilizar o interesse da população ou no “toma-lá dá-cá” do jogo de grupos políticos. Já quando o sujeito-jornalista faz falarem os “cidadãos”, eles têm nome e qualificação e, como no enunciado 16, tiram as comunidades do lugar do discurso onde elas estacionaram, num duplo movimento de reconhecimento de sua cidadania e da capacidade que têm de resolver os problemas provocados pela degradação:

15- (...) A professora ..., coordenadora geral do projeto de educação ambiental (...) pegou o microfone (...)

- Não vamos nos esquecer e pensar que só existem problemas. Nós somos agentes importantes, tanto na degradação como na salvação ambiental dessa maravilha. Depende de cada um de nós (...) (JB Ecológico, 29/06/2002, p.17).

16- O professor e guia da UERJ, (...), completou:

- O erro das administrações anteriores e de todo e qualquer megaprojeto ambiental no Brasil é desconsiderar a participação cidadã e fiscalizadora da sociedade organizada oriunda das próprias comunidades atingidas pela degradação, justamente as que mais conhecem e sofrem os problemas, e sabem como resolvê-los (...) (JB Ecológico, 29/06/2002, p.17).

O silenciamento de vozes que poderiam apontar para outros/novos sentidos e diferentes relações com a natureza é ainda mais perceptível quando o sujeito-jornalista fala sobre um determinado lugar a partir de um outro espaço geográfico, como é o caso de uma matéria de seis páginas sobre a construção de uma usina hidrelétrica no meio do Parque Nacional do Xingu. O contexto de enunciação (o lugar de onde o jornalista fala) é o auditório de um grande jornal de São Paulo, onde formadores de opinião e investidores se reuniram para homenagear o sertanista Orlando Villas Boas e ouvir o presidente da Eletronorte:

17- Que projeto é esse? Um projeto que, a própria empresa não esconde, era clássico. Ou seja, ambientalmente incorreto quando foi originariamente proposto (...)

E depois de ouvir e considerar o protesto de várias ONGs ambientalistas, em debates seguidos com as comunidades nativas e indígenas da região do Xingu, subindo e descendo o rio que fez o Brasil descobrir a si mesmo, aí, sim, garante (o presidente da Eletronorte) virou um projeto ambientalmente sustentável (JB Ecológico, 28/04/2002, p.43).

A matéria informa que, segundo a Procuradoria da República do Pará, a empresa não poderia iniciar os estudos sem antes consultar o Congresso Nacional ou o Ibama, pelo fato de a obra atingir área indígena, e que essa não é a única restrição ao projeto:

18- Um movimento liderado por organizações não governamentais do mundo inteiro e instituições ligadas aos partidos de esquerda do país fazem todo tipo de movimentação em Altamira para tentar induzir a opinião pública local a ser contra o empreendimento.

O Movimento para o Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX) congrega todas essas instituições e organizações e vem realizando atos de protesto contra a Belo Monte (...).

“Queremos o Xingu vivo” é o slogan do movimento, que conta, sobretudo, com o apoio da Igreja Católica por meio da Prelazia do Xingu e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) local (JB Ecológico, 28/04/2002, p.45).

Se ONGs não citadas no enunciado 17 foram as interlocutoras da empresa para que o projeto passasse da condição de ambientalmente incorreto para sustentável, é de se pensar porque essas outras ONGs citadas no enunciado 18 não o foram, ficando agora desacreditadas ao ter que “tentar induzir”, e não debater, para se fazer ouvir. O poético “subindo e descendo o rio” para ouvir as comunidades, expresso no enunciado 17, se transforma em “todo tipo de movimentação” no enunciado 18.

Para além das posições contrárias e favoráveis ao empreendimento, o sujeito-jornalista se posiciona sobre os possíveis ganhos para as populações ribeirinhas urbanas do Pará:

19-(...) serão adotadas e transferidas em definitivo e com dignidade pela Eletronorte, para outras áreas, objetos de desenvolvimento sustentável do projeto Belo Monte (JB Ecológico, 28/04/2002, p.45).

20- Elas se juntarão a um contingente de outras 28 mil pessoas, a metade solteiras, que serão recrutadas para trabalhar na implantação do projeto, em uma vila residencial com 3.100 casas, com escola, água e esgoto tratado, à semelhança do que a Cia. Vale do Rio Doce fez com requintes de primeiro mundo em Carajás (JB Ecológico, 28/04/2002, p.45).

21- Ele (o projeto) inclui a ecologia social também da região em seu canteiro de obras e planilha de custos (JB Ecológico, 28/04/2002, p.46).

Nos enunciados, o desenvolvimento sustentável desliza para uma relação com a ecologia social, em que o seu aspecto socialmente justo é mobilizado para que as populações ribeirinhas, cujas vozes representativas desconhecemos, sejam “adotadas” e, posteriormente, “recrutadas” para o trabalho, e para uma área digna de “primeiro mundo”. Quando o diretor da empresa é trazido para o discurso, porém, os efeitos de sentido são outros:

22- *“O que existe é uma nova e sustentável consciência de desenvolvimento, a consciência ecológica, que não permite mais nem ao governo, muito menos aos empresários gastarem só naquilo que lhes interessa. O meio ambiente todo, principalmente o social, que inclusive amanhã terá de ter condições econômicas para consumir os nossos produtos e serviços, tem de ser contemplado. É essa a novidade de Belo Monte” – defendeu (JB Ecológico, 28/04/2002, p.46).*

23- *E se emocionou, lembrando que, ao contrário do passado, o que sobrou hoje preservado da degradação generalizada na Amazônia está justamente no domínio da União e das grandes empresas do setor elétrico e minerário. Justamente as “sérias” – frisou – que cumprem a legislação ambiental e têm de prestar contas aos seus acionistas, à opinião pública e ao mercado internacional igualmente exigentes quanto à questão ecológica (...) (JB Ecológico, 28/04/2002, p.46).*

Na fala do diretor, os sentidos de meio ambiente “social” deslizam para nomear a população ribeirinha, interpelada como possível consumidora de produtos e serviços e que, no futuro, poderá se somar à parcela que já consome. No enunciado 23, a filiação a essa formação discursiva atravessada pelos interesses de mercado se reafirma, deixando totalmente de lado o discurso da responsabilidade social. O discurso se remete, então, para a formação discursiva globalizada da ecologia, a “questão ecológica”, em que a regulação se dá por força da lei, das ações, do mercado e da opinião pública (consumidora de produtos), tratados como estando num mesmo nível no que se refere ao grau de exigências quanto à dita questão. E a preservação (o que sobrou da “degradação generalizada na Amazônia”) igualmente só é possível se for regulada pela União ou pelas empresas “sérias”, apagando completamente as contribuições e práticas históricas dos atores locais.

Quando essas contribuições aparecem, não é incomum que sejam interpretadas a partir de um discurso que não é necessariamente local. É o caso do enunciado 24, extraído de um texto sobre o sucesso do couro vegetal, produzido a partir do látex amazônico, em uma feira de moda em Milão. A produção envolve uma grife carioca, um instituto e três associações de seringueiros, agricultores e artesãos:

24- *Ao invés de destruir a floresta, 220 famílias que aderiram ao projeto já protegem uma área de 60 mil hectares hoje no Alto Juruá, cujo material que produzem com a extração e produção do couro vegetal recebe um aprimoramento tecnológico para se tornar fashion antes de ser comercializado (JB Ecológico, 28/04/2002, p.56).*

Um aspecto notável é o adjetivo “fashion”, que designa a característica do produto quando ele recebe um tratamento mediado pela técnica antes de agradar o consumidor. As famílias passam de sujeitos que destróem para sujeitos que preservam a floresta. As empresárias da grife, que aparecem em uma das fotos que ilustram a matéria, porém, é que têm “reconhecimento internacional”, como informa a legenda na página.

Observamos que a excessiva universalização do discurso, provocada pela adesão à formação discursiva global sobre a ecologia, estruturada sobre clichês e estereótipos, ajuda a explicar o motivo pelo qual, em alguns casos, os efeitos de sentido produzidos são contrários à proposta do suplemento, como acontece em um texto sobre o lançamento do Programa Nacional de Reflorestamento:

25- E irá beneficiar, inicialmente, 513 municípios em 16 estados brasileiros, onde existem agriculturas familiares e pequenas propriedades rurais. Exatamente aquelas que, por tradição, sempre estiveram à margem da questão ambiental, destruindo a natureza (e se acabando junto) por falta de consciência ecológica e apoio técnico-financeiro (JB Ecológico, 24/08/2002, p.36).

A matéria informa que os “primeiros agricultores-alvo” estão localizados sobre a Mata Atlântica,

26- (...) onde ocorre a maior diversidade biológica do planeta, significando a maior extensão de terras sobre pressão nada ecológica hoje no país (JB Ecológico, 24/08/2002, p.36).

27- (...) existem 4 milhões de estabelecimentos familiares [no Brasil], que representam mais de 85% do total do país. Eles ocupam apenas 30% da área utilizada pela agricultura nacional e respondem por 38% do valor bruto da produção agrícola do Brasil (JB Ecológico, 24/08/2002, p.37).

No enunciado 25, as agriculturas familiares e as propriedades rurais são culpabilizadas a partir de um funcionamento discursivo que remete a “questão ambiental” ao seu aspecto puramente natural, e não social. As razões para o fato de elas estarem “à margem” da questão, porém, carregam a memória das relações sociais. Primeiro, uma suposta tradição, aqui funcionando no sentido de um processo histórico/social de desmatamento por parte desses agricultores. Depois, uma falta de consciência, que remete ao discurso da educação ambiental.

Por fim, a falta de apoio técnico-financeiro, o que evidencia que ter ou não consciência ambiental é discussão menor se a falta não é de educação, e sim de meios materiais para fazer diferente. O enunciado 27, que está em um box (texto curto destacado na página), informa, por sua vez, que 30% da área usada para agricultura no país está em estabelecimentos familiares, em que o “apenas” enfatiza a relação, silenciada na matéria, com os outros 70%, mais do que o dobro. Que relação teriam esses outros agricultores com a terra e com as pequenas propriedades rurais? A matéria não informa, mas o enunciado 26 pode revelar uma resposta possível. Nele, o sentido do discurso sobre a Mata Atlântica desliza de uma relação com a floresta (“maior diversidade biológica do planeta”) para uma relação com a terra (“maior extensão de terras sobre pressão nada ecológica”). Mas fica silenciado o conflito social pela posse mesma dessa terra (e não necessariamente pela posse da floresta), em que o papel histórico do latifúndio não é questionado, sendo a culpa pela destruição da natureza creditada à pequena propriedade rural.

A relação conflituosa entre os discursos globais, marcados por interesses econômicos, e as necessidades locais, é ilustrada numa matéria sobre a parceria entre o governo de Minas Gerais e a Companhia Vale do Rio Doce tendo como alvo uma unidade de conservação estadual:

28- Considerada a maior área contínua de floresta tropical em Minas, com 36 mil hectares de vegetação atlântica (...) em pleno Vale do Aço, no coração siderúrgico e devastado do Brasil, o Parque Estadual do Rio Doce ganhou um estratégico e empresarial sopro de vida neste início de ano (JB Ecológico, 16/02/2003, p.14).

29- (...) prevê o estudo e financiamento de alternativas de gestão moderna e auto-sustentável, tal como a empresa conseguiu implantar, pioneiramente, na Reserva de Linhares, no Estado do Espírito Santo (JB Ecológico, 16/02/2003, p.14).

Se aparentemente deveriam funcionar como discursos de preservação, os enunciados 28 e 29 são atravessados por sentidos marcantes de uma formação discursiva ecoempresarial, preocupada com a gestão moderna e estratégica, em que o sujeito que devasta o “coração siderúrgico” também é o que lhe dá um “sopro de vida”. Quando o diretor de meio ambiente da companhia é trazido para o discurso, isso é mais visível, e também revela como diferentes formações

socioespaciais podem estar à mercê da mesma receita-padrão construída pelo pensamento e prática empresariais:

30- *“Linhares é hoje talvez a primeira unidade de conservação no Brasil gerida dentro de um modelo empresarial. Isso permitiu que atingíssemos, já no primeiro ano de operação, a sua desejada auto-sustentação econômica” (JB Ecológico, 16/02/2003, p.15).*

Linhares é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), uma categoria de manejo de unidade de conservação privada, e não pública. É importante notar que, segundo a matéria, o governo mineiro resolveu adotar o mesmo modelo de Linhares, reserva particular, num parque estadual que é público, assumindo as mesmas motivações empresariais. Observa-se mais uma vez que o discurso da “natureza intocada” está carregado de intencionalidades.

Esse discurso se reafirma em outro texto, que trata da “venda” de cinco milhões de toneladas de dióxido de carbono de uma siderúrgica mineira para uma empresa holandesa e outra japonesa. O negócio, de 15 milhões de euros, foi viabilizado através do mercado mundial de créditos de carbono, estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, documento que trata das formas de redução nas emissões de gases como o dióxido de carbono. No enunciado 31, fala o diretor da empresa; no 32, o sujeito-jornalista volta a ser o autor do texto, trazendo novamente o discurso do diretor no enunciado 33:

31- *“Todo o dinheiro será aplicado na plantação de florestas de eucalipto, na melhoria da tecnologia de produção de carvão vegetal e na otimização na utilização dos altos-fornos da usina Barreiro, em Belo Horizonte. O projeto que estamos propondo vai contribuir para melhorar as condições ambientais do planeta”, assegurou o presidente (...) (JB Ecológico, 16/02/2003, p.12).*

32- *Na prática, a operação possibilita que países desenvolvidos mantenham os atuais níveis de emissão de gás, de grande potencial poluente, e retirem dos subdesenvolvidos condições de atenderem as metas de redução (JB Ecológico, 16/02/2003, p.13).*

33- *“É uma grande oportunidade para países do hemisfério sul como o Brasil, que podem compensar despesas em manter florestas com as emissões pesadas do Norte” (JB Ecológico, 16/02/2003, p.13).*

No primeiro enunciado, o discurso da empresa se legitima quando o diretor diz que a iniciativa vai ter um alcance ambiental planetário. É ilustrada, aqui, a

crítica da geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza⁵⁷, para quem conceitos como os de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida colocam como sujeito central de discussão o planeta Terra, considerado a partir da ótica geofísica, e não o Mundo, onde contam as relações sociais ao longo do processo histórico. No enunciado 32 é que essas relações são colocadas, no Conflito Norte/Sul, desenvolvidos/subdesenvolvidos; no 33 é que elas ficam explícitas, especialmente no que se refere ao discurso ambiental: o que é um interesse da empresa se transforma em interesse do Brasil, que pode/deve manter suas florestas em pé enquanto o Norte continua o seu ritmo de desenvolvimento e consumo, mantendo, portanto, tudo como está.

Quando o discurso se estrutura sobre uma formação discursiva ecológica globalizada, estereotipada, a ausência do discurso dos atores/sujeitos locais torna-se ainda mais gritante. A relação deles com o espaço geográfico, os sentidos produzidos por essa relação, desaparecem. A rede de paráfrases que se forma ao redor desses sujeitos sociais, de sua inserção no espaço geográfico, de sua existência, só reforça, no discurso, a condição de excluídos de um mundo onde as suas práticas são consideradas “inadequadas”, “ambientalmente incorretas”. Vejamos como isso funciona nos enunciados seguintes, extraídos de um texto sobre a construção da rodovia Ecovias dos Imigrantes, que atravessa o Parque Estadual da Serra do Mar para ligar o litoral ao planalto paulista. A única fonte de informação ao longo das oito páginas da matéria é o diretor da empresa responsável pela obra, também apontado como membro-conselheiro da ONG SOS Mata Atlântica. Ele informa que a obra custou 300 milhões de dólares, metade desse valor investidos pela empresa, que obteve a concessão por 20 anos, e metade financiados por órgãos internacionais. Terá sido paga no nono ano a partir da inauguração, gerando, portanto, lucros de pedágio por 11 anos. No enunciado 34, o diretor é trazido para o texto pelo sujeito-jornalista:

34- *“Estão vendo esta maravilha! Pois isto tudo era para ter virado uma nova Serra Pelada, tamanha a degradação que uma obra rodoviária deste porte tradicionalmente causa, e não virou. Olhem só o estado da arte dos pilares dos viadutos sobre a mata! Ao invés de construídos, não parecem que eles foram semeados na paisagem?”* (JB Ecológico, 18/03/2003, p.19).

⁵⁷ NOROEFÉ, 2003, cfe. referências das fontes citadas.

Já é notável, nesse enunciado, a comparação que é estabelecida para ressaltar o que a ponte significa no espaço geográfico que ela atravessa. A expressão “estado da arte” sintetiza todo um complexo conjunto de soluções técnicas e científicas que possibilitaram a implantação dessa “prótese”, para citar expressão de SANTOS & SILVEIRA (2002:29), na mata. E já a mata se transforma, então, em paisagem, onde os homens e as máquinas, tal qual agricultores, “semeiam” seus pilares e viadutos. O sujeito-jornalista conhece o trajeto da rodovia e então produz os seus próprios gestos de interpretação:

*35- A viagem só deixa de ser ecológica quando atravessamos o último viaduto descendente da Imigrantes, no município de Cubatão, quase divisa com Santos. O próprio muro lateral e alto da rodovia, alto somente ali, antecipa um **absurdo político**.*

O carro pára. A gente sai para ver.

É de ficar triste mesmo. Um “favelê” danado, que a prefeitura e a secretaria municipal de Meio Ambiente permitem, com milhares de pessoas e construções miseráveis avançando destrutivamente sobre os manguezais e lagamares a se perder de vista da Baixada Santista. Destruindo mesmo, com esgoto e arame farpado e telhas de amianto cancerígenas, todo um ecossistema, que os biólogos chamam de “berçários de vida” e que separa a Serra do Mar dos paulistas (JB Ecológico, 18/03/2003, p.20). Grifo nosso.

36- Dezenas de bairros clandestinos e ambientalmente caóticos, chamados “bairros-cota”, que as prefeituras locais e o Governo de São Paulo permitem avançar, feito pequenos cânceres na paisagem, rumo ao planalto paulista, urbanizado, poluído e mais triste ainda, depois da serra lá em cima (JB Ecológico, 18/03/2003, p.20).

37- O estrago vem em close. É um foco de fumaça ali, outro acolá. Uma gente que mal sobrevive da extração predatória e insustentável do palmito, que devasta, caça e mata o que acha de bicho e passarinho pela frente para comer. Nada menos que 57 espécies de animais e 200 de aves catalogadas, a maioria ameaçadas de extinção. Seres humanos que modificam e vivem, enfim, em áreas de risco permanente, tamanha a fragilidade geomorfológica da Serra do Mar – e não são assistidos nem realocados ecologicamente para outras regiões, com mais infraestrutura de saneamento básico e moradia digna (JB Ecológico, 18/03/2003, p.20).

Os três enunciados são bastante ilustrativos dos efeitos de sentido que o uso do conceito de desenvolvimento sustentável vai produzindo nestes textos. O adjetivo “ecológica” atribuído à viagem no enunciado 35 leva para a formação discursiva marcada pelo viés *ambientalmente correto* do conceito. A obra

realizada teria tido cuidado com a natureza. A destruição assim fica por conta não da empresa, mas das pessoas e de suas construções “miseráveis” lá embaixo da serra, cujo local de moradia e de existência não merece nem mesmo o nome de favela, e sim o pejorativo “favelê”. O que seria o viés *socialmente justo* do conceito não assume relevância no enunciado, porque o esgoto e as telhas de amianto “cancerígenas” não estariam ameaçando o ser humano, e sim o manguezal. No enunciado 36, esses bairros são comparados a “pequenos cânceres na paisagem”, num flagrante contraste com os pilares da rodovia “semeados” na paisagem. O que funcionava associado à vida, renascimento, semeadura (a obra da empresa), funciona associado à morte no caso da população pobre. Uma morte que compromete a paisagem.

No enunciado 37, a expressão “uma gente”, que poderia funcionar de forma diferente em outra situação, aqui alarga esses efeitos de sentido pejorativos que vão se formando. É uma gente que devasta, caça e mata **para comer**, e mal sobrevive. É para essa realidade que é levado o discurso da sustentabilidade/insustentabilidade (da extração do palmito). E na frase seguinte do enunciado, quando vem à tona a formação discursiva da ecologia pensada como ciência (as espécies de animais e aves catalogadas), em comparação à frase que a antecede, também é se pensar em quem está em risco de extinção. Ao final do enunciado, os sentidos da ecologia finalmente deslizam para a sua relação com a produção social da vida, os indispensáveis saneamento e moradia. Mas aí o discurso da dignidade (moradia digna), em contraposição ao resto do enunciado, fica destituído de sentidos que possam resgatar, no discurso, a **dignidade das pessoas** (e não das casas) que moram ali.

Essa talvez seja uma análise demasiado dura desses enunciados. Relacionada com os enunciados seguintes, porém, ela se aprofunda para que seja possível compreender como esses sentidos se produzem. Nos enunciados, o sujeito-jornalista traz para o discurso o diretor da empresa através de uma entrevista pingue-pongue (pergunta seguida de resposta). O contraponto fundamental é a expressão grifada no enunciado 35, **absurdo político**:

38- A partir do momento em que uma empresa adota e divulga, mesmo que gaste mais, uma política de responsabilidade ambiental e social, ela acaba se colocando

em patamar diferenciado de mercado, de negócios e lucros” (JB Ecológico, 18/03/2003, p.19).

39- Vocês não viram as cicatrizes que esses bairros-cota estão fazendo na paisagem? Se o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama, o governo estadual e as prefeituras continuarem omissos, eles vão acabar com toda a vegetação, os bichos, as aves e as águas da serra. Seremos nós aqui, trabalhando para cumprir a legislação ambiental e reflorestar a serra, lembrando a nossos acionistas que o ganho que eles têm preservando é muito maior do que a perda em não preservar; que os frutos vêm em seguida, com o reconhecimento de toda a sociedade, dos órgãos oficiais e ambientais; e, na outra ponta, o homem, a população destruindo o seu patrimônio natural, o seu habitat (JB Ecológico, 18/03/2003, p.19).

40- (...) Caso não haja comprometimento, o meio ambiente irá perder a batalha, na medida que continuarão as invasões, os desmatamentos, a destruição gradativa de todo esse patrimônio natural que pertence, não apenas aos brasileiros, mas à humanidade. Mas eu sou otimista. Acredito no comprometimento social e ambiental do novo governo. A Serra do Mar ainda pode ser salva (JB Ecológico, 18/03/2003, p.19).

O enunciado 38 revela mais uma vez que a responsabilidade ambiental/social, no caso das empresas, conforme já apontamos no capítulo 2, é um fator de mais *status* e lucro, uma postura positiva para os negócios, especialmente quando se afirma através de mediações técnicas. Mas os sentidos que atravessam essa postura são explicitados pelo diretor da empresa (e membro-conselheiro do SOS Mata Atlântica) no enunciado 39. Nele, fica clara a oposição entre “nós” (a empresa, os acionistas), que preservam, e “eles” (os “bairros-cota”), que acabam com a vegetação, os bichos e a água. Também é notável a oposição omissão/reconhecimento por parte dos “órgãos oficiais e ambientais”, que não fiscalizariam os bairros (a população que não tem consciência ambiental), mas aplaudiriam as virtudes da empresa, levadas para uma formação discursiva ecoempresarial. Quando o “homem”, categoria universal, é trazido para o discurso, o sentido já desliza de uma alusão genérica para outra mais específica, porque em seguida aparece “a população”, aquela dos bairros-cota. Ela fica, então, na condição de duplamente excluída, porque o que seria um “reconhecimento de **toda** a sociedade” (grifo nosso) ao trabalho da empresa não inclui a parcela da sociedade que vive naqueles bairros, “cicatrizes” na paisagem.

Mais uma vez, as vivências e contribuições dos atores locais, os seus discursos sobre aquele espaço geográfico, são silenciados. E eles é que

poderiam produzir outros sentidos e abrir possibilidades novas de interpretação, diferentes daqueles em que os valores são expressos unicamente pelo poder e pelo dinheiro. O que lhes resta é a condição de degradadores da paisagem, de um espaço geográfico caracterizado como unidade de conservação em que as ações legítimas e apropriadas são aquelas “semeadas” pelos atores hegemônicos. O enunciado 40 é um corolário. O governo é chamado à responsabilidade para remediar o “absurdo político”, aqueles bairros, cuja existência faz parte e é consequência de um processo histórico-social. Mas novamente o “meio ambiente” é reduzido ao seu aspecto natural, que precisa ser salvo (quem salvará os homens?). E já aí o “patrimônio natural” (a Serra do Mar), cuja legitimidade de ocupação é completamente negada aos moradores dos bairros locais, passa a ser não só dos brasileiros, como também de toda a humanidade... Sabendo que o JB Ecológico, como informa a edição de 16/02/2003 (p.35), “atinge em cheio as classes A e B”, e que o lugar social que o leitor ocupa também determina a leitura que ele faz do texto (ORLANDI, 1987:57), é de ser pensar como os efeitos de sentido que esses textos produzem atingem essas classes, possíveis usuárias da rodovia.

Compreendemos que a crítica à forma como a mídia textualiza o discurso ambiental, produzindo assim os seus próprios gestos de interpretação, requer também um momento afirmativo, em que se revelem outros caminhos, diferentes possibilidades. E pudemos encontrá-las no JB Ecológico. Verificamos que os textos que privilegiam múltiplas vozes ao singularizar a apreensão do fato, ainda que atravessados por formações discursivas que se contradizem, conseguem expressar a disputa por sentidos entre diferentes atores sociais num mesmo espaço geográfico e apontar para uma outra forma de compreender a realidade e poder transformá-la. Vejamos o enunciado 41:

41- Depois de três anos de ocupação, o Parque Nacional de Monte Pascoal, uma das mais importantes atrações turísticas do sul da Bahia, será oficialmente reaberto ao público. Em agosto de 1999, o parque foi invadido pela comunidade indígena Pataxó que reclamava parte da área do parque como pertencente à reserva indígena vizinha (JB Ecológico, 28/04/2002, p.19).

Na primeira frase, o parque, que foi criado para “preservar a Mata Atlântica” (JB Ecológico, 28/04/2002, p.19), sendo, portanto, uma unidade de conservação,

é tomado como um produto à disposição do mercado do turismo. São duas formações discursivas se atravessando, a da preservação e a do ecoturismo (mercado). Lembramos, com SANTOS (1997), que mesmo os mais remotos rincões “intocados” já estão carregados de intencionalidades. O Parque de Monte Pascoal estava fechado por causa de uma “ocupação”, que, na segunda frase, desliza para “invadido”⁵⁸, estabelecendo uma diferença entre o público que visita o parque, para o qual ele foi reaberto, e a comunidade indígena que o reclama, remetendo a uma memória, o conflito pela terra, e a um acontecimento específico, a luta dos pataxós para sobreviver em sua reserva. O sujeito-jornalista faz falar o ministro do Meio Ambiente, que apaga essa memória e esse acontecimento:

42- *Ela [a cooperação entre os pataxós e o governo] é fundamental para suprimir o falso conflito entre preservação da biodiversidade e cultura indígena. Esse conflito nunca existiu (JB Ecológico, 28/04/2002, p.19).*

Mas outra fala do ministro, interpretada a partir da fala de um índio, trabalha a evidência desse conflito:

43- *O ministro (...) defende a integração das comunidades indígenas com os parques e unidades de conservação de forma a estimular ações de proteção da biodiversidade. “Não faz sentido existir um parque para proteger a biodiversidade, que exclua a participação dos índios, da mesma maneira que não se pode conceber uma área indígena sem o comprometimento com a conservação da biodiversidade”, ressaltou (JB Ecológico, 28/04/2002, p.19).*

44- *O presidente do Conselho dos Caciques (...) acredita que a conservação da mata Atlântica no Monte Pascoal é fundamental para a preservação da área indígena. “Se perdermos esse patrimônio, perderemos a nossa vida”, disse (JB Ecológico, 28/04/2002, p.19).*

Como observa SILVA (1996^a:385), é a biotecnologia, prática historicamente determinada, que possibilita a visão da natureza a partir de sua biodiversidade. Esse é o sentido da biodiversidade na fala do ministro, mas, para o índio, do parque depende a própria vida. E foi pelo conflito (a ocupação), que os pataxós, que buscam manter seu modo de vida na reserva, foram ouvidos pelo governo e tiveram atendidas algumas de suas reivindicações. Assim, o parque, na condição

⁵⁸ Em seu estudo sobre o MST e a mídia, BERGER (1998:133) observa que não é gratuita a opção por uma das duas expressões, “invadir” ou “ocupar”. Enquanto a primeira preserva o conceito de propriedade privada, a segunda evoca o conceito de propriedade social da terra.

de unidade de conservação, é apropriado pela ciência (biodiversidade), pelo mercado (turismo ecológico), mas também pelos índios.

Outro texto que consegue expressar essa pluralidade de sentidos também se refere ao extremo-sul da Bahia, em Porto Seguro, onde são desenvolvidos projetos de preservação da Mata Atlântica, conforme os enunciados que seguem:

45- O cenário devastado, hoje uma realidade, foi fruto do ciclo madeireiro, da pecuária extensiva e da abertura da Br-101, que corta a região no sentido norte-sul (JB Ecológico, 26/10/2002, p.15).

46- Uma terra árida, castigada, assim como aqueles homens, mulheres e crianças acostumados a passar fome, a viver sem teto, sem futuro, sem direção. Mas ali, naquele fim de mundo, aquelas famílias começam a ter esperança em dias melhores (JB Ecológico, 26/10/2002, p.15).

47- “O nosso trabalho funciona porque as iniciativas são decididas pelos agricultores e agricultoras, que governam e executam as mudanças em sua propriedade. A nossa proposta é operar essas mudanças ao nível da família, convergindo coletivamente para um plano de desenvolvimento ecológico: ambiental, social e econômico sustentável”, explica... (JB Ecológico, 26/10/2002, p.15).

48- Casado, pai de três filhos, Sabino contabiliza que as frutas (...) representam hoje 33% da renda familiar. “Ainda não tá do jeito que a gente quer, mas tamos trabalhando para melhorar”, dizia enquanto mostrava orgulhoso a plantação e a cerca ecológica feita de glicirídea (...).

“A vitória tem sido maior que o trabalho. A minha mão-de-obra é a família. A gente acredita no sonho. Tem que pegar com Deus e inventar idéias”, arrematou emocionado (JB Ecológico, 26/10/2002, p.16).

Percebe-se, no enunciado 45, um gesto de interpretação que, do ponto de vista jornalístico, busca contextualizar o processo de desaparecimento da floresta. No enunciado 46, essa busca traz para o discurso a realidade de homens e mulheres que vivem em assentamentos próximos ao Parque Nacional do Descobrimento. Ali, o castigo que se abateu sobre a terra se abateu também sobre os homens, abrindo a possibilidade para que o leitor reflita sobre os efeitos sociais do desmatamento. No enunciado seguinte, a representante de uma ONG é trazida para o texto, e os sentidos que o seu discurso produz se filiam ao clichê do conceito de desenvolvimento sustentável: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável. No enunciado 48, porém, quem fala é um agricultor assentado que, por sua vez, não se filia a essas formações discursivas dominantes. Abrem-se sentidos novos, carregados de uma experiência vivida, de

um cotidiano duro, mas ainda assim fonte de vitórias que enchem esse homem de orgulho. São sentidos que apontam para um vir-a-ser talvez diferente e em que as relações sociais se reforçam a partir das solidariedades locais. O enunciado 47 expressa isso, ao demarcar o esforço coletivo para que exista uma outra relação com o espaço, num “fim de mundo” (enunciado 46) em que também já se instalaram os discursos hegemônicos do mundo, mas que produz seus gestos de resistência. Citamos SANTOS (2001:172-173) para enriquecer essa interpretação:

Graças aos progressos fulminantes da informação, o mundo fica mais perto de cada um, não importa onde esteja. O outro, isto é, o resto da humanidade, parece estar próximo. Criam-se, para todos, a certeza e, logo depois, a consciência de ser mundo e de estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em plenitude material ou intelectual. O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo as grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. Assim o cotidiano de cada um se enriquece pela experiência própria e pela do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro. As dialéticas da vida nos lugares, agora mais enriquecidas, são paralelamente o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política.

Para concluir a análise dos textos selecionados do JB Ecológico, fazemos o contraponto com um último texto, extraído da Folha de São Paulo⁵⁹, no qual o sujeito-jornalista também faz esse movimento de singularizar a apreensão de um fato da realidade e remetê-lo às suas implicações particulares e universais. A matéria fala dos índios gaviões parkatejês, que vivem em uma reserva a 30 quilômetros de Marabá, no Pará. Enfatizamos que a circulação se concretiza em um dos mais influentes jornais do país, mas a formulação dos sentidos se dá em outro lugar, lá onde o olhar do sujeito-jornalista se expõe à realidade dos outros sujeitos que ele traz para o texto:

49- Rostos pintados de preto com carvão e vermelho de urucum, tiaras de palha para os cabelos, pouca conversa. Vai começar mais um dia de plantão na floresta (...)

A milícia comandada pelo índio Matias, 39, é a principal responsável pela sobrevivência da mancha verde que aparece nas fotos de satélite da reserva indígena Mãe Maria (...).

⁵⁹ KOTSCHO, Ricardo. A milícia dos gaviões. *Jornal Folha de São Paulo/Especial Amazônia*. São Paulo, p. A4, 16 dezembro, 2001.

Ao contrário do que acontece em volta, aqui a mata nativa está preservada, garantindo alimentos para os 473 habitantes da aldeia, às margens da BR-222 (Folha de S. Paulo, 16/12/2001, A4).

50- Depois de um longo conflito interno, em que viu sua família reduzida de 100 para apenas 15 pessoas, ele foi procurar ajuda fora da aldeia: “Eu é que procurei o branco”. (Folha de S. Paulo, 16/12/2001, A4).

51- “É nossa floresta fechada que sustenta a gente. Com floresta aberta, a terra não vale nada. Se planta só capim, é terra morta” (Folha de S. Paulo, 16/12/2001, A4).

52- ..., professor de desenho e cultura brasileira que há dois anos deixou Belém para dar aulas na aldeia, acha que isso só é possível porque eles se preocupam em manter vivas as tradições. “A preservação da natureza só existe por causa da preservação da cultura deles. Uma depende da outra para sobreviver” (Folha de S. Paulo, 16/12/2001, A4).

O primeiro enunciado, que marca a abertura do texto (o *lead* jornalístico), já expõe o fio condutor da matéria: a preservação da floresta. Nele, porém, não há aquela rede de paráfrases que acabam por acomodar os sentidos sempre nos mesmos lugares. Isso porque os gestos de interpretação que o repórter traz para o texto carregam as marcas de uma determinada formação socioespacial, onde os conflitos, mesmo carregando sentidos universais, ali produzem a sua própria singularidade. O enunciado 50 traz o cacique dos gaviões para o discurso, em que ele revela ter partido do índio a iniciativa de desencadear a relação entre o *dentro* e o *fora* da aldeia. A fala do cacique já produz novos sentidos, trazendo para o texto a exterioridade, se lembrarmos que historicamente o branco é que invadiu ou procurou o lugar do índio.

No enunciado 51, uma interpretação possível é estabelecer a ligação entre a terra e a floresta, em que a segunda dá o suporte para a permanência da primeira, de onde o índio tira o sustento. Sabemos, através da matéria, que os gaviões têm projetos agropecuários. No discurso do índio, portanto, a preservação da floresta não se relaciona com os discursos globais da biodiversidade, e sim com a permanência de um determinado modo de vida. A fala do professor confirma esse fato, ao reafirmar que a cultura (o modo de vida dos gaviões) é que garante a preservação da floresta onde está a sua reserva.

São os diferentes atores sociais trazidos para o texto que permitem essa pluralidade de sentidos, dispensando aqueles clichês já vistos e que, pelo

excesso e insistência no uso, vão perdendo o significado, pouco contribuindo para interpretar essas realidades tão complexas.

3.3 O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO AN VERDE

Uma característica importante que encontramos no conjunto de suplementos AN Verde, do jornal A Notícia, é a abundância de textos atravessados por uma **formação discursiva predominantemente técnico/empresarial**. Isso certamente provoca seus efeitos quando, através de uma rede de paráfrases tão expressiva quanto a do JB Ecológico, listadas na tabela 2, o jornal faz circular junto aos leitores o discurso do desenvolvimento sustentável.

Outro traço marcante dos textos que escolhemos para a análise é a **excessiva universalização do discurso ambiental**, provocada tanto pelo uso freqüente de clichês, frases feitas, quanto pelo silenciamento das implicações particulares e singulares da chamada “questão ambiental”. Confirmando a teoria de GENRO FILHO (1987), notamos que os gestos de interpretação que transportam os efeitos de sentido para uma significação universal são justamente os que se ancoram na ciência, forma de conhecimento também cristalizada no universal.

Esses dois aspectos do suplemento funcionam igualmente, apagando, no discurso, a singularidade das formações socioespaciais onde eles poderiam produzir novos sentidos. Lembramos que o suplemento é feito com contribuições de jornalistas das várias sucursais do jornal, que estão localizadas nas maiores cidades do Estado.

Os jornalistas enviam as matérias para a sede (Joinville) com base na pauta informada com antecedência, e cabe ao editor do suplemento receber as matérias, editá-las (revisar, dar títulos) e definir a posição em que vão ficar na página). Ocorre que, apesar de terem múltiplas procedências, os textos dificilmente expressam os conflitos que se estabelecem nos lugares onde foram formulados.

Tabela 2: Relação de paráfrases encontradas no AN Verde

AN VERDE
ação ecológica
amigo da natureza
comprometimento com o meio ambiente
compromisso com a preservação do meio ambiente
consciência ambiental
continua melhoria da qualidade de vida
cultura verde
defesa da ecologia
defesa do meio ambiente
ecoconsciência turística
econegócio
ecoturismo
excelência ambiental
exploração comercial ecologicamente adequada
forma sustentável
importância do meio ambiente
marketing ecológico
materiais ecologicamente corretos
matéria-prima ecologicamente correta
mundo com melhor qualidade de vida
nova consciência ecológica
planejamento conservacionista
plano de manejo sustentável
práticas conservacionistas do solo
responsabilidade ecológica
semente preservacionista
sonho de reduzir o diferencial de pobreza entre nações ricas e pobres
trilhas ecológicas
turismo ecológico

Um fator que provoca o distanciamento anteriormente exposto é o uso de enunciados que funcionam como máximas típicas do discurso ambiental, como as que seguem:

01- Existe, inclusive, uma Declaração Universal dos Direitos da Água, que dá detalhes sobre o cuidado com esse líquido precioso. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos (AN VERDE, 22/03/2001, p.13).

02- Com isso, atingiu-se um nível em que a ação do homem é comparável à das forças naturais, como o vento, as chuvas, erupções vulcânicas e outras, que movimentam por ano cerca de 15 bilhões de toneladas de materiais. O homem, sem dúvida, é um dos maiores responsáveis pela mudança de temperatura (AN VERDE, 05/06/2001, p.6).

03- Já era o tempo em que a defesa do meio ambiente era trabalho de ecologistas e entidades de proteção à natureza. Em proporção ao aumento da crueldade humana, cresceram o combate e a fiscalização dos órgãos competentes (AN VERDE, 05/06/2001, p.11).

04- A preocupação é mostrar que é possível harmonizar o desenvolvimento social e econômico com respeito e proteção à natureza, contradizendo a história do desenvolvimento do planeta, que tem como característica a constante agressão do homem contra a natureza (AN VERDE, 21/09/2001, p.7).

05- As empresas brasileiras da área de construção civil estão começando a se preocupar com a ação devastadora dos homens contra as florestas e árvores (AN VERDE, 21/09/2002, p.4).

Percebemos que quanto mais se fala em “ação do homem”, “defesa do meio ambiente”, “respeito à natureza”, mais tais enunciados ficam vazios de sentido. Estruturar um texto a partir desses clichês, portanto, é também se filiar a esse vazio, porque compreendemos, com ORLANDI (2001:167), que esse excesso de discurso ecológico mostra uma censura, algo que foi silenciado. No enunciado 1, por exemplo, a responsabilidade com o uso da água é simultaneamente repartida entre cada cidadão e cada continente, silenciando os conflitos econômicos que estão subjacentes a esse uso e aos seus diferentes graus de responsabilidade. Essas máximas, essas paráfrases e sinônimos são completamente dispensáveis quando o sujeito-jornalista interpreta a relação entre sociedade e natureza a partir de uma realidade socioespacial historicamente colocada, como veremos na análise geral no final do capítulo. É de se destacar, também, que esses chavões abundam nos títulos das matérias, os quais, dessa forma, têm neutralizado o seu papel de servir como “gancho” para a leitura do texto (figuras 2 e 3, páginas 115 e 116).

Fúria da natureza

Países pobres são os mais afetados

Imunidade do planeta sob séria ameaça

*Automóveis, indústrias e queimadas são os vilões
Clubes de água formam pequenos ecossistemas*



Ciência descobre espécies preciosas para a saúde



*Concentração de CFC na atmosfera
começa a reduzir lentamente*

Natureza é agredida pelo lixo humano

Área é cartão-postal ecológico de Santa Catarina

Dose diária de lição verde dá resultado

Títulos extraídos de edições do AN Verde

Ação humana acentua desastres naturais

Pulmão verde do mundo pede socorro

Futuro da humanidade em xeque

Econegócio ganha espaço no mercado brasileiro

Sandálias ecológicas

"Os governos têm hoje um papel diferente de dez ou vinte anos atrás. Governo lícito é o que promove negócios, agindo como alavancador e indutor de novas oportunidades. Isso faz parte do conjunto de mudanças do contrato social entre sociedade e governo, um processo contínuo que se instalou de forma irreversível."

■ **ROGER AGNELLI**, diretor-presidente da Companhia Vale do Rio Doce

AINDA HA' TEMPO DE EVITAR UMA CATÁSTROFE

A Döhler coleciona Prêmios ambientais

Weg tem programa de resíduos zero

Crianças criam patrulha ecológica para preservar matas

Oxford recupera água consumida na fábrica

Esporte trouxe mais consciência ecológica

Respeito ao meio ambiente pode dar lucro

Homem ameaça biosfera

10 espécies se extinguem a cada ano, segundo estimativas, como produto da ação do homem

Segundo o biólogo Edward O. Wilson, ritmo de extinção cresceu **100 a 1.000 vezes**

1,4 milhão de espécies foram identificadas até hoje na Terra, mas o total verdadeiro pode ir de **2 milhões a 200 milhões**

parentes em perigo

Mamíferos:	1.134
Aves:	1.186
Répteis:	297
Anfíbios:	146
Peixes:	752
Invertebrados:	1.945
Plantas:	5.628

Classe à qual pertence o homem tem um quarto de suas espécies sob ameaça de extinção

Fontes: World Resources Institute (www.wri.org); "Red List of Threatened Species" (www.iucn.org); "Megadiversity" (www.megadiversity.com); "CDO-3" (www.wri.org/cdo)

"O desenvolvimento sustentável é um imperativo de segurança. Afinal, uma trindade nada sagrada, formada pela pobreza, a degradação ambiental e a falta de perspectiva, ameaça desestabilizar regiões inteiras do planeta"

■ **COLIN POWELL**, secretário de estado dos EUA, cotado para liderar a delegação americana na Rio + 10, em Johannesburg.

Observamos que um dos fatores que explicam o silenciamento das realidades locais, em grande parte dos textos, é a filiação de sentidos à formação discursiva empresarial, especialmente em sua relação com a tecnociência. Esse processo, porém, tem algumas diferenças em relação aos textos analisados no suplemento que circula no Jornal do Brasil. Se no JB Ecológico o sujeito-jornalista inseria a empresa numa dada realidade, mesmo que silenciasse os discursos dos demais atores sociais, em determinados textos extraídos do AN Verde essa inserção não acontece. Vejamos como isso funciona:

06- Em 1988, quando ainda não era moda falar em preservação do meio ambiente, a Karsten já havia instalado a sua primeira estação de tratamento de efluentes (ETE) pelo sistema biológico.

(...)

O procedimento da Hering em relação ao meio ambiente, que concilia respeito à natureza com o desenvolvimento econômico, antecede as últimas tendências do desenvolvimento sustentável (AN VERDE, 22/03/2003, p.13).

07- A questão ambiental dentro das empresas tem captado vultosos investimentos nas áreas de tratamento de efluentes, redução de cargas poluentes, reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos. A Sadia Concórdia S/A Indústria e Comércio é uma das empresas que tem investido na preservação ambiental.

(...)

Outra ação desenvolvida na empresa é para reduzir cargas poluentes. Com a aquisição de uma nova centrífuga, foi possível uma redução de 30% na carga de óleos e graxas lançadas no tratamento de efluentes, com uma recuperação de 13% a mais de graxa industrial que é vendida a terceiros. O uso desta centrífuga permite a desidratação completa do lodo flotado, aumentando o montante da graxa industrial removida e farinha de carne com grande economia de vapor (AN VERDE, 17/07/1999, p.E15).

08-O monitoramento da emissão de efluentes está em concordância com as normas do Banco Mundial, que são muito mais exigentes que todas as legislações estaduais do Brasil (AN VERDE, 17/07/1999, p.E15).

09- Otacílio Costa – A Igaras Papéis e Embalagens, unidade de Otacílio Costa, demonstra preocupação com o meio ambiente desde a década de 60. Mas foi nos últimos 14 anos que a empresa deu passos gigantescos para melhorar a qualidade do ar, da água, do solo e de seus mais de 70 mil hectares de reflorestamento com pinus. Fruto dessa dedicação, até dezembro deste ano a empresa deverá ser reconhecida internacionalmente com o certificado ISO 14001, um atestado de boa conduta com o meio ambiente (AN VERDE, 21/09/1999, p.F8).

Notamos que, nos enunciados 6, 7 e 9, as expressões “preservação do meio ambiente”, “respeito à natureza”, “desenvolvimento sustentável”, “questão ambiental” e “meio ambiente” funcionam como sinônimos, tendo seus sentidos completamente estabilizados. As cinco expressões se referem à postura das empresas em relação à natureza, relação completamente mediada pela técnica e avalizada pela legislação (enunciado 8) e pelas certificações internacionais. Numa análise do ponto de vista jornalístico, e não discursivo, podemos afirmar que esses enunciados denunciam uma linguagem “invertibrada”, expressão cunhada por COELHO (1991). É uma linguagem sem ossos, apenas com uma pele frágil como ponto de sustentação, característica dos textos excessivamente singularizados, em que os procedimentos de uma única empresa, no caso analisado, nada dizem do processo social, da vida dos seres. É uma afirmação bem ilustrada no enunciado 7, onde ficam completamente silenciadas as relações que a empresa mantém com os pequenos proprietários, considerados “integrados”, que são os que lidam diretamente com as implicações do processo produtivo da empresa na potabilidade da água no Oeste do Estado.

Essa estabilização de sentidos também se dá de outra forma no AN Verde, quando o sujeito-jornalista textualiza o discurso ambiental a partir do discurso da ciência. Nos textos que selecionamos, isso acontece de dois modos. Um deles funciona a partir da entrevista, quando o sujeito-jornalista faz outros sujeitos (as fontes de informação) falarem no discurso⁶⁰. O aspecto que desejamos ressaltar é que o lugar social a partir do qual essas fontes falam faz os sentidos apontarem numa determinada direção, e não em outra. O discurso dessas fontes expressa a relação de forças por atribuição de sentidos, ao privilegiar atores sociais ligados às instâncias da ciência, tecnologia e administração (políticas públicas e políticas internacionais). Essas três instâncias, lembra ORLANDI (2001:150), são indissociáveis do ponto de vista discursivo e, acrescentamos, configuram o meio

⁶⁰ ORLANDI (2001:155), ao refletir sobre o chamado jornalismo científico (de divulgação científica), denomina esse mecanismo de *menção*. Segundo a autora, a menção é uma forma de o jornalismo científico “encenar” a relação intrínseca com o discurso científico: “*Todas essas formas [como a menção] ‘encenam’ a fala do próprio cientista para o leitor de divulgação científica*”. Esse entendimento é compatível com os pressupostos da análise de discurso. Acreditamos, porém, que a técnica da entrevista, com seus elementos posteriormente estruturados numa narrativa, é a forma por excelência de trazer o discurso da fonte de informação para dentro do texto, seja de forma direta ou indireta. É a entrevista que permite ver, no jornalismo, a peculiaridade de um discurso e de uma forma de conhecimento da realidade.

geográfico atual como um meio técnico-científico-informacional. Seleccionamos os seguintes exemplos, extraídos de diversos textos:

- a- Segundo documentos do chefe de departamento...
- b- Um estudo do IBGE...
- c- O secretário interino do comitê...
- d- Segundo o gerente-regional...
- e- Os técnicos da prefeitura...
- f- O coordenador do projeto...
- g- ... último levantamento publicado pela Fundação SOS Mata Atlântica...
- h- Levantamento realizado em 1996 mostrou...
- i- De acordo com o Centro de Pesquisas...
- j- ... avalia o diretor do Centro...
- l- Segundo o pesquisador...
- m- O diretor-geral do Food and Agriculture Organization (FAO)...

A questão não é o jornalista recorrer a essas fontes, mas sim recorrer **somente** a essas fontes, excluindo do discurso quem não pode falar a partir das três instâncias citadas. Os atores, enfim, que, a partir do local, poderiam produzir outros efeitos de sentido para esses discursos globalizados. Essa afirmação é melhor ilustrada a partir do outro modo de textualização do discurso ambiental a partir do discurso da ciência. Nos enunciados que reproduzimos abaixo, independentemente do tema das matérias, o sujeito-jornalista mobiliza, como fontes, unicamente estudos e documentos:

10- Através do projeto foram viabilizados recursos para a contratação [de] empresas especializadas para elaboração do Produto Básico para o Zoneamento do Parque visando a sua implantação de forma definitiva e com o uso sustentável dos recursos biológicos nos ecossistemas florestais, de água doce e costeiros no Parque e em seu entorno.

A melhoria da qualidade de vida também é demonstrada pelo depoimento das famílias rurais envolvidas no projeto (AN VERDE, 24/02/2000, p.8)⁶¹.

Não há, porém, nenhum depoimento, nem das famílias e nem dos idealizadores do projeto. Outro exemplo é o seguinte:

11- O pulmão verde do mundo está pedindo socorro. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) o desmatamento da Amazônia Legal Brasileira está absolutamente fora de controle (AN VERDE, 05/06/2000, p.7).

⁶¹ Enunciado extraído de um conjunto de duas matérias, distribuídas em duas colunas do jornal, que tratam do Projeto Microbacias e seus efeitos no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

O texto do qual foi extraído esse enunciado utiliza como fontes dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e uma entrevista feita pela revista *Veja* com o ministro do Meio Ambiente e uma outra matéria produzida por um jornalista da revista *Caminhos da Terra*. Essa reprodução de dados de outras publicações, sem uma análise do que representam tais informações para a realidade local, também acontece no seguinte enunciado:

12- A atividade industrial e a circulação rodoviária ocupam o primeiro lugar na poluição atmosférica, embora em graus diferentes conforme o tipo de indústria. Mesmo assim a indústria consome 37% da energia mundial e emite 50% de dióxido de carbono, 90% dos óxidos de enxofre e todos os produtos químicos que atualmente ameaçam a destruição da camada de ozônio, além de produzir anualmente, 2100 toneladas de resíduos sólidos e 338 milhões de toneladas de matéria residual perigosa (AN VERDE, 05/06/2000, p.15).

Essa matéria, intitulada “Indústria é a 1º no ranking dos poluidores”, ocupa praticamente uma página do suplemento e utiliza como fontes a revista *Veja* e dados de um livro. Isso é notável se lembrarmos que o discurso foi formulado em uma região industrial catarinense onde é expressiva a presença de indústrias do setor metal-mecânico. Essa especificidade do espaço geográfico foi silenciada na matéria, que se limitou ao discurso global do meio ambiente. Transpostas para a realidade local, Joinville, o que significariam esses números e estatísticas?

13- O planeta Terra está ficando mais quente. As últimas décadas do século 20 são as que tiveram as mais altas temperaturas médias jamais registradas. Uma seca prolongada está afetando milhões de pessoas e ameaçando animais e plantas no sul da África. Nos últimos 50 anos, os Alpes na Europa perderam 50% de sua cobertura de gelo. Dados sobre amostras profundas de gelo sugerem que estamos vivendo o século mais quente dos últimos 600 anos.

(...)

Cientistas afirmam que o aquecimento é resultado da intensificação do efeito estufa devido às atividades dos 5,8 bilhões de seres humanos (AN VERDE, 05/06/2000, p.9).

O processo é o mesmo no enunciado acima, em que as estatísticas mundiais não produzem uma relação com as realidades locais. Os “dados” não têm fonte, e um genérico “cientistas” credita a cada um dos seres humanos a mesma responsabilidade pela intensificação do aquecimento da atmosfera. O enunciado seguinte (14) também utiliza a revista *Time*, dos Estados Unidos, como

fonte de informação, exemplificando com dados sobre a China, Madagascar, Indonésia e Estados Unidos. Silencia, porém, sobre as condições dos ecossistemas catarinenses, especialmente os manguezais, sobre os quais Joinville se desenvolveu, mas que hoje servem como palco de uma intensa especulação imobiliária. No enunciado abaixo, as palavras “Terra” e “planeta” funcionam como sinônimos, relacionando-se com uma realidade geofísica, onde os ecossistemas são considerados completamente fora de sua inserção social e histórica e ameaçados pela ação de um “homem” indeterminado.

14- A Terra está desgastada e clama por socorro. A Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu ajudar, reunindo 175 pesquisadores de todo o mundo para avaliar os ecossistemas do planeta. O resultado do estudo preliminar, que deve ser apresentado oficialmente em setembro, é aterrador: todos os ecossistemas estão seriamente comprometidos pela ação devastadora do homem (AN VERDE, 05/06/2000, p.12).

Essa indeterminação do “homem” aparece também no enunciado 15, atravessado por um discurso científico igualmente indeterminado:

15- Joinville – Diante do aparente desgaste enfrentado pelo planeta Terra, a dúvida é saber como o homem sobreviveria sem a biodiversidade. Até agora, os cientistas classificaram e deram nome a 1,5 milhão de espécies vegetais e animais, mas não se sabe quantas, realmente, existem no mundo. Estudos arriscam entre 10 e 50 milhões (AN VERDE, 05/06/2001, p.3).

O funcionamento desses discursos pode ser caracterizado pelo mecanismo que a análise de discurso chama de *apagamento*, em que há “... a *subsunção de uma voz pela outra (estar no lugar de), sem que se mostre o mecanismo pelo qual essa voz se representa na outra*” (ORLANDI, 1987:244). Nos enunciados que analisamos, a voz do cientista ou dos cientistas que produziram o conhecimento é apagada, ficando em seu lugar fórmulas de menção como “dados sugerem”, “cientistas afirmam”, “estudos arriscam”. Tanto essas fórmulas quanto a insistência em reproduzir termos do conhecimento científico (camada de ozônio, ecossistemas) nas matérias jornalísticas, filiando-se aos discursos globais sobre a ecologia, contribuem igualmente para silenciar os atores e conflitos locais.

Uma outra relação se estabelece quando o sujeito-jornalista formula o discurso a partir de uma determinada realidade, como é o caso de uma matéria

de página inteira, com uma retranca⁶², sobre a recuperação de áreas de mineração no Sul do Estado.

16- O aspecto lunar causado pela mineração sem controle que por muitos anos era visível na região Sul catarinense, está dando lugar a projetos tímidos, mas eficientes, de recuperação. Apesar das tentativas serem modestas, se comparadas com a quantidade de hectares que foram atingidos, a consciência ambiental de empresários e autoridades governamentais está mudando. “Se cada um auxiliar um pouco, conseguiremos melhorar muito o meio ambiente”, destaca (...), integrante do Comitê de Meio Ambiente do Sindicato da Indústria de extração do Carvão de SC (Siecesc) (AN Verde, 17/07/1999, p.E10).

A matéria consegue trazer a realidade local para dentro do texto, porém o faz com uma terminologia excessivamente ancorada na ciência, e usa como interlocutores apenas fontes do governo ou das próprias empresas:

17- A degradação ambiental provocada por todas as atividades envolvidas na extração e beneficiamento do carvão na região Sul do Estado atua negativamente na qualidade ambiental nos diversos aspectos. Os recursos hídricos, o solo e qualidade do ar sofrem influência direta destas atividades. A oxidação do material piritoso gera carga de acidez com o conseqüente abaixamento do pH da água, por exemplo, ocasionando a solubilização de uma ampla gama de metais pesados afetando o ecossistema regional. Durante décadas, terrenos localizados no então município de Tubarão, agora pertencentes ao município de Capivari de Baixo, serviam como depósito, extração e beneficiamento do carvão de algumas empresas. Mas por saberem da importância da preservação do meio ambiente e por ter de seguir as normas estabelecidas pela Fatma, três empresas do Sul do Estado, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Coque Catarinense e a Companhia Carbonífera Urussanga (CCU) estão recuperando as áreas que utilizarem por algum tempo para depósito, extração ou beneficiamento do carvão (AN Verde, 17/07/1999, p.E10).

É interessante que, mesmo que a matéria não contemple o discurso de atores sociais (moradores, sindicalistas, ambientalistas, trabalhadores na mineração) que estabeleceriam o conflito, determinados enunciados trazem à tona o que parecem ser as reais intenções das empresas. No enunciado 18, o sujeito-jornalista faz falar novamente o integrante do comitê do sindicato das indústrias, que se posiciona sobre o projeto considerado o mais eficiente até

⁶² Retranca é o nome dado à matéria que, na página, não é a principal, mas tem relação com a principal, desenvolvendo outro aspecto do tema tratado.

aquele momento, o de hidrossemeadura, para cobrir os montes de pirita (rejeito da mineração):

18- “Hoje, a consciência ambiental é muito maior, e os empresários querem evitar que os rejeitos que sobram fiquem expostos”, disse o engenheiro (AN Verde, 17/07/1999, p.E10).

A questão, portanto, não é resolver o problema, e sim cobri-lo para que não fique exposto aos olhos da população. Esse mecanismo de funcionamento do discurso também aparece em uma matéria sobre o Clube da Árvore, promovido pela Souza Cruz, que financia projetos de plantio de mudas nas escolas:

19- A educação ambiental deixou de ser um conteúdo opcional no currículo das escolas, para se tornar uma matéria obrigatória. Conscientizar os futuros cidadãos pode lhes garantir um mundo com melhor qualidade de vida e até mesmo reverter alguns processos de destruição do planeta. Um dos principais parceiros nesta empreitada tem sido a iniciativa privada. Atualmente, já é comum ver empresas de porte nacional destinando verbas anuais para programas ambientais em parceria com as escolas (AN Verde, 21/09/1999, p.F3).

Aqui, uma primeira análise pode incidir sobre o fato, também demonstrado no JB Ecológico, de que no Brasil não se nasce cidadão. Essa é uma qualificação para o futuro, quando e se ele vier. Outro aspecto é que as empresas agora são parceiras até mesmo da escola, lugar social por excelência para a construção de uma sociedade crítica. Nessa matéria, essas relações não são expostas, e o que permanece é o fato de o Clube da Árvore ser o desencadeador de uma “empreitada” na educação ambiental. Na relação com o espaço geográfico, essa empreitada se mostra em toda a sua complexidade. Afinal, a Souza Cruz faz as crianças plantarem árvores porque antes promove o desmatamento para a plantação do fumo, tanto que o engenheiro que coordena o programa, única fonte ouvida para a matéria, informa que a iniciativa começou no meio rural. Depois, se espalhou rapidamente:

*20- Hoje, 17 anos depois, o programa já atingiu números muito mais expressivos e provoca sérias mudanças na sociedade dos municípios que têm escolas cadastradas. Um batalhão de 50 mil alunos e 2,5 mil professores fazem parte dos 1.100 Clubes da Árvore, distribuídos em 400 cidades da região Sul do Brasil (AN Verde, 21/09/1999, p.F3).
(...)*

Este investimento tem dado ótimos resultados ao longo desses 17 anos, afinal, são mais árvores, mais consciência ecológica e, por consequência, um mundo mais bonito e melhor de se viver (AN Verde, 21/09/1999, p.F3).

Silenciando completamente sobre a inserção da empresa e de seu processo produtivo no espaço geográfico catarinense, a matéria se resolve nesse “mais bonito e melhor”, sem que o leitor saiba quais foram as “sérias mudanças” que o programa teria provocado, e muito menos as mudanças sérias desencadeadas pela atividade econômica da Souza Cruz e seus reflexos socioespaciais em Santa Catarina⁶³.

Outro enunciado, extraído de uma matéria sobre educação ambiental, que revela o quanto o discurso construído pelas empresas atravessa as demais instâncias sociais é o seguinte:

21- Joinville - Conscientes dos problemas que a humanidade pode enfrentar nos próximos anos, (...), grupos de estudantes e entidades não-governamentais têm realizado atividades de limpeza de rios e praias no Norte do Estado.

Em Joinville, um projeto da Escola Municipal Governador Pedro Ivo Campos levantou, no ano passado, que uma das nascentes do rio Cachoeira que nasce perto da escola está secando por causa da poluição. Elaborado dentro do Prêmio Embraco de Ecologia, aos poucos o projeto “Desenvolvimento Sustentável: Consciência e Prática Ecológica”, está mudando a realidade do bairro e a mentalidade dos moradores.

Além de realizar um trabalho de limpeza e proteção da nascente, os jovens estão se envolvendo em oficinas de reciclagem de papel e disseminando informações sobre a importância da coleta seletiva de lixo na região (AN Verde, 22/03/2001, p.12).

Aqui, um problema da humanidade tem contrapartida local, a poluição do rio Cachoeira, mas não deixa de ser sintomático o fato de que o projeto de desenvolvimento sustentável tenha o apoio de um das maiores empresas da

⁶³ BOEIRA (2000) desvela essa relação entre a Souza Cruz e os produtores rurais, chamada de *sistema integrado de produção* (p.48), em tese de doutorado. Ele observa que o Clube da Árvores e o Hortas Escolares podem ser considerados programas socioambientais, “...na medida em que envolvem estratégias da empresa no sentido de obter adesão de comunidades da região sul por meio do estímulo à interação destas com seu meio ambiente. A eficácia social destes programas (...) permite compreender como a empresa consegue, em larga medida, neutralizar críticas provenientes de setores sociais potencialmente antitabagistas, como é o caso de professores e estudantes” (p.320). O autor, inclusive, acredita que o número de alunos envolvidos divulgado pela empresa (60, 50, 40 mil, informa ele a partir de dados da Souza Cruz) é superestimado, porque a dinâmica dos clubes adapta-se à jornada de trabalho dos coordenadores envolvidos, ficando restrita a uma turma por ano, o que limita a participação dos demais alunos (p.326).

região industrial do Norte do Estado, e que as soluções se apresentem sob a mesma forma-padrão: reciclagem de papel e coleta seletiva de lixo.

No enunciado seguinte, a solução para o problema é a mesma, os “três Rs do lixo” (reduzir, reutilizar, reciclar) típicos do discurso da gestão ambiental empresarial, mas já há uma preocupação de trazer, para o discurso, elementos que caracterizam o problema local da água e o espaço geográfico joinvilense. Nesse enunciado, também é notável que diferentes expressões, “preservação da natureza”, “proteção ambiental”, “meio ambiente” e “natureza”, no bloco inicial, funcionem como sinônimos, em que a natureza é vista à parte do contexto sócio-histórico. É a natureza “natural”. Já no segundo bloco da frase, o “meio ambiente” (grifado) é atravessado por sentidos diferentes: é escolar e doméstico:

22- Joinville – Preservação da natureza, proteção ambiental e melhoria da qualidade de vida são temas de importância crescente nos dias de hoje. Apesar da] ação de diferentes e numerosas entidades conservacionistas, a natureza continua sendo freqüentemente destruída e o meio ambiente do homem degradado. Embora de maneira lenta, a consciência e principalmente a luta ecológica tem avançado. Acelerar esse processo é uma questão que se coloca para todas as pessoas comprometidas com um mundo melhor.

(...)

O difícil é colocar as propostas em ação, uma vez que os alunos enfrentam teorias e práticas conflitantes. Fala-se de coleta seletiva de lixo mas a cidade ainda não tem programa para isso, ensina-se o uso racional da água e a importância do saneamento básico e a maior parte do município não é abastecido pela rede de esgoto sanitário. Proclama-se a preservação dos mananciais e no centro da cidade, rio Cachoeira, antiga rota de navegadores, aparece como um grande canal de esgoto a céu aberto.

*Apesar da realidade, o trabalho continua e reafirma sua razão de ser. O importante, segundo os educadores, é transmitir uma consciência preservacionista para que os jovens procurem salvaguardar o que de positivo resta e, de alguma forma, consigam atenuar os efeitos danosos do passado. Uma das atividades previstas este ano pela Secretaria Municipal de Educação teve como objetivo motivar os diretores e auxiliares de direção das escolas. A meta foi divulgar e incentivar os “três Rs do lixo”: reduzir, reutilizar e reciclar no **meio ambiente escolar e doméstico** (AN Verde, 21/11/2000, p.5) – grifo nosso.*

O silenciamento dos atores locais é um fator importante para explicar o motivo pelo qual os textos dos suplementos analisados não expressam os conflitos do espaço geográfico que buscam interpretar. E esse gesto de interpretação que privilegia a tecnociência e o discurso dos atores hegemônicos vai contribuindo para excluir ainda mais quem, tanto no discurso quanto no processo histórico, é colocado à parte. Isso fica evidente no enunciado 23,

extraído de uma matéria que circulou num caderno sobre o dia mundial da água. A matéria fala do tratamento de efluentes industriais por uma das maiores empresas do Estado, localizada em Joinville:

23- O objetivo principal desse novo processo, ecologicamente correto, é reutilizar até 50% da água que saiu do processo industrial e reduzir o lodo em até 60%. Tecnologia importada da Itália, o novo sistema de membranas submersas supera o método antigo, de aeradores artificiais. Para o tratamento biológico, é preciso oxigenar o efluente líquido – o oxigênio potencializa as bactérias que vão se alimentar dos resíduos, assim, num processo natural, livrar a água de boa parte das impurezas.

(...)

Preocupado com a escassez, [o presidente da empresa] não poupa críticas à falta de consciência das pessoas que contribuem com os altos índices de desperdícios. “Se cada pessoa reduzisse 15% do seu consumo, a sobrevida das nossas reservas aumentaria em três anos. Muita gente ainda não dá importância para este assunto porque ainda não sentiu na pele os riscos da falta de água”, considera (AN Verde, 22/03/2003, p.12).

Nesse enunciado, o aspecto ecologicamente correto do desenvolvimento sustentável se dá por mediações técnicas, entre as quais muitas determinadas pela legislação. Na declaração do presidente da empresa, porém, esse fato é silenciado a partir do momento em que ele, através do sujeito-jornalista, critica a falta de consciência das pessoas (quais?). Na movimentação de sentidos entre “cada pessoa” e “nossas reservas”, a impressão que fica é que, havendo menos desperdício, as vantagens seriam da empresa, aqui colocada como exemplo de preservação em relação às “pessoas” (a população em geral?). É de se destacar que esse discurso empresarial - as empresas estão fazendo a sua parte - se dá num espaço geográfico em que a falta de investimento público em saneamento faz com que apenas 10% do esgoto produzido chegue ao rio Cachoeira com algum tipo de tratamento, como informa outra matéria do suplemento.

Observamos uma outra relação com a população local em mais uma matéria sobre educação ambiental, em que a relação com o espaço geográfico, se não é explícita, ao menos fica insinuada:

Criciúma – O estudante (...) viu de perto as diferenças que existem no meio ambiente de Criciúma. (...)

Através de fotografias, eles puderam desenhar um verdadeiro mapa da situação ambiental e social da cidade. “Aprendi muito”, afirma (...). Uma das coisas que mais lhe chamou a atenção e que serve de alerta para os futuros administradores é a falta de saneamento básico. “Visitamos bairros pobres, onde o esgoto corre

por grandes valas e as crianças acabam brincando lá dentro. Isso nos chocou bastante”, ressalta. Acostumados aos bairros centrais da cidade, onde os problemas de infra-estrutura básica não são tão gritantes, os alunos do Polegar ficaram surpresos com as novidades, nem sempre agradáveis, que descobriram no passeio. Nas fotos estão registradas paisagens que ainda mantêm o aspecto lunar, provocado pela mineração descontrolada na região Sul. “Mas também encontramos lugares lindos, preservados e recuperados”, informa o estudante.

(...)

As descobertas foram tão válidas que os professores querem dar continuidade ao trabalho, desta vez realizando um documentário em vídeo sobre os locais visitados pelos alunos. “Futuramente todos esse material será doado à biblioteca da escola e será uma fonte de pesquisa muito interessante”, destaca (...) (AN Verde, 21/11/2000, p.4).

Aqui, o “meio ambiente” é tratado em uma determinada formação socioespacial, em que as realidades locais são interpretadas a partir de quem vive nelas, deixando, inclusive, margens para que o “meio ambiente” produza diferentes efeitos de sentido a partir das relações sociais/de classe (periferia/bairros centrais). É um bom exemplo para mostrar que o discurso jornalístico de meio ambiente, nesse gesto de atualizar a memória dos dizeres sobre a natureza, pode, ao evitar clichês e frases feitas, contribuir para trazer à tona os conflitos e construir novos sentidos e práticas na relação entre sociedade e natureza.

3.4 REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO JORNALÍSTICO DE MEIO AMBIENTE

Buscamos ORLANDI (2001) para lembrar que as palavras são o que dizem e o que não dizem, e o sujeito, ao mobilizá-las no discurso, filia-se a redes de sentidos socio-historicamente determinados. Com essa dissertação, o intuito foi mostrar que, no caso do discurso jornalístico de meio ambiente, os sentidos são também atravessados por determinações espaciais, que podemos vislumbrar a partir da categoria geográfica de formação socioespacial, a qual, segundo PEREIRA (1997:4), é uma perspectiva que

(...) considera no estudo da realidade a relação dialética entre elementos naturais e humanos e coloca as relações entre esses elementos em múltiplas escalas (mundial, nacional, regional, local), o que permite compreender que uma determinada realidade local tem sua explicação num universo mais amplo.

Essa afirmação parece-nos adequada para sintetizar a reflexão sobre os motivos pelos quais os sentidos do desenvolvimento sustentável filiam-se a determinadas formações discursivas, e não a outras, no conjunto de textos analisados neste capítulo. No caso do JB Ecológico, um primeiro dado que deve ser ressaltado é que o discurso é formulado em Belo Horizonte, onde é produzido o suplemento, e circula a partir do Rio de Janeiro, onde está a sede do Jornal do Brasil. As duas capitais estão localizadas na Região Concentrada, definição de SANTOS & SILVEIRA (2002) para denominar as regiões do país (Sudeste e Sul), onde mais se concentram os dados da ciência, da técnica e da informação. A relação entre sociedade e natureza no Brasil, portanto, é interpretada do ponto de vista de quem fala a partir do principal pólo irradiador da tecnociência, da informação e, conseqüentemente, do discurso.

Notamos que, no discurso do suplemento, se revelam peculiaridades da formação social desse espaço geográfico. No período colonial e imperial, a grande propriedade rural e a monocultura foram características marcantes no Sudeste, onde, no século 18, instala-se também a mineração. Essas atividades econômicas, fortemente concentradas na faixa litorânea, vão deixando suas marcas no meio geográfico, atravessando um período histórico que, nas primeiras décadas do século 20, com a industrialização do país, é marcado pelo discurso e pelas práticas do desenvolvimento. Já a partir da década de 70 do século 20, sob a égide da ONU, as implicações do desenvolvimento começam a ser questionadas, e coloca-se, historicamente, a necessidade de um desenvolvimento “sustentável”.

É dentro desse contexto que interpretamos o discurso jornalístico do JB Ecológico sobre a mineração, as áreas de preservação permanente (unidades de conservação) e a contaminação da água. Acreditamos que temas como esses se façam tão presentes no suplemento justamente porque os efeitos da extração mineral e do desmatamento estão ali espacialmente colocados, são o resultado de um processo histórico e trazem conseqüências que o jornalismo toma como fatos (a poluição, o desmatamento).

Em Belo Horizonte, como vimos, a mineradora que, no passado, foi alvo de críticas da população da capital, agora tem o apoio do governo estadual e das ONGs para encontrar uma nova forma de lucrar e, além disso, fazer “marketing

ecológico”. Nos enunciados 31, 32 e 33 (página 102), foi possível verificar como, para reflorestar as áreas desmatadas, buscaram-se soluções permitidas por acordos internacionais como o Protocolo de Kyoto. Uma delas é denominada “seqüestro” de carbono⁶⁴. Através do plantio de espécies exóticas, as grandes corporações lucram quando plantam e quando cortam. A grande empresa da capital mineira, assim, liga o seu próprio interesse aos interesses de uma empresa holandesa e outra japonesa, mediada pelo discurso globalizado da ecologia.

Trata-se de uma mostra de como a relação entre o mundial, o nacional, o regional e o local vai se construindo no discurso jornalístico de meio ambiente. Essa relação também fica insinuada no conjunto de enunciados sobre a rodovia que atravessa a Serra do Mar. Pela análise que fizemos, uma dentre outras possíveis, o uso daquele espaço geográfico é negado às populações pobres. Esse uso, porém, é permitido à empresa que, através de mediações técnicas guiadas pelo poder financeiro, constrói uma rodovia que é considerada “ambientalmente correta” e “protege a natureza”. No discurso, a Serra do Mar é elevada à condição de patrimônio da humanidade sem que, no presente histórico, possa ser considerada também como patrimônio por uma parte da comunidade local. Assim, através da mediação do discurso globalizado da ecologia, o que pode gerar lucro acaba por se tornar mundial antes de ter sido sequer local.

Já a relação com outras formas de ocupação do espaço geográfico feitas no passado é exemplar em um texto, que analisamos abaixo, sobre o turismo rural no vale fluminense do Rio Paraíba do Sul, onde, no século 19, o plantio do café experimentou o seu apogeu. Ao relembrar o período histórico, o sujeito-jornalista comenta que esse “... foi, de verdade, o Brasil de um tempo áureo” (*JB Ecológico*, 26/05/2002, p.36). Observamos que agora esse espaço geográfico atravessa um processo de revalorização, mas por causa de um outro uso. Não é mais o café que permite o lucro, mas sim o turismo rural:

⁶⁴ “Seqüestro” de carbono é o nome que especialistas e a mídia usam para designar o processo pelo qual as árvores absorvem gás carbônico para o seu desenvolvimento. Através do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, a idéia é estimular o plantio de jovens árvores para que elas “seqüestrem” carbono e, assim, limpem a atmosfera.

Imagine um “quintal” verde, equivalente a dois campos de futebol. Só que sem traves e cercado por senzalas por quase todos os lados. E dentro dele só uma piscina. Uma fogueira acesa. E um céu rural e invejoso, fazendo a via láctea brilhar o mais que pode sobre as nossas cabeças (JB Ecológico, 26/05/2002, p.36).

Nesse enunciado, perde-se a ligação com a memória do desmatamento relacionada ao plantio do café. Permanece, principalmente, a relação com o que ali restou do conjunto de relações sociais e do patrimônio arquitetônico. Isso fica evidenciado quando o sujeito-jornalista descreve o perfil de quem aprecia o turismo rural a partir da entrevista feita com o proprietário de um sítio:

Pessoas, segundo ele, que preferem descansar bucolicamente e, ao mesmo tempo, terem a oportunidade de mostrar para os seus filhos nascidos na cidade, como é a vida mais próxima da natureza (...) a vida, enfim, mais simples e sábia que nossos antepassados experimentavam (JB Ecológico, 26/05/2002, p.36).

Percebe-se, nesse movimento de filiar os sentidos da natureza a uma determinada memória, e não outra, uma relação estreita com aquela formação socioespacial. No caso citado, as antigas fazendas de café podem ser vistas conceitualmente como *rugosidades*, lembranças de um passado que, nesse discurso específico, teve silenciada a memória do desmatamento⁶⁵.

Essa memória, porém, atravessa os sentidos de outros textos analisados, como os que tratam das unidades de conservação, no caso a do Parque Nacional do Descobrimento, no sul da Bahia, e a Reserva de Linhares, no Espírito Santo. Lembramos que, nesses dois estados, a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento na década de 1970, foram implantados pólos madeireiros, com estímulo do poder público, que deram continuidade ao desmatamento praticado nos séculos anteriores e aos conflitos agrários. Ocorre que, na relação que estabelece com as peculiaridades desse espaço geográfico, o discurso do JB Ecológico produz sentidos não a partir do que foi desmatado, e sim a partir do que sobrou e que, na atualidade, é palco de disputa por diferentes atores sociais.

E nesse gesto de ir atualizando o interdiscurso sobre a chamada questão ambiental, o suplemento, pelo que percebemos, não expressa apenas as peculiaridades do espaço geográfico onde produz seu discurso. Ele também tem

⁶⁵ *Rugosidades*, segundo SANTOS (1997:113), são o “... que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

seus textos atravessados pelos sentidos do que SANTOS & SILVEIRA (2002:21) consideram a expressão geográfica da globalização, o meio técnico-científico-informacional. Isso fica evidente nos textos mencionados e em outros que tratam das unidades de conservação.

Recordamos que, nas décadas de 1970 e 1980, quando o poder público intensificou a criação de áreas protegidas no país, o debate então se polarizava em torno da preservação versus uso “racional” da floresta. Reproduzia-se a lógica que impregnou a discussão nos Estados Unidos, no sentido de que as grandes extensões de natureza “intocada” deveriam assim permanecer por causa de seu valor intrínseco, por sua beleza, independentemente dos usos humanos.

A partir do final da década de 80, porém, esse debate assume outros contornos. Com a consolidação das leis ambientais e a possibilidade historicamente construída da biotecnologia, a criação das unidades de conservação começa a se pautar por critérios técnicos e científicos. A natureza, então, passa a ser considerada em sua biodiversidade, como fonte de recursos e serviços ambientais (preservação dos mananciais, “seqüestro” de carbono), além de potencialmente aproveitável para usos turísticos, desde o parque urbano até o mais remoto rincão amazônico.

O JB traz para os seus textos essa mudança nos usos da natureza. Num olhar sem maior compromisso, um olhar-leitor, o discurso da preservação ainda aparece como sendo o dominante. Mas basta aprofundar o olhar, através dos métodos oferecidos pela análise de discurso, para perceber que os efeitos de sentidos produzidos caminham em direção oposta. Isso fica evidente nos textos sobre o Parque Estadual do Rio Doce, em Belo Horizonte, e a Reserva de Linhares. Nos dois, é a lógica técnico-empresarial que assume o comando das ações, que gerencia, que define os novos usos. O sujeito trazido para o discurso é o sujeito-empresário, que antes foi responsável pelo desmatamento e, agora, tem suas próprias soluções para dar conta do que restou e, às vezes, com a parceira das antes combativas ONGs. A natureza vale pelo que rende. Preservar por preservar é coisa do passado. E não é de pouca importância investigar até que ponto esses discursos gerados no Sudeste produzem seus efeitos nas outras regiões, visto que a mídia noticia tais modelos de gestão como os que devem servir de exemplo para todo o país, homogeneizando as soluções adotadas.

O caso da Amazônia, nesse sentido, é ilustrativo, especialmente no texto que analisamos sobre a construção de uma usina hidrelétrica no meio do Parque Nacional do Xingu, apresentada a partir do discurso de um grupo de empresários e investidores reunidos em São Paulo. É sintomático que o destino da maior selva tropical do planeta seja decidido na maior metrópole sul-americana, a partir de interesses dos que representam a economia global... As contribuições dos atores locais, nesses textos, são silenciadas, e eles ficam numa condição passiva no discurso, podendo ser relocados e transformados em força de trabalho. Quando aparecem, como no caso do enunciado sobre o sucesso do couro vegetal desenvolvido a partir do extrativismo comunitário, não temos acesso direto ao discurso. Falam os sujeitos que funcionam na condição de parceiros para levar o produto da selva para as metrópoles, onde eles são vendidos. Nesses textos, as peculiaridades da formação socioespacial amazônica deixam os seus vestígios, evocando o início da exploração da borracha, a dizimação dos índios, a ocupação agrícola e pecuária, a discussão sobre as diversas opções para o desenvolvimento na região. Só que o discurso está insistentemente atravessado pelos mesmos sentidos, não abrindo pontos de fuga, não permitindo que atores que não os hegemônicos produzam os seus próprios gestos de interpretação sobre a floresta e o modo como vivem e se relacionam com ela. São discursos sobre a Amazônia geralmente formulados fora dela. A relação é diferente quando essa formulação se dá a partir dos discursos locais, como vimos na matéria da Folha de São Paulo sobre os índios gaviões parkatejês e sua reserva.

A exemplo do que acontece no JB Ecológico, percebemos, no AN Verde, que uma parte dos enunciados escolhidos para análise também reflete uma determinada memória construída sobre as diferentes formações socioespaciais catarinenses. É importante, ressaltar, porém, alguns aspectos que se relacionam com as condições de produção dos dois jornais e que atravessam o processo discursivo que os caracteriza. O JB Ecológico se apresenta como mais um entre outros suplementos temáticos do Jornal do Brasil, agregando ao veículo mais um diferencial em relação aos concorrentes, o de ser o único com uma revista dedicada à questão ambiental. Para a equipe que o produz, em Belo Horizonte, o suplemento tem ainda um diferencial a mais, sendo considerado um formador de opinião e um instrumento de educação ambiental.

O caso do AN Verde é diferente. O suplemento, em nossa avaliação, representa o produto jornalístico dentro de um produto maior da empresa A Notícia: a Política de Gestão Ambiental e a certificação ISO 14001. O AN Verde vem então legitimar, na função de jornal, uma postura empresarial de A Notícia, na condição de integrante da lista das empresas brasileiras que possuem a certificação ambiental. Como se diz no jargão empresarial, o “foco” não é o suplemento, e sim a Política de Gestão Ambiental. Talvez esse fato explique o motivo pelo qual o AN Verde até hoje não tenha periodicidade, contrariando uma política jornalística de manter o leitor fiel através da regularidade (dias da semana ou do mês) na circulação de diferentes cadernos. Lembramos que o suplemento joinvilense circula em datas como o dia mundial do meio ambiente, da água, da árvore, o que, de certa forma, traz para a pauta sempre os mesmos assuntos. Já o JB Ecológico é mensal.

Outro fator que determina as condições de produção e o discurso do AN Verde relaciona-se com a formação socioespacial da região industrial alemã, onde está Joinville. No capítulo 1, mostramos como a estrutura agrária baseada na pequena propriedade marcou a formação socioespacial catarinense. No caso específico da região industrial alemã, se sobressai, desde a chegada dos primeiros imigrantes, a pequena produção mercantil germânica, que deu a base para os primórdios da industrialização. Essa peculiaridade regional produz um discurso fortemente ancorado na “ideologia do trabalho” e no “espírito empreendedor” do empresariado local, discurso ao qual A Notícia se filia ao enfatizar o pioneirismo de sua certificação ambiental. O primeiro suplemento AN Verde (17/07/1999, p.1) se propõe justamente a apresentar *“experiências de empresas que estão se adequando aos novos tempos de preservação ambiental”*.

De fato, é notável a filiação de parte dos textos analisados à formação discursiva empresarial, em que apenas soluções técnicas perpassam a relação entre a natureza e as conseqüências do processo produtivo. Essas técnicas são avalizadas pela legislação ambiental que, a partir dos anos 80 do século passado, incorporou princípios baseados em fórmulas como a do poluidor-pagador. Não é à toa que muitos enunciados analisados se referem ao tratamento de efluentes industriais.

Lembramos, com MAMIGONIAN (2003), que outras duas regiões que expressam as peculiaridades da formação socioespacial catarinense, além da região industrial alemã, são a do Oeste agro-industrial e a região carbonífera-cerâmica do Sul. Nas três, a relação entre sociedade e natureza foi assumindo diferentes feições que aparecem no AN Verde. São comuns, no suplemento, matérias sobre desmatamento/reflorestamento no Norte do estado. Também aparecem textos sobre a poluição da água, provocada tanto pela mineração quanto pelos efluentes industriais.

Essa relação que se estabelece entre o discurso e o espaço, no AN Verde, em alguns textos é diferente daquela exposta pelo JB Ecológico. Notamos, em certos enunciados, que no discurso do suplemento joinvilense se silencia quase que completamente a relação entre o texto e o local onde ele foi produzido. Há casos em que nem mesmo o nome do município é informado (enunciado 7, página 117), mas mesmo naquele exemplo o espaço deixa seus vestígios quando o sujeito-jornalista informa o nome completo da empresa, Sadia **Concórdia** S/A Indústria e Comércio, remetendo assim o leitor ao interdiscurso de que ele dispõe sobre o município. A matéria jornalística, porém, não cumpre seu papel de contextualizar o tema sobre o qual trata. O leitor fica informado sobre o que a empresa investiu em capacitação tecnológica e pesquisa, mas não sobre as implicações da produção de suínos e aves no Oeste do Estado (a relação com os produtores integrados, a contaminação da água). O texto se singulariza ao extremo (o tratamento de efluentes na empresa), sem nada acrescentar sobre o contexto particular e universal da formação socioespacial onde se produziu o discurso.

Creditamos essa característica ao fato de os textos dificilmente trazerem para o discurso os atores locais que não estejam, como já vimos, ligados às instâncias da ciência, tecnologia e administração. O caso da mineração na região carbonífera-cerâmica é exemplar. Falam, no discurso, prefeitos, engenheiros, empresários. São silenciados, porém, os trabalhadores das minas, suas famílias, os representantes sindicais não-patronais. Isso faz com que os efeitos de sentido, mesmo que as palavras mudem, acabem por estacionar sempre nos mesmos lugares. Essa movimentação circular é igualmente presente nos textos que falam, a partir de Joinville, sobre outras formações socioespaciais, como a Amazônia.

Nesses casos, a construção da matéria a partir de clichês do movimento ambientalista ou do discurso da ciência não produz uma leitura do real que possa remexer os sentidos, fazer diferença para que o leitor catarinense conheça e se posicione sobre os temas da atualidade. A informação não o remete nem para a realidade da Amazônia, nem para a de Santa Catarina e nem de Joinville.

Do ponto de vista discursivo, trazemos para a nossa reflexão a crítica de ORLANDI (2001:158) ao mau uso que os jornalistas fazem quando deslocam a linguagem da ciência para o discurso de divulgação científica, ficando com o que lhe é mais periférico, os termos:

O que se perde é o lugar próprio de significação do jornalismo científico. O que o leitor de ciência precisa não é do lugar do cientista mas de poder se relacionar com esse lugar. Poder ser crítico no processo de produção da ciência, já que a sociedade capitalista é definida pela sua capacidade de produzir ciência. Ele precisa ousar interpretar. No Estado capitalista, o poder administrativo se articula ao poder-saber, em outras palavras, à distribuição e circulação do saber enquanto uma forma de poder distribuído na sociedade e na história. (...) E se assim for, trabalhando o processo de exterioridade da ciência, e não se submetendo apenas aos efeitos de seu produto, no mito da informação e da transmissão de conhecimento, o jornalismo científico habilita o sujeito a produzir um gesto de interpretação, um movimento da ciência, de socialização do conhecimento que, pela forma como se constitui, passa a ter um lugar (mais) real no social.

Acreditamos que a avaliação da autora vai ao encontro do pensamento de GENRO (1987), para quem o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular, tendo o particular e o universal como o “horizonte” de construção do texto. Insistir, como também faz o chamado jornalismo ambiental, nesses discursos universais da ciência, é mobilizar sentidos que nada dizem sobre quem, a partir do lugar (do singular), busca resistir aos discursos e práticas hegemônicas que expressam os interesses globais. E para esses interesses, como vimos, tudo é mercadoria, inclusive a natureza. GENRO (p.220) sintetiza bem essa relação entre o jornalismo e discurso:

As influências que os fatos mais distantes exercem entre a vida dos indivíduos de todo o planeta não esperam, nem deveriam esperar, interpretações “técnicas”, ou “científicas” oficiais ou autorizadas. Na maioria dos casos, elas são quase instantâneas. Por isso, os indivíduos precisam viver tais fenômenos como algo pessoal, pela feição indeterminada e inovadora do singular, como realidade que

está se desenrolando, se auto-produzindo e que não apresenta um sentido fechado e nitidamente delimitado.

Com o intuito de enriquecer essa reflexão de um modo que aponte para outros caminhos, para diferentes formas de apreensão da realidade, incluímos na análise um conjunto de enunciados extraídos de textos do jornalista Marcos Faerman. Esses textos foram produzidos para diferentes jornais e posteriormente reunidos em uma coletânea. Já um dado fundamental é que Faerman escreveu antes da década de 1990, que marcou, no Brasil, o surgimento do que se convencionou chamar jornalismo ambiental. Ele não fez, portanto, jornalismo ambiental. Fez, simplesmente, jornalismo. Outro dado importante é que encontramos, em suas matérias, a apreensão de uma realidade brasileira marcada pelas primeiras consequências dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. É possível, dessa forma, estabelecer uma comparação entre duas pontas do discurso: o de Faerman, pré-Rio 92, e os de outros jornalistas que, depois da conferência, têm produzido o discurso jornalístico de meio ambiente.

Um dos textos que escolhemos fala sobre as áreas alagadas de Tainheiros, na Bahia, onde uma fábrica despeja no mar o mercúrio que produz:

*O barquinho **Querida** avança na água de Tainheiros. Na popa, o velho Manuel, na proa o filho. “A cidade é um presépio, vista de longe”, proseia o pescador. “A água é que tá suja, esta fábrica aí”. Alagados passando: casebres pendurados sobre o mar, roupa estendida, criança nadando, criança olhando, velha resmungando, gaiola de passarinho, redes, meninos pescando. “Ouvi falar que o marisco tá envenenado, filho?” “O que, pai?” “O marisco, veneno vindo ali da fábrica”. O menino ouviu falar no rádio. No Japão, uma fábrica parecida com esta envenenou os pescadores. Minimata, Minimoto, Mini não sabe o quê. A fábrica está lá, sobre os Alagados, grande e cinza.*

(...)

Este é o lugar em que o mar e o barro encontram-se com casas feitas em três, quatro dias, onde o bicho e a gente disputam o resto das feiras. Meses atrás, quando o lixo era despejado nesta terra, os vizinhos reuniam uns trocados para subornar o motorista do caminhão da Prefeitura. Queriam o lixo na rua deles.

(...)

Nos Alagados, conseguir a comida não é único problema. É preciso brigar por ela. Principalmente contra os ratos. “Os ratos tem mais direitos do que nós, senhor repórter”, escreve uma moça para mim, enquanto conversava com o pastor, na Igreja Universal Volta de Cristo, que é uma carpintaria.

Detritos que caem nas águas onde as crianças vão se banhar, brincar, apanhar marisco; (...)

- Esta fumaça não é de Deus – diz o pastor. A fumaça vem do diabo. O povo está com a cara amarela. O marisco está doente. Deus só faz maravilhas. Deus não faria uma coisa dessas.

... A uns 20 minutos dali, na sede da CQR, Companhia Química do Recôncavo, um dos seus diretores diz que houve exagero nesta história do mercúrio (FAERMAN, 1979, p.59-67 – com grifo no original).

Outra matéria, também sobre a Bahia, fala da seca:

Para onde vai o senhor? Para Irecê? Irecê não existe mais. Irecê acabou.

Foi o que ouvi de um caboclo magro, chapéu de palha caído nos olhos, malinha na mão, numa tarde quente, nenhuma nuvem no céu.

Estávamos perto de Irecê, Bahia, na estrada de asfalto que vem de Feira de Santana. A cada quilômetro, no sentido de Irecê, o calor aumentava, as nuvens diminuía, ralas no céu, inexistentes.

Pertinho de Irecê, um grupo de homens conversava, e um deles dizia, para a incredulidade dos outros, naquela noite... ele tinha visto “relâmpagos no céu!”

- No horizonte?

- É, no horizonte; uns relâmpagos, pensei em chuva.

- Chuva... – disse o outro.

- Jesus, tem hora que penso que **nunca mais** vai chover.

Um caboclo olhou para o outro e disse:

- Olha os pássaros.

Estavam voando para longe de Irecê (FAERMAN, 1979, p.69-84 – com grifo no original).

Percebemos, nessas matérias, uma forma de apreensão da realidade completamente diferente da que caracteriza os textos já analisados. Não há uso de jargões, terminologia técnica e científica, paráfrases para suavizar as conseqüências do desenvolvimento. No primeiro texto, quem interpreta a relação com o espaço geográfico não são as “autoridades”, os cientistas, as ONGs. São homens e mulheres doentes num lugar doente, cuja interpretação está aberta para que o leitor tire suas próprias conclusões. O mesmo acontece no segundo enunciado, onde a rede de sentidos igualmente fica aberta: que lugar será esse de onde até os pássaros fogem?

WILLER, ao prefaciar o livro de FAERMAN, desvenda a estrutura desses textos: “O verdadeiramente inquietante, para Faerman, não é o que ele está relatando, porém o restante, o não-dito, o escamoteado e o indizível” (p.15). Percebemos que, em FAERMAN, o processo de produção da linguagem se dá mais pela criatividade do que pela produtividade, mais pela polissemia do que pela paráfrase, cuja diferença relembramos em ORLANDI (2001b:36)

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Assim, o não-dito, nos textos de Faerman, não funciona para silenciar, e sim para expor o olhar do leitor à realidade. Encontramos, também na autora, uma discussão importante para fazer uma crítica ao chamado jornalismo ambiental. Vimos como, na relação que estabelece com o meio geográfico, o sujeito-jornalista constantemente mobiliza uma extensa rede de paráfrases para nomear o desenvolvimento sustentável nesse ou naquele lugar, nessa ou naquela empresa. Essa rede de paráfrases é atravessada por sentidos que muitas vezes mobilizam a necessidade de uma consciência/educação ambiental junto à população, o que pressupõe a não-educação ambiental. E aí fomentam-se iniciativas como o plantio de árvores, a coleta seletiva ou a reciclagem de lixo, importantes, é claro, mas também muito convenientes para as empresas.

Esse movimento de nomear, politicamente correto, costuma se dirigir ao indivíduo ou a um grupo de indivíduos, silenciando a relação fundamental que, no mundo capitalista, o indivíduo tem com o Estado e com as corporações. ORLANDI (2001:170), ao fazer a crítica ao modo como os “povos” têm aparecido nos discursos ecológicos, observa que o politicamente correto em geral esconde o politicamente explícito, que é o fato de ser “... a nossa crua existência definida por relações não apenas sociais mas de violência econômica de toda a espécie”.

GOMES (2003:487-8), ao discutir, a partir da obra de Milton Santos, o que representa o conceito de lugar para a geografia, oferece uma definição que se relaciona com a de ORLANDI e encerra nossas reflexões:

Para compreender o mundo, a falácia da globalização, as desigualdades, os diversos usos dos territórios, é preciso ter claro o que são as especificidades dos lugares, suas diversas densidades e solidariedades. O lugar conforma e permite a concretização e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho, e também a especialização profunda dos lugares para atender a exigências de produção e circulação do modo de produção capitalista. Milton Santos nos esclarece sobre esse momento histórico em que a divisão do trabalho se dá nos lugares e estes oferecem as possibilidades dessa compartimentação. E não se deve esquecer que a singularidade está intrinsecamente associada, hoje, a essa compartimentação dos lugares.

Entendemos que a chamada questão ambiental está embutida no modo de produção capitalista como ele se apresenta no atual período histórico. Para compreendê-la e interpretá-la em seus textos, e permitir que o leitor também o faça, o jornalismo não deve insistir nesses gestos de interpretação que querem formar uma consciência ambiental a partir de discursos globais. O que é necessário e urgente está expresso em outro modo de apreensão da realidade. O jornalismo precisa formar uma consciência **crítica**, buscando, na singularidade dos **lugares**, nas particularidades do espaço geográfico, a singularidade da narrativa e das experiências humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação exigiu a articulação de diferentes áreas de conhecimento: geografia, jornalismo e análise de discurso. As três permitiram que se estabelecesse a questão: como o jornalismo compreende/interpreta o espaço geográfico? Dentre as múltiplas possibilidades de apreender o objeto da pesquisa, a que se apresentou como a mais oportuna foi discutir o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse recorte temático nos remete para o período histórico em que se começa a questionar o paradigma do desenvolvimento, que passa, então, a carregar o qualificativo “sustentável” e expressar a crença na possibilidade de uma outra relação entre sociedade e natureza.

A partir da década de 1980, essa crença tomou corpo no movimento ambientalista, que via, nos princípios que carregava, uma alternativa ao modo de produção capitalista. Em 1987, o Relatório Brundtland, publicado com o nome “Nosso Futuro Comum”, lançou as bases sobre as quais o conceito de desenvolvimento sustentável se erigiu, definido-o como o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991:9). Essa foi uma das perspectivas que direcionou as discussões da Rio-92. Já nos primeiros anos da década de 90, porém, ficou visível que, além de expressar predominantemente os interesses dos países desenvolvidos, o conceito produzia diferentes efeitos de sentido no discurso dos diversos segmentos sociais, caracterizando a politização do discurso sobre a natureza.

Do ponto de vista jornalístico, partimos do pressuposto de que os conflitos assim estabelecidos seriam expressos pela mídia. Vimos como, especialmente a partir da realização da Rio-92, grupos de jornalistas desencadearam uma discussão para definir bases teóricas e práticas do chamado jornalismo ambiental ou “imprensa verde”. Tal discussão agregou, entre outros, aspectos financeiros (como sustentar essas mídias), profissionais (a necessidade ou não de especialização na área) e de finalidade (como o jornalismo ambiental poderia “educar” e conscientizar o leitor). Atualmente, esses debates expressam a convicção de que o jornalismo assim segmentado teria diferenças em relação ao

jornalismo em geral, por questionar mais profundamente o modo de produção capitalista e ter uma proposta “revolucionária” e subversiva” (cfe. p. 65).

Tendo em vista essa pretensão, buscamos investigar os sentidos do desenvolvimento sustentável no discurso jornalístico de meio ambiente. O pressuposto fundamental baseou-se no fato de que o discurso e as práticas inspiradas pelo desenvolvimento sustentável só podem ser analisadas se levarem em conta a formação social e espacial nas quais imprimem suas marcas. Dessa forma, a pesquisa se direcionou no sentido de investigar como a mídia trabalha com múltiplas escalas (mundial, nacional, regional, local) e como expressa as peculiaridades do espaço geográfico onde produz o seu discurso.

Encontramos, na geografia, a área de conhecimento mais adequada para dar respostas a tais indagações. A análise foi estruturada a partir do conceito de formação socioespacial e, também, do entendimento do meio atual como um meio técnico-científico-informacional. Acreditamos que a escolha foi duplamente acertada. Primeiro, porque permitiu, com o conceito proposto por SANTOS, deixar à mostra a relação que o discurso jornalístico tem com a formação socioespacial onde é formulado. Segundo, porque, trazendo para a análise as considerações sobre o meio técnico-científico-informacional, pudemos igualmente tornar visíveis os vestígios que os ditames da globalização deixam nesse discurso. Para isso, foram utilizados métodos e procedimentos da análise de discurso, que se revelaram extremamente ricos para estabelecer as relações necessárias.

Inicialmente, vamos fazer algumas considerações gerais sobre os efeitos de sentido que o conceito de desenvolvimento sustentável vem produzindo no discurso jornalístico de meio ambiente. Foram analisados dois veículos de comunicação, escolhidos por razões apresentadas no início do capítulo 3. Há outros, certamente, e outras possibilidades de análise. Mas lembramos, com ORLANDI (2001:131), a significação da palavra discurso: que segue seu curso. O que capturamos foi um determinado recorte de todo um processo discursivo que se estende antes e depois de nosso próprio objeto de análise. A análise de discurso nos mostra que o texto, como objeto empírico, tem começo, meio e fim, mas, como objeto teórico, ele não é um produto acabado. Quando considerado na perspectiva da análise de discurso, “... *lhe devolvemos sua incompletude, pois o referimos a suas condições de produção*” (ORLANDI, 1987:229). Por isso todo o

discurso é incompleto, tendo necessariamente relação com outros discursos, que já foram ou ainda estão por serem formulados. E para investigar os efeitos de sentidos produzidos, é necessário levar em conta as condições de produção do discurso (quem fala, para quem fala, e o contexto histórico-social a partir do qual se fala).

Nesse sentido, uma diferença fundamental que marcou nossa análise foi o fato de, nesse contexto histórico-social, incluirmos também o espacial. Reajustamos o conceito usual de condições de produção para trazer, para dentro da análise, o espaço. É necessário investigar mais detidamente se esse pressuposto é aplicável em outros discursos, mas já encontramos vestígios do interesse por ele em análises feitas por pesquisadores da lingüística, conforme foi mostrado na introdução da pesquisa. Parece-nos claro, porém, que as considerações sobre o espaço são tão fundamentais quanto enriquecedoras para se analisar o discurso jornalístico de meio ambiente. Podemos afirmar, a partir de nossa pesquisa, que o discurso em geral sobre a natureza é, fundamentalmente, um discurso político, de poder, construído também a partir do espaço.

Com relação à análise dos suplementos JB Ecológico e AN Verde, um primeiro dado que deve ser ressaltado é a imensa família parafrástica que vai se formando para nomear o desenvolvimento sustentável. Esse processo de nomear funciona de dois modos. No primeiro, diferentes palavras, no discurso, produzem o mesmo efeito de sentido. No segundo, as mesmas palavras acabam por produzir efeitos de sentidos diferentes, por se filiarem à diferentes formações discursivas. Com raras exceções, as formações discursivas, que são “regionalizações” do interdiscurso (a memória de todos os dizeres, em nosso caso sobre a questão ambiental) refletem os interesses empresariais e de forma estratificada: os da indústria, do turismo, do comércio, da agricultura. Essas formações discursivas empresariais produzem seus efeitos até mesmo quando o sujeito-jornalista se propõe a formular um discurso sobre a preservação (intocabilidade) da natureza. Ressaltamos que perceber essa movimentação de sentidos só é possível porque a análise de discurso vê a exterioridade como constitutiva do texto, ao contrário da análise de conteúdo, que procura, num documento, os conteúdos para confirmar uma determinada realidade, já definida

de antemão. Para a AD, as palavras não têm significado em si, mas no discurso, relacionadas às suas condições de produção.

Com base nisso, é possível afirmar que a maioria dos textos analisados, por pertencer à mesma formação discursiva, estabelece a mesma relação com a ideologia. Neles, os efeitos de sentido que o desenvolvimento sustentável produz remetem ao período histórico que vivemos, no qual a natureza é, acima de tudo, mercadoria. Isso contraria o propósito do chamado jornalismo ambiental, que busca justamente acolher, em sua apreensão da realidade, uma outra forma de relação entre sociedade e natureza. Nesse sentido, concordamos com SILVA (1997:145):

*Pelo mecanismo lingüístico da adjetivação, esse paradigma [o desenvolvimento sustentável] representa as práticas econômicas dentro de uma determinada legalidade ambiental: o próprio desenvolvimento **sustentável**, a exploração **racional**, a agricultura **sustentável**, o turismo **ecológico** etc. Essa adjetivação isenta a discussão das práticas, na medida em que representa uma relativização dos sentidos dessas mesmas práticas, que já estariam então “dados” pelo próprio funcionamento da sociedade. Assim, com base no conceito de desenvolvimento sustentável, as práticas econômicas podem ser apresentadas, elas mesmas, como produtos acabados dentro dessa legalidade ambiental.*

É importante dizer, porém, que, para a análise de discurso, o sujeito não tem o controle do que diz. Quando ele textualiza o seu discurso, tem, pelo efeito da ideologia (aqui entendida na ótica da AD), a ilusão de que o sentido nasce ali, com ele, como se não tivesse história. Esse, observa ORLANDI (1996^a:72), “... é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que o sujeito estabeleça sua posição, o lugar de seu dizer possível”.

Quando lembramos que a objetividade rege a atual forma histórica de sociedade, o que também se reflete no jornalismo, podemos enriquecer a nossa reflexão. É que o sujeito-jornalista, ao produzir o seu discurso, é capturado por duas ilusões: a de que detém os sentidos da palavra e a de que pode/deve ser objetivo. No caso estudado, o resultado é que ele acaba por deixar que seu próprio discurso caia nas mesmas armadilhas que denuncia nos discursos alheios.

Essa afirmação pode ser interpretada a partir da análise de como os textos selecionados se relacionam com o espaço geográfico. Verificamos que, de uma

forma ou de outra, diferentes formações socioespaciais deixam vestígios no discurso, tanto no caso do JB Ecológico quanto no do AN Verde. Esse vestígios, capturados enquanto manifestações concretas da relação entre sociedade e cultura (desmatamento, poluição), ficam expressos nas matérias jornalísticas. Eles são, porém, interpretados a partir da ótica dos atores hegemônicos (empresários, representantes do poder público), sobrando pouca ou nenhuma possibilidade para que outros atores sociais produzam suas próprias interpretações sobre os conflitos que se estabelecem no espaço geográfico.

Acrescente-se a isso o fato de que, em determinados textos, até mesmo os atores hegemônicos não são trazidos para o discurso. Nesses casos, funciona o mecanismo de apagamento, quando o sujeito-jornalista incorpora a voz de suas fontes de informação. As matérias estruturadas exclusivamente sobre informações de documentos oficiais são exemplos desse processo. Nelas, as fontes são os documentos, não os sujeitos, revelando o quanto o discurso jornalístico de meio ambiente recorre aos arquivos, conceito da análise de discurso que nomeia os documentos legais disponíveis sobre um determinado assunto e que também vão direcionando os gestos de interpretação, como é o caso da legislação. Isso acarreta duas conseqüências. A primeira é que o jornalista deixa que sua função social se perca, passando a assumir também a posição de especialista, até de cientista. A segunda é que tais documentos, em sua maioria produzidos em instâncias administrativas, geralmente expressam os discursos globais da ecologia. Acolhê-los acriticamente no discurso significa reproduzir os sentidos dessa formação discursiva ecológica globalizada. Significa, ainda, partilhar da crença de que as soluções para os dilemas do desenvolvimento possam ser homogêneas, independentemente da formação socioespacial onde se produziram e onde vão ser reproduzidas.

Aqui, mais uma vez, se comprova a pertinência das categorias geográficas que utilizamos na análise. Mesmo se sujeito-jornalista usa constantemente as mesmas palavras, ele pode produzir novos sentidos se trazer, para o texto, os atores sociais que expressam, através de seus próprios discursos e experiências, as peculiaridades de um espaço geográfico. Nesse sentido, podemos acolher aqui a crítica de ORLANDI (1996:45) feita a uma série de materiais, por ela analisados, sobre educação ambiental:

Na forma discursiva, isto aparece em uma fala que retorna ao já-dito (...) e que imobiliza, acenando com a catástrofe pela denegação (não deixe que o homem destrua...), fazendo com que o sentido funcione pela evidência (efeito do já-dito). É preciso desarticular esse discurso, para que ele se abra, para que ele encontre um interlocutor mais real e mais variado. Abrir tanto em relação aos termos e conceitos já excessivamente cristalizados e em relação à estruturação do texto. Sair do esquematismo.

Acreditamos que essa abertura dos sentidos, no caso do jornalismo, está intimamente relacionada com a forma de apreensão da realidade. Por essa razão, buscamos a teoria de GENRO FILHO (1987), para quem o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular, em que o particular e o universal funcionam como horizonte para construção do texto. É esse movimento de singularização que o chamado jornalismo ambiental ainda não conseguiu fazer. A insistência na adoção dos discursos globais sobre a natureza, nos clichês já gastos pelo uso, impedem que se construa, no texto, uma ponte com o lugar, espaço de vivência, no dizer de SANTOS. O que o jornalismo em geral precisa fazer é buscar retratar as solidariedades que aí se formam, interpretando-as a partir das relações com as escalas mundial, nacional, regional.

A não-singularização na apreensão do fato funciona em conjunto com outra característica, a excessiva universalização. Isso é presente em textos que se estruturam a partir do discurso da ciência, elencando uma terminologia incompreensível para o leitor em geral. Nesses gestos de interpretação da chamada questão ambiental é que percebemos as marcas do meio técnico-científico-informacional. Os textos assim construídos deixam a impressão de que a tecnociência pode remediar o que se consideram as mazelas do desenvolvimento, sem que sejam discutidas as relações econômicas que se estruturam sob dominação.

Concluimos que o jornalismo ambiental, que se diz “revolucionário”, está, tanto quanto o jornalismo em geral, comprometido com o período histórico que o gerou. É de se ressaltar que o jornalismo ambiental firmou-se a partir dos anos 1990, quando também se concretizou a fase do processo histórico denominada globalização. Com base nisso, acreditamos que o jornalismo ambiental, mesmo sem querer, se globalizou antes de poder revolucionar, foi capturado, desde que nasceu, pelo discurso hegemônico. Mas certamente pode, como vimos, ser

diferente, abrir o discurso para novos sentidos, expressar o que pensam esses homens e mulheres que lutam, no lugar, para construir discursos e práticas que se contraponham às dos atores hegemônicos.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

AB´SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159p.

ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda de radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Blumenau/Florianópolis: EdiFurb/Editora da UFSC, 2000. 116p.

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 3 ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001. p. 17-26.

AUGUSTO, Françoase dos Santos. *A Reserva Extrativista do Pirajubaé: Análise Ambiental e Econômica*. 40 f. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geociências, Florianópolis, 2003.

BACCHETTA, Víctor. El periodismo ambiental. In: *Ciudadanía planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental*. Federación Internacional de Periodistas Ambientales y Fundación Friedrich Ebert. Uruguay: Artes Gráficas. 2000. p. 18-21.

BECKER, Bertha K. A Amazônia pós Eco-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Braziliense, 1993. p. 129-143.

BECKER, Bertha K. A Geopolítica na virada do milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de et alii. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 223p.

BOEIRA, Sérgio Luís. *Mídia e conhecimento: a questão ambiental*. *Vozes e Diálogo*. Itajaí: Univali, n. 3, abril de 1999.

_____. *Atrás da cortina de fumaça. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica*. 431 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, CFH, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2000.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. 96p.

BRÜGGER, Paula. *Uma leitura ambientalista da comunicação no Ocidente*. 1999. 285 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1999.

- CAMPOS, Nazareno José de. *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC Ed./EdUFSC, 1991. 168p.
- CARUSO, Mariléa Martins Leal. *O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. Florianópolis: UFSC, 1983.
- CHALMERS, A.F. *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário do brasileiro de bolso*. São Paulo: Siciliano, 1991. 295p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 2º ed.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et alii. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.
- COY, Martin. Frentes pioneiras perante a globalização. Dinâmica interna e reorganização do espaço social na Amazônia Brasileira. *GEOSUL*. Depto.de Geociências/CFH/UFSC. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. n. 25. p.7-35.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996. 167p.
- DUARTE, Gersusa Maria. O futuro do litoral de Santa Catarina. *GEOSUL*. Depto.de Geociências/CFH/UFSC. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. n. 6. p.39-52
- ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil – O Caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999. 263p.
- FAERMAN, Marcos. *Com as mãos sujas de sangue – Reportagens*. São Paulo: Global, 1979. 151p.
- FATMA. *Unidades de Conservação de Santa Catarina. Parques e Reservas Administradas pela FATMA*. Florianópolis, FATMA, 1994.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. *"Brasil 2002 – Plataforma Política – A Sustentabilidade que Queremos"*. Coordenação Nacional. 2002. 22 p.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê. 1987.

GOMES, Carin Carrer. Conhecer o lugar e transformar o mundo: o espaço geográfico como possibilidade. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (org). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas (SP): Territorial, 2003. p.483-494.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia*. Rio de Janeiro: Rocco, Socii, 1984. 160p.

_____. *Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Terra Livre-AGB, n. 11-12, ago.92/ago.93. p.9-76.

_____. Formação sócio-espacial e a questão ambiental no Brasil. In: BECKER, Berta K. et alii. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p.309-333.

GUIMARÃES, Eduardo. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In.: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento. Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001. Vol. 1. p. 13-20.

IBAMA. *Unidades de Conservação Federais de Santa Catarina*. Florianópolis, Ibama, 1998.

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos*. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000. 592p.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1990. 148p.

MACHADO, Ewerton Vieira. *Aspectos das conexões na relação Lugar-Mundo, na contemporaneidade de Florianópolis-SC*. (mimeo).

MACHADO, Ewerton Vieira. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. In.: RODRIGUES, Adyr Balastri (org.) *Turismo e ambiente. Reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 68-75.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre o processo da industrialização no Brasil. *Boletim do Departamento de Geografia*. Presidente Prudente, SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: 1969. n. 2. p.55-63.

_____. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. *GEOSUL*. Depto.de Geociências/CFH/UFSC. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987. n. 3. p.63-70.

_____. *Desenvolvimento econômico e questão ambiental*. In.: Anais da Semana de Geografia de Maringá, 1997. p. ...

_____. Teorias sobre a industrialização brasileira. *Cadernos Geográficos*. GCN/CFH/UFSC. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2000. n. 2. 49p.

_____. Indústria de Santa Catarina. In.: MAMIGONIAN, Armen (coord.). *Projeto integrado de pesquisa: Santa Catarina – sociedade e natureza*. Relatório final de pesquisa. Florianópolis, 2003. p.30-55.

MARIANI, Bethania. Questões sobre a Solidariedade. In.: *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Eni P. Orlandi (org.). Campinas, SP: Pontes, 2001. p.43-50.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 224p.

MILANO, Miguel Serediuk. Planejamento de Unidades de Conservação: um meio e não um fim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IAP, Unilivre, Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997, v. 1. p. 150 a 165.

MIURA, Juliana. *Os caminhos do jornalismo ambiental: estudos de casos de especialização em meio ambiente*. In: Comunicando a Ciência (org. Moacir Loth). Florianópolis: ABJC, 2001. p. 106-124.

MODERNO DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO BRASILEIRO. Editora Educacional Brasileira S/A, Curitiba, 1986.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. São Paulo: USP, 1981. 133p.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental na geografia do Brasil: a propósito da “validade”, “espacialização” e “pesquisa universitária”. *Cadernos Geográficos*. GCN/CFH/UFSC. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2003. n. 5. 48p.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. 306p.

NETHER, Jairo Ivã. *Ecojornalismo Impresso: análise do Jornalismo Ambiental em Porto Alegre*. Monografia – Universidade Luterana do Brasil, Centro de Educação, Ciências Humanas e Letras, Curso de Jornalismo, Canoas, 1998.

NUNES, José Horta. Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência. In.: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento. Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001. Vol. 1. p. 31-40.

_____. A divulgação científica no jornal: ciência e cotidiano. In.: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento. Política, Ciência, Divulgação*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003. Vol. 2. p.43-62.

O Papel Ativo da Geografia: Um manifesto. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, julho de 2000. 13p.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1987. 276p.

_____. O discurso da educação ambiental. In.: *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. Rachel Trajber, Lúcia Helena Manzochi (coord.). São Paula: Gaia, 1996. p. 37-47.

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996^a. 150p.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001. 218p.

_____. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In.: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento. Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001^a. Vol. 1. p. 21-30.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001b. 100p.

OURIQUES, Helton Ricardo. O Turismo e a questão ambiental na Ilha de Santa Catarina. *GEOSUL*. Depto.de Geociências/CFH/UFSC. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993. n. 16. p.30-35.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, I, 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IAP, Unilivre, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997, v. 1. p. 214 a 236.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. *A Geografia e as bases da formação nacional brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel*. 271 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1997.

_____. Rupturas e continuidades na formação social brasileira: a transição colônia-império. *Cadernos Geográficos*. GCN/CFH/UFSC. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999. n. 28. p.55-60.

_____. Formação sócio-espacial do Brasil Meridional: gênese e evolução. In.: MAMIGONIAN, Armen (coord.). *Projeto integrado de pesquisa: Santa Catarina – sociedade e natureza*. Relatório final de pesquisa. Florianópolis, 2003. p.6-15.

PFEIFFER, Claudia. Escola e divulgação científica. In.: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Produção e circulação do conhecimento. Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001. Vol. 1. p. 41-58.

POLÍTICA Nacional de Biodiversidade: roteiro de consulta para elaboração de uma proposta. Brasília: MMA/SBF, 2000. 48p. (Biodiversidade, 1).

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. 37 ed. São Paulo: Braziliense, s/d. 364p.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE. RED DE FORMACIÓN AMBIENTAL PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Ética, Vida, Sustentabilidad*. Enrique Leff (coord.). México, 2002.

RELATÓRIO OFICIAL DO SEMINÁRIO A IMPRENSA E O PLANETA. (ABERT, ANER, ANJ, ISWA, USIS). São Paulo, 14-16 de agosto de 1989.

RELATÓRIO OFICIAL DO SIMPÓSIO NACIONAL DE JORNALISMO AMBIENTAL. *Imprensa Verde 2 – O papel da imprensa pós-Rio+10*. Belo Horizonte, 2002.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. *Meio ambiente e meios de comunicação*. São Paulo: Annablume, 1995.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Espaço, meio ambiente e desenvolvimento: releituras do território*. São Paulo: Terra Livre-AGB, n. 11-12, ago.92/ago.93. p.77-90.

RÜDIGER, Francisco R. *Comunicação e teoria social moderna: introdução aos fundamentos conceituais da Publicística*. Porto Alegre: Fênix, 1995. 102p.

_____. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação: trajetória histórica e elementos de epistemologia*. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2002, 191p.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Braziliense, 1993. p. 29-56.

SÁ, Tânia Regina & SÁ, Marcelo. Considerações sobre os discursos como categoria de análise do espaço geográfico. In.: *Revista da Geografia*. UFMS, (14):46-50, jul./dez., 2001.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE. *Bacias hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral*. Florianópolis, 1997. 163p.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. *Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 1997. 155 p.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. Coleção Espaços. 88p.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. 142p.

_____. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. *GEOSUL*. Depto.de Geociências/CFH/UFSC. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. n. 5. p.85-100.

_____. 1992: A redescoberta da natureza (Aula inaugural da Fac. Filos. Letras, Ciênc. Humanas da USP, São Paulo, 1992). *Estudos Avançados* 6 (14):95-106.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997 (2 ed.). 308p.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 7ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174p.

_____ e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 473p.

SILVA, Célia Maria e. *Ganchos/SC. Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira*. Florianópolis: EdUFSC/FCC, 1992.

SILVA, Jorge Xavier da. A pesquisa ambiental no Brasil: uma visão crítica. In: BERTA, K. et alii. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. p. 346-370.

SILVA, Telma Domingues da. O cidadão e a coletividade: as identificações produzidas no discurso da educação ambiental. *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. Coord. Rachel Trajber, Lúcia Helena Manzochi. São Paula: Gaia, 1996. p.47-58.

_____. A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento. *Sínteses (teses)*. São Paulo: Unicamp/IEL, 1996^a, v.1. p. 381-8.

_____. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In.: *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Célia Maria de Toledo Serrano e Heloisa Turini Bruhns (orgs.). Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 141-150.

_____. Mídia e Imagem Urbana: Tecnologia no Discurso Jornalístico. In.: *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Eni P. Orlandi (org.). Campinas, SP: Pontes, 2001. p.151-163.

SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

SORJ, Bernardo. *brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: Unesco, 2003. 176p.

SOS MATA ATLÂNTICA/INPE. *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica no período 1995-2000 – Síntese por Estado – Santa Catarina*. São Paulo: SOS MATA ATLÂNTICA/INPE, 2001.

TAVARES, Elaine Jussara Tomazzoni. *Os Caminhos da Reportagem no Brasil dos anos 50 aos anos 90: em busca da utopia*. 2001. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade dos Meios de Comunicação, Porto Alegre, 2001.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 454p.

THOMÉ, Nilson. *Ciclo de Madeira; História da devastação da Floresta de Araucária e do desenvolvimento da Indústria da Madeira em Caçador e na Região do Contestado no século XX*. Caçador: Universal, 1995. 212 p.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. *Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1992.

Jornais e revistas

A VEGA E A INFRA-ESTRUTURA. Editorial. *Jornal Diário Catarinense*. Florianópolis, p.12, 29 julho, 2003.

Anuário de Ecologia Expressão. Ano 13, n. 129, dez. 2003.

ANGELO, Claudio. Iluminismo tropical. *Jornal Folha de São Paulo/Caderno MAIS!* São Paulo, p. 8-10, 14 julho, 2002.

_____. Madeireira inverte a lógica da destruição. *Jornal Folha de São Paulo/Folha Ciência*. São Paulo, p. A-19, 28 junho, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. Se perder cupuaçu, empresa não recorre. *Jornal Folha de São Paulo/Seção Brasil*. São Paulo, p. A-15, 10 agosto, 2003.

FRAGA, Plínio. “O cupuaçu é nosso”. *Jornal Folha de São Paulo/Seção Brasil*. São Paulo, p. A-14, 03 agosto, 2003.

KURZ, Robert. Modernidade autodevoradora. *Jornal Folha de São Paulo/Caderno MAIS!* São Paulo, p. 11-12, 14 julho, 2002.

MACHADO, Cassiano Elek. O Brasil (segundo Milton Santos). *Jornal Folha de São Paulo/Folha Ilustrada*. São Paulo, p. E-1, 02 fevereiro, 2001.

NOROEFÉ, Vitor Hugo da Silveira. Geógrafa denuncia o uso político dos discursos sobre a natureza. *Jornal Brasil de Fato*. São Paulo, p. 13, n.17, 26 junho a 2 de julho, 2003.

CARIELLO, Rafael. ONGs auxiliam neopopulismo, diz sociólogo. *Jornal Folha de São Paulo/Seção Brasil*. São Paulo, p. A15, 07 dezembro, 2003.

PERES, Marcos Flaminio. A astúcia da dialética. *Jornal Folha de São Paulo/Caderno MAIS!* São Paulo, p. 4, 31 agosto, 2003.

PINTER, Silvia. Desmatamento cresce no Estado. *Jornal A Notícia*, p. A10, 7 julho, 2003.

PUNTONI, Pedro. O pão da terra. *Jornal de Resenhas, Folha de São Paulo*, 13 setembro, 2003, n. 99, p.3.

QUALIDADE MOVELEIRA. Editorial. *Jornal Diário Catarinense*. Florianópolis, p.12, 27 abril, 2003.

REVISTA IMPRENSA. Ano 15, n.172, jun. 2002.

SC PRECISA SALVAR SEUS RIOS. *Jornal Diário Catarinense*. Florianópolis, DC Documento, 05 junho, 2003.

SEÇÃO PANORÂMICA. Guaraná terá DNA seqüenciado. *Jornal Folha de São Paulo/Folha Ciência*. São Paulo, p. A-12, 23 outubro, 2002.

VIANA, Virgílio. O desenvolvimento sustentável da Amazônia. *Jornal Folha de São Paulo/Seção Opinião*. São Paulo, p. A-3, 10 junho, 2003.

Referências da Internet

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Disponível em <<http://www.anj.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2003.

BRASIL. *Lei n° 9.985*, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1°, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2003.

CHADE, Jamil. Governo fará concessão de áreas na Amazônia. *O Estado de S. Paulo/Geral*. São Paulo, 27 maio, 2003. Disponível em <<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2003/05/27/ger015.html>>. Acesso em: 30 jul. 2003.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em <<http://www.cebds.com>>. Acesso em: 02 abr. 2003.

IBAMA. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em 27 jul. 2003.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO. Disponível em <http://www.ivc.org.br>. Acesso em 08 jul. 2002.

Material de análise

AN ESPECIAL: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 17 jul. 1999. 16p.

AN ESPECIAL: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 21 set. 1999. 12p.

AN ESPECIAL: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 25 nov. 1999. 16p.

AN ESPECIAL: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 24 fev. 2000. 12p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 15 abr. 2000. 16p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 21 set. 2000. 16p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 21 nov. 2000. 8p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 05 jun. 2000. 10p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 22 mar. 2001. 20p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 15 abr. 2001. 12p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 11 maio 2001. 8p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 24 maio 2001. 10p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 05 jun. 2001. 16p.

AN VERDE ESPECIAL. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 05 jun. 2002. 16p.

AN VERDE ESPECIAL: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 17 jul. 2001. 12p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 21 set. 2001. 16p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 30 nov. 2001. 8p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 22 mar. 2002. 16p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 05 jun. 2002. 16p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 21 set. 2002. 16p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 29 nov. 2002. 16p.

AN VERDE: suplemento sobre meio ambiente. Joinville (SC): *Jornal A Notícia*, 22 mar. 2003. 16p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 1, 31 mar. 2002. 60p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 2, 28 abr. 2002. 60p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 3, 26 maio 2002. 44p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 4, 05 jun. 2002. 48p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 5, 29 jun. 2002. 40p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 6, 27 jul. 2002. 36p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 7, 24 ago. 2002. 48p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 8, 21 set. 2002. 40p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 9, 26 out. 2002. 40p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 10, 23 nov. 2002. 40p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 11, 21 dez. 2002. 52p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 12, 18 jan. 2003. 36p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 13, 16 fev. 2003. 36p.

JB ECOLÓGICO: revista mensal sobre meio ambiente. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*. n. 14, 18 mar. 2003. 48p.

KOTSCHO, Ricardo. A milícia dos gaviões. *Jornal Folha de São Paulo/Especial Amazônia*. São Paulo, p. A4, 16 dezembro, 2001.